



CENTRO UNIVERSITÁRIO ICESP DE BRASÍLIA

1ª JORNADA DE EXTENSÃO E CULTURA DO CENTRO-OESTE
ANAIS DO EVENTO

Luziânia - Goiás
Dezembro de 2018

Editorial

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo inter e transdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre instituições de Educação Superior e outros setores da sociedade.

Tais características se materializam por meio da interação dialógica e transformadora, não apenas das instituições, como também dos segmentos sociais com os quais elas interagem. Enquanto prática acadêmica, é desenvolvida de modo indissociável das atividades curriculares de cada curso, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social e política.

A Jornada de Extensão e Cultura do Centro-Oeste, em sua primeira edição – I JEC foi lançada justamente como um espaço privilegiado para dar visibilidade e debater as práticas extensionistas em curso no cenário universitário. Realizada de 7 a 9 de novembro de 2018, no Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em Luziânia, Goiás, objetivou plasmar um momento formativo de intercâmbio entre diferentes profissionais e instituições sob um eixo transversal: **Perspectiva extensionista como síntese dialética entre teoria e práticas.**

E refletir acerca da vertente extensionista, em um evento técnico-científico universitário, significa comprometer-se com a produção e socialização de saberes, torná-los disponíveis e, ao mesmo tempo provisórios, na expectativa de interferir positivamente nas dinâmicas sociais e fazer diferença, reconstruir e reconstruir-se.

De fato, a Extensão Universitária é, justamente, o *locus* de articulação de um conjunto de conhecimentos interdisciplinares que, mediante arranjos diversos, oferece produtos acadêmicos à comunidade, enquanto recebe os saberes por ela experienciados o que remete, logo de início, a uma modalidade de inclusão social e à necessidade permanente de retomada e de revisão de todo conhecimento.

O convite formulado à comunidade acadêmica foi atendido. Professores, estudantes de graduação e pós-graduação, engajados no movimento de promoção da transformação e do bem-estar social, evidenciaram, nos trabalhos apresentados durante o Evento e reunidos nestes Anais, que a chama da possibilidade de um mundo mais justo e amoroso, mantém-se viva, acesa e cheia de expectativas. Nesta perspectiva, a I Jornada de Extensão e Cultura cumpriu sua missão.

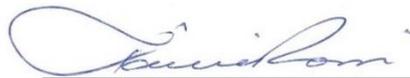
Comissão Organizadora



Profa. Ma[©] Carla Queiroz de Paula



Prof. M.e. Victor Gomes de Paula



Prof^ªDr^ª Tânia Rossi

Luziânia, 9 de novembro de 2018.

SUMÁRIO

1. OCORRÊNCIA DE OVOS E LARVAS DE HELMINTOS NO SOLO DE CRECHES E ESCOLAS PÚBLICAS DE DIFERENTES REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL

Amanda Hellen de Oliveira Virgini de Souza Reis, Thiago Fernandes Garcia, Cristiane Regina de Oliveira Rédua ----- 05

2. CONSUMIDOR E OS SEUS DIREITOS

Ana Cecília Pereira Melo ----- 14

3. EDUCAÇÃO MATEMÁTICA- DO COTIDIANO À SALA DE AULA

Jaíne da Silva, Maria Auxiliadora Antunes dos Santos ----- 22

4. INSERÇÃO DO DISCENTE DE MEDICINA VETERINÁRIA À REALIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS PECUÁRIOS

Vitor Dalmazo Melotti ----- 35

5. RADIOLOGIA NO COMBATE AO CÂNCER DE MAMA

Larissa Cristiane Lopes Soares, Kesley Campos da Silva, Samila Sátilla Vieira da Silva, Thalita Lauanna Gonçalves da Silva Ferreira, Vera Lúcia Teodoro dos Santos, Vinicius dos Reis Silva, Yago Rodrigues Rocha ----- 42

6. PROJETO MÃOS NA TERRA: UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EXTENSÃO AGROSOCIAL JUNTO Á COMUNIDADE CIRCUNVIZINHA DAS FACULDADES INTEGRADAS ICESP DE BRASÍLIA

Marcelo da Silva Marinho ----- 52

7. MATEMÁTICA E O LÚDICO NA VIDA REAL

Rafael Moreira de Souza, Maria Auxiliadora Antunes dos Santos ----- 62

8. BRINCANDO TAMBEM SE APRENDE A MATEMÁTICA

Liliane Cardoso de Moura, Maria Auxiliadora Antunes dos Santos ----- 70

9. GESTAÇÃO - ETERNIZANDO UM MOMENTO ATRAVÉS DO CUIDADO

Cindy Mayara Ramos de Moraes, Priscila da Conceição Quaresma ----- 77

10. A CONSCIENTIZAÇÃO DO “NÃO ABANDONO” DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Davi Francisco Santos, Gabriela Meira de Moura Rodrigues ----- 89

11. PROJETO CARROCEIRO DE VALPARAÍSO-GO

Gabrielle Sant’ Anna Vieira, Emelyn Oliveira Araújo ----- 97

12. LEITURA COMO PROMOÇÃO DA CIDADANIA: UM LEGADO FREIREANO



Cícero Alves Cabral Neto, Edney Gomes Raminho -----	103
13. DESCARTE ADEQUADO DE MEDICAMENTOS: UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL COMPARTILHADA	
Victor Gomes de Paula, Consuelo Vaz Tormin, Daniel Sebastião de Souza -----	113
14. IMPLEMENTAÇÃO DO AUTOCUIDADO APOIADO PARA PACIENTES COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 ACOMPANHADOS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO	
Priscila da Conceição Quaresma, Roseli J. Lopes L. Santos -----	126
15. OPORTUNIDADES PARA A EMPREGABILIDADE NO ENTORNO SUL DO DISTRITO FEDERAL	
Sara Ranielle Galvão dos Santos, Izabela Calegario Visentin -----	135

**OCORRÊNCIA DE OVOS E LARVAS DE HELMINTOS NO SOLO DE
CRECHES E ESCOLAS PÚBLICAS DE DIFERENTES REGIÕES
ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL.**

Amanda Hellen de Oliveira Virgini de Souza REIS¹,

Thiago Fernandes GARCIA²,

Cristiane Regina de Oliveira RÉDUA³

Eixo temático: Saúde Pública e Parasitologia

Agencia Financiadora: PIBEX/NEXT – ICESP/Brasília

RESUMO

Atualmente os animais domésticos estão cada vez mais presentes nas dinâmicas familiares. Tendo em vista essa nova reestruturação, observasse pela proximidade com os animais um favorecimento a transmissão de zoonoses. Devido a essa proximidade dos animais com as pessoas o risco que contaminação das áreas de recreação é bastante elevada o risco a saúde pública, grande parte dessas áreas são abertas ou apenas cercadas, por sua vez, não sendo capaz de impedir a contaminação do solo por algum tipo de parasita, devido a circulação de gatos, cães, pardais e outros animais nesses locais. O estudo avaliou a presença de parasitas nas areias de 5 creches e escolas públicas da região de Santa Maria no DF no período de agosto a outubro de 2019. As amostras foram coletadas em 3 pontos diferentes das áreas de recreação com areia, colocado em pequenos sacos plásticos, devidamente catalogados e enviados ao laboratório de parasitologia da faculdade ICESP para a análise, através da técnica de WILLIS-MOLLAY. Como resultados, observamos que 100% das amostras analisadas continham ovos de *Toxocara* sp. e/ou *Ancylostoma* sp.

Palavras-chave: *Ancylostoma* spp., *Toxocara* spp., creches, escolas públicas

1- ¹Aluna do curso de Medicina Veterinária do ICESP-Brasília e bolsista PIBEX
2- Aluno do Curso de Medicina Veterinária do ICESP-Brasília
3- Profa Orientadora Msc. Em Medicina Veterinária do ICESP- Brasília

INTRODUÇÃO

As parasitoses observadas no período escolar estão relacionadas a sua transmissão pelo contato com o solo contaminado. As fezes de animais parasitados, depositadas no meio ambiente, podem tornar o solo contaminado com ovos e larvas de helmintos e oocistos de protozoários, os quais provocam as doenças tanto em humanos quanto em animais (CORRÊA, *et al.* 1996). Os animais evacua nas proximidades de áreas de lazer e suas fezes fazem desses lugares focos de transmissão de zoonoses, possuindo uma enorme carga parasitária. Locais úmidos, com sombra são propícios para o desenvolvimento embrionário de ovos. Sendo assim, essas condições fazem com que os mesmos permaneçam infectantes e viáveis por vários meses. A contaminação das caixas de areia, por exemplo, é um problema de saúde pública devido ao grande número de crianças e adultos que frequentam esses locais, com um grande índice de contaminação por agentes patológicos.

Em todo o mundo, cerca de 300 milhões de pessoas são acometidas por geohelmintos, sendo 50% desse total crianças em idade escolar (ARAÚJO, *et al.* 2008). A infecção parasitária é frequente em crianças com idade entre um a cinco anos, cujos hábitos geofágicos levam-nas a ingerir ovos de parasitas, presentes no ambiente (OLIVEIRA, *et al.* 2007). A infecção acomete crianças de todas as idades, porém observa-se maior incidência em crianças de 10 meses a 5 anos de idade, que se encontram na fase oral. Nessa faixa etária as infecções são mais graves e clinicamente mais importantes. Justifica-se essa alta taxa em crianças devido a exposição frequente aos locais de recreação. Além do mais, várias dessas parasitoses podem levar um enorme prejuízo nutricional prejudicando o desenvolvimento infantil.

Estudos do solo em busca de parasitas são importantes para criar medidas de prevenção e controle, tendo em mente a redução da contaminação do ambiente e das pessoas que os frequentam, assim desencadeando melhorias à saúde das crianças e animais que utilizam esses locais (SOUZA, *et al.* 2007). O contágio ocorre normalmente pela via oral ou pela penetração de larvas na pele. As principais parasitoses intestinais são causadas por protozoários (*Giardia lamblia* e *Entamoeba histolytica*); platelmintos (*Taenia solium*, *Taenia saginata* e *Hymenolepis nana*) e nematódeos (*Trichuris trichiura*, *Strongyloides stercoralis*, *Enterobius vermicularis*, *Ascaris lumbricoides*, *Ancylostoma duodenale* e *Necator americanus*) (BARCAROL, *et al.* 2012). Nas praças, creches e escolas de educação infantil, as caixas de areia de áreas de recreação constituem uma importante via de transmissão para várias zoonoses parasitárias, representando risco potencial para as crianças que socializam nessas áreas (GURGEL *et al.*, 2005). Dentre as espécies de

helminthos com potencial zoonótico, encontram-se os agentes etiológicos da larva *migransvisceral* – *Toxocara canis* e *T. cati*; e da larva *migranscutânea* – *Ancylostomabraziliense* e *A. caninum*(NUNES *et al.*, 2000; GUIMARÃES *et al.*, 2005).

Toxocara sp.

O *Toxocara sp.* é responsável pela toxocaríase ou síndrome da larva migrans, que é causado pelo parasita que pertence ao gênero *Toxocara*, filo *Nemathelminthes*, classe *Nematoda*, ordem *Ascaroidea*, família *Ascaridae* e subfamília *Ascarinae*. Este gênero possui 21 espécies, sendo que as se destacam são a *Toxocara canis* e a *Toxocaracatti*, que atacam cães e gatos, respectivamente, A doença é uma antropozoonose de distribuição mundial.

O adulto do *Toxocara sp.* vive em média 4 meses e, no período de 6 meses, basicamente todos são eliminados pelo hospedeiro. A fêmea é capaz de produzir por volta de 200.000 ovos, que são resistentes e podem permanecer viáveis por longos períodos no solo. Os ovos que são expelidos junto com as fezes do cão que é o hospedeiro definitivo, não são infectantes, pois a fase infectante ocorre no ambiente, quando encontradas em condições favoráveis de umidade e temperatura 15 a 35°C, tornando-se infectantes entre 2 a 5 semanas.

A infecção na criança ocorre por ingestão dos ovos de *T. canis*, por contaminação direta das mãos, e, especialmente, dos dedos; contato direto com filhotes de cães, especialmente aqueles com idade entre 2 semanas e 6 meses; indiretamente, por contato com objetos contaminados com ovos infectados, dentro ou fora de casa; e por ingestão de terra, contendo larva ou ovos infectados(CARVALHO&ROCHA, 2011), e se caracteriza pela migração das larvas nas vísceras humanas, acarretando casos assintomáticos e processos patológicos hipereosinofílicos crônicos (SOUSA, *et al.* 2010). Ao eclodirem, esses ovos libertam as larvas no intestino, as quais se deslocam pela via linfática ou circulação portal para diversos órgãos como o fígado e pulmões (BORGES, *et al.* 2013) e pode migrar para o coração, cérebro e o globo ocular.

Ancylostoma sp.

O *Ancylostoma sp.* também acomete bastante as crianças no período escolar. O seu ciclo inicia-se pela penetração da larva no contato com a pele e, após isso, desembocam nos capilares pulmonares através da corrente sanguínea. Eles chegam aos alvéolos e acabam por subir junto com o muco traqueal até a boca, onde são deglutidos e vão até o estômago, percorrendo todo o aparelho digestivo até o duodeno, onde se tornam adultos (REY, 2001).

As fêmeas liberam ovos no intestino delgado, que são expulsos pelas fezes e eclodem entre cinco e dez dias, tornando-se larvas infectantes. A transmissão da ancilostomose ocorre por meio do contato direto com solo contaminado, como, por exemplo, andar descalço na terra (DIAS, 2005). O diagnóstico é feito pela observação de ovos nas fezes com auxílio de microscópio. A prevenção é feita com medidas sanitárias e educativas.

Os primeiros sintomas da infecção são: palidez, desânimo, dificuldade de raciocínio, cansaço e fraqueza, provenientes da falta de ferro (anemia) no organismo. Outros sintomas como dores musculares, abdominais e de cabeça, hipertensão e tonturas também poderão ocorrer com o agravamento do quadro (GUIMARÃES, *et al.*, 2005). O objetivo deste estudo foi avaliar a presença de ovos de helmintos nos parques de areia de creches/escolas públicas da região de Santa Maria no DF.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram coletadas areias de creches e escolas públicas da região de Santa Maria -DF, com o intuito de identificar ovos e larvas de parasitas nocivos para a saúde das crianças. Antes de realizar as coletas das amostras, houve um intenso processo burocrático para chegar à etapa da coleta, onde foi necessário ir à Coordenação de Ensino da região, levando um ofício que consta que as creches e escolas selecionadas por meio randômico não seriam identificadas independentemente dos resultados das análises, além da identificação da educanda e orientadora que coletaria e supervisionaria, respectivamente, todo o processo, desde a coleta até a análise e computação dos dados.

Cada instituição selecionada recebeu um documento para assegurar o sigilo e a seriedade dos resultados. O processo iniciou-se ao fazendo-se um breve cadastro a próprio punho contendo, o nome de cada escola ou creche, Região administrativa pertencente, número de telefone e se gostariam de receber os resultados dos achados das amostras analisadas. Se sim, as amostras eram marcadas com um asterisco nas etiquetas para identificação. As amostras foram coletadas de 3 pontos diferentes das caixas de areia, armazenadas em sacos plásticos, identificadas com o número da amostra, escola e Região Administrativa a que pertencem, junto com a data da coleta, e levadas para o Laboratório de Parasitologia do Centro Universitário ICESP de Brasília para serem avaliados e identificados os possíveis agentes parasitológicos.

Foi adotada a técnica de Willis-Mollay, que é um teste para identificação de ovos e larvas de algumas espécies de nematódeos e oocistos de protozoários. Nessa técnica, é utilizado o princípio da flutuação (levitação), utilizando soluções de densidade elevada

(NaCl). Com isso, os oocistos e os ovos menos densos tendem a flutuar. As amostras de areia coletadas foram identificadas e fotografadas, e para cada amostra foi feito o seguinte procedimento:

1. Misturar em um Becker uma quantidade média de 30 gramas de areia em 150 ml de solução saturada de NaCl;
2. Mexer com um bastão de vidro para deixar a mistura mais homogênea;
3. Filtrar em um tamis, para a remoção das partes sólidas, para outro Becker;
4. Colocar em um pequeno tubo de ensaio (10 ml) de bordo perfeito, o filtrado, até que o líquido forme um menisco no bordo do tubo;
5. Colocar sobre o tubo uma lamínula, de modo que entre em contato com o líquido;
6. Deixar repousar durante 15 minutos, para que os ovos, larvas e oocistos fossem atraídos para a lamínula, devido serem menos densos que a solução;
7. Retirar a lamínula com movimento uniforme, colocando-a sobre uma lâmina;
8. Examinar ao microscópio, iniciando com objetiva de pequeno aumento até a objetiva de 100x.

RESULTADOS

Das amostras coletadas das creches e escolas públicas, 100% apresentavam a presença de *Toxocara sp.* e/ou *Ancylostoma sp.* Nas amostras obtidas apenas da rede de educação infantil do CRE de Santa Maria, as amostras 1,2.0 e 2.1 tiveram a presença de *Ancylostoma*, a amostra 4 teve a presença de *Toxocara*, a 3 teve a presença de ovos de ambos parasitas. Observa-se que o ciclo desses parasitas passa pelo seu estágio infectante no solo, sendo perigoso à saúde das crianças que ali brincam. Esse resultado mostra o quanto as instituições de educação infantil apresentam parasitas no solo, constituindo grande problema de saúde pública. O acesso de animais domésticos, errantes ou até mesmo pombos e pardais nessas áreas de lazer, traz um elevado índice de zoonoses parasitárias, já que, por sua vez, são principal fonte de contaminação do solo. Observa-se que muitos desses locais possuem acesso livre a esses animais ou quando possuem a presença de algum tipo de barreira física não se mostra muito eficaz como grades, cercas, muros de baixa a média altura.

A frequência de larvas de helmintos observada em ambientes de recreação sugere que, provavelmente, não são adotadas medidas restritivas rígidas para controle da circulação de animais nesses locais (GUIMARÃES, *et al.* 2005). A presença desses animais possui uma parcela significativa relacionada a infecção por helmintos, por mais que haja outras formas de infectar o solo como pela água da chuva, pelo vento, até mesmo por insetos coprófagos que podem se deslocar por várias regiões. Porém, a maior parcela ocorre devido o acesso de cães e gatos a estes locais, aumentando assim significativamente a contaminação do solo. Devido a isso devem ser tomadas medidas a fim de restringir o acesso dos animais nas áreas de recreação, com o objetivo de evitar a transmissão zoonoses.

No Distrito Federal encontram-se grande quantidade de animais errantes que podem ser possíveis transmissores dessas zoonoses. Nossos resultados são condizentes com os resultados encontrados por Martins, *et al.* (2016), que encontrou areias contaminadas em 69% das amostras de parques infantis de creches municipais em Patos-PB. E também de acordo com o trabalho de Krindges, *et al.* (2017), encontrou a presença de parasitas em 100% das amostras de areia das praças de cidades do litoral norte do Rio Grande do Sul. Figueiredo *et al.* (2012) encontraram resultados semelhantes ao demonstrado neste estudo, na cidade de Uruguaiana-RS, onde 100% das praças avaliadas apresentaram parasitas. Este estudo também avaliou a sazonalidade com que ocorre a presença dos mesmos, não sendo objetivo deste estudo.

CONCLUSÃO

Os riscos de transmissão de parasitas nas areias de creches e escolas públicas podem ser considerados imensos, uma vez que os parasitas estão presentes em diversos ambientes. Neste estudo observamos que 100% das amostras foram encontrados ovos de helmintos com potencial zoonótico, por isso medidas profiláticas devem ser adotadas para evitar o risco de contaminação. Soluções práticas em higiene e saneamento básico, são necessárias, com o intuito de impedir a proliferação de doenças parasitárias na população, principalmente em crianças, por terem contato direto em ambientes favoráveis a disseminação dos parasitas, como as areias.

Além de se controlar a entrada de animais nas áreas de recreação infantil, inclusive animais abandonados, que são importantes fontes de transmissão de zoonoses. Algumas escolas substituem as áreas de lazer com areia por áreas cimentadas ou com grama sintética que não atraem os animais, diminuindo assim a possibilidade de transmissão de doenças. Outra forma de evitar a contaminação seria conscientizando a população de recolher as fezes

dos animais quando levá-los para passear. E ainda, cercas podem ser colocadas em torno das áreas de uso infantil para evitar a circulação de animais.

Estudos devem ser desenvolvidos para informar à comunidade sobre a qualidade das áreas de recreação infantil do município, a fim de evitar a possível contaminação das crianças. Sugere-se ainda a realização de estudos epidemiológicos para a observação de parasitoses em crianças da região para complementar o presente estudo a fim de alertar as autoridades locais para que medidas possam ser tomadas no intuito de trazer melhora a saúde pública do DF.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. S.; RODRIGUES C. T.; CURY M. C. **Helmintos em caixas de areia em creches da cidade de Uberlândia, Minas Gerais.** Rev Saúde Pública 42: 150-153, 2008.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102008000100021&script=sci_arttext

BARCAROL, L.; ALMEIDA, C.; DUTRA, C. A.; FOGLIARINI, C. B.; JUNQUEIRA, C.; RAABE, D.; BRUSCO, I.; PORTINHO, J. S.; OLIVEIRA, J.; LEITE, M. S.; RODRIGUES, M.; SOSTISSO, Q.; ZANELLA, J. **Identificação de Parasitas pelo Método de Graham em Objetos Recreativos e Pisos de Escolas Infantis no Município de Cruz Alta – RS.** XVII Seminário Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2012. Disponível em :

<http://www.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccs/identificacao%20de%20parasitas%20pelo%20metodo%20de%20graham%20em%20objetos%20recreativos.pdf> >

BORGES, A. D.; TSHIBANGU, G. M.; BEYRODT, C. G.; BARRELLA, W. **Presença de larva *migrans* em áreas de lazer nas creches, escolas infantis municipais e praças públicas de Salto de Pirapora, SP.** Revista Eletrônica de Biologia. REB Volume 6 (1): 94-101, 2013. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Findex.php%2Freb%2Farticle%2Fdownload%2F3482%2F12347&ei=5h6jUruqAtXSsASGWQ&usq=AFQjCNHk0vkhPhShg89mhL2MWMERlgkEbQ&bvm=bv.57752919,d.cWc>

CARVALHO EA, ROCHA RL. **Toxocariasis: visceral *larva migrans* in children.** J Pediatr (Rio J). 2011;87(2):100-110.http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572011000200004

CORRÊA, G. L. B.; MOREIRA, W. S. **Contaminação do solo por ovos de *Ancylostoma sp.* em praças públicas, na cidade de Santa Maria, RS, Brasil.** Revista da Faculdade de Zootecnia Veterinária e Agronomia de Uruguaiana, v.2, n.3, p. 15-17, 1995/1996. Disponível em:

www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Fojs%2Findex.php%2Ffzva%2Farticle%2Fdownload%2F1947%2F1451&ei=yCCjUt3VHqqksQTBpYGwBw&usq=AFQjCNGfobRyGzxe3CsAWeseTsokwzy4mA&bvm=bv.57752919,d.cWc

DIAS, J. S. **O ambiente como fonte de contaminação para zoonoses parasitárias.** Universidade Federal de Pelotas. 2005. Disponível em:
<http://www2.ufpel.edu.br/prg/sisbi/bibct/acervo/biologia/2005/tcc_josiani_dias.pdf>

FIGUEIREDO, M. I.; WENDT, E. W.; SANTOS, H. T.; MOREIRA, C. M. **Levantamento Sazonal de Parasitos em Caixas de Areia nas Escolas Municipais de Educação Infantil em Uruguaiana - RS, Brasil.** Vol. 41 (1): 36-46. jan.-mar. 2012. Disponível em:
<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.ufg.br%2Findex.php%2Fiptsp%2Farticle%2Fdownload%2F17744%2F10610&ei=WSGjUo2nA86zsASS9oCYCg&usq=AFQjCNFp1w8vKwbXGONTwUwMBvPILFEw&bvm=bv.57752919,d.cWc>>

GUIMARÃES, A. M.; ALVES, E. G. L.; REZENDE, G. F.; RODRIGUES, M. C. **Ovos de Toxocara sp. e larvas de Ancylostoma sp. em praça pública de Lavras, MG.** Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 2, p. 293-295, 2005.

GURGEL, R. Q; CARDOSO, G. S.; SILVA, A. M.; SANTOS, L. N.; OLIVEIRA, R. C. **Creche: ambiente expositor ou protetor nas infestações por parasitas intestinais em Aracaju, SE.** Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, Uberaba, v. 38, n. 3, p. 267-269, maio/jun. 2005. Disponível em:
<<http://start.iminent.com/StartWeb/1033/toolbox/#q=creche%3A%20ambiente%20expositor%20ou%20protetor%20nas%20infesta%C3%A7%C3%B5es%20por%20parasitas%20intestinais%20em%20Aracaju%2C%20SE&p=1>>

KRINDGES, L.; PAIM G.; DAMIN B.; MEDEIROS N. **Análise Parasitológica da Areia das Praças de Cidades do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.** V Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG III Salão de Extensão, 2017. Disponível em:
<http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao>

MARTINS W.; AMORIM M.; LEITE C.; MARTINS I.; MARCAJÁ P.; MEDEIROS A.; ANDRADE A. **Análise parasitológica do solo em parques infantis de creches municipais de Patos-PB.** Informativo Técnico do Semiárido, 2016. Disponível em:
<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA>

NUNES, C. M.; PENA, F. C.; NEGRELLI, G. B.; ANJO, C. G.; NAKANO, M. M.; STOBBE, N. S. **Ocorrência de larva migrans na areia de áreas de lazer das escolas municipais de ensino infantil, Araçatuba, SP, Brasil.** Rev Saúde Pública 34: 656-658, 2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102000000600015&script=sci_arttext>

OLIVEIRA, C. M.; SILVA, A. S.; MONTEIRO, S. G. **Ocorrência de Parasitas em Solos de Praças Infantis nas Creches Municipais em Santa Maria – RS, Brasil.** Revista da FZVA. Uruguaiana, v.14, n.1, p. 174-179. 2007. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fzva/article/viewFile/3505/2749>>

REY, L. **Parasitologia.** 3aEd. Rio de Janeiro. Editora Guanabara koogan S. A.; 2001: 311-334.

SOUZA, F. D.; NASCIMENTO, T. L.; SANTOS, C. S. **Encontro de Ovos e Larvas de Helmintos no Solo de Praças Públicas na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro.**



Disciplina de Parasitologia Médica da Escola de Medicina da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques. Vol. 36 (3): 247-253. set.-dez. 2007. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v37n2/19605.pdf>>

SOUSA, V.; ALMEIDA, A.; CÂNDIDO, A.; BARROS, L. **Ovos e Larvas de Helmintos em Caixas de Areia de Creches, Escolas Municipais e Praças Públicas de Cuiabá, MT.** Ci. Anim. Bras., Goiânia, v. 11, n. 2, p. 390-395, abr./jun. 2010. Disponível em:
<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/vet/article/view/3150/8167>>

CONSUMIDOR E OS SEUS DIREITOS

Ana Cecília Pereira Melo² - UNICESP

RESUMO

Embora o Código de Defesa do Consumidor tenha completado 28 anos com vigência da Lei nº 8.078/90, que instituiu diversas diretrizes em prol da defesa do consumidor tem muito que se fazer nesse campo. O projeto parte do pressuposto da existência de hipossuficiência técnica do consumidor, parte leiga e mais frágil da relação consumerista. Serão oferecidas palestras de orientação, elaboração de cartilhas e panfletos com informações simples e direcionadas às principais dúvidas e reclamações dos consumidores.

Palavras-chave: Consumidor; Direitos; Legislação; Relações consumeristas.

INTRODUÇÃO

Embora o Código de Direito do Consumidor tenha completado 28 anos com vigência da Lei nº 8.078/90, que instituiu diversas diretrizes em prol da defesa do consumidor há muito o que se fazer nesse campo. A proteção aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos deve se manifestar nas diversas relações de consumo travadas cotidianamente. O consumidor, muitas vezes, tem o seu direito infringido devido falta de conhecimento.

O tema torna-se importante porque todos nós somos consumidores e, na atual sociedade capitalista em que se vive, é importante conhecer os direitos para tentar diminuir possíveis desvantagem nas negociações entre consumidores e empresas.

O Projeto “Consumidor e seus Direitos” visa à indispensabilidade de capacitar a proteção dos consumidores por meio da educação para o consumo devido a vulnerabilidade e hipossuficiência deste. É necessário formar cidadãos aptos a analisar criticamente os diferentes papéis nas relações consumerista, diante os seus direitos e suas responsabilidades.

Devido ao alto número de reclamações no Procon/DF, observa-se a necessidade de conjugar o aprendizado do estudante de direito com a intervenção junto à comunidade, utilizando, ao mesmo tempo, teoria e prática. Acesso à informação é essencial para que o consumidor possa obter êxito em suas reclamações no PROCON/DF. Apenas o acesso a leitura do Código de Defesa do Consumidor não é satisfatório, visto que, o consumidor é hipossuficiente e carece de orientações sobre o direito em casos concretos.

² Professora do curso de direito da Faculdade ICESP e bolsista do NEXT. ana.melo@icesp.edu.br

Quando a sociedade tem acesso a casos concretos de situações de desacordo comercial, vê-se diante a um desafio que o impele a solucionar situações reais de e buscar novos conhecimentos. Essas atividades não apenas ajudam no desenvolvimento da cidadania, como fortalece e aprimora a conduta e o senso ético.

1. CONCEITO DE CONSUMIDOR

A definição legal do consumidor está inserida no Código de Defesa do Consumidor - CDC, art. 2º que o conceitua como pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final sem reempregá-lo no mercado de consumo como objetivo de lucro, aborda aspectos de vulnerabilidade e a destinação sem cunho econômico do produto ou serviço (MIRAGEM, 2014).

(...) o legislador brasileiro optou por uma concepção objetiva de consumidor, considerando este toda e qualquer pessoa que adquire ou utiliza produto ou serviço. O código é expresso em determinar que também pessoas jurídicas poderão ser consumidoras, se adquirirem o produto ou serviço como destinatárias finais (SILVA NETO, 2013, p.30).

É considerado consumidor quando a aquisição do produto ou do serviço for para a justificativa de uma necessidade pessoal ou familiar do comprador. Desta forma, incide relação de consumo caso as aquisições não estejam efetivadas na disposição de uma atividade empresarial exercida pelo adquiridor, sendo o destinatário final econômico e fático do serviço ou produto. Assim, compreende-se com o dispositivo do CDC que a conceituação de consumidor possui caráter econômico (PFEIFFER, 2015, p. 63).

É inegável que se vive em uma sociedade de consumo, com relações jurídicas como os contratos de adesão, efetivados precedentemente pelos fornecedores, impossibilitando a negociação por parte do consumidor. Este somente opta por aderir ou não o instrumento que é lhe denotado. Em consequência, o consumidor é posto em uma condição de vulnerabilidade, justificada pela a proteção especial que o CDC lhe confirma (THEODORO JÚNIOR, 2017, p.25).

A doutrina apresenta duas correntes teóricas acerca da definição de consumidor *stricto sensu*. Tem-se a corrente finalista, sendo mais restritiva, e a corrente maximalista que amplia a noção do termo consumidor (CAVALIERI FILHO, 2011, p. 25).

A teoria finalista limita a conceituação do termo consumidor para o não profissional, seja pessoa física ou jurídica, conferindo-lhe maior nível de proteção em razão da jurisprudência ser estabelecida sobre casos em que o consumidor era realmente a parte mais fraca da relação de consumo, e não sobre casos em que profissionais-consumidores reclamam

mais benesses do que o direito comercial já lhes concede. O destinatário final a que a lei se refere é aquele que retira o bem do mercado, dando-lhe uma destinação pessoal, sem qualquer interesse profissional (THEODORO JÚNIOR, 2017, p.25).

(...) ser destinatário do produto, retirá-lo da cadeia de produção, levá-lo para o escritório ou residência: é necessário ser destinatário econômico do bem, não adquiri-lo para revenda, não adquiri-lo para uso profissional, pois bem seria novamente um instrumento de produção cujo preço será incluído no preço final do profissional que o adquiriu. Neste caso, não haveria a exigida 'destinação final' do produto ou do serviço, ou, como afirma o STJ, haveria consumo intermediário, ainda dentro das cadeias de produção e de distribuição (MARQUES; BENJAMIN, 2009, p. 71).

A teoria maximalista amplia a noção de consumidor, permitindo a aplicabilidade do termo em todos os agentes do mercado que às vezes podem assumir a parte consumidora ou a parte fornecedora, utilizando de um critério simplesmente objetivo. Nesse âmbito o destinatário final é aquele que retira o produto ou o serviço do mercado e o utiliza e consome. Não é de relevância se a pessoa é física ou jurídica, se terá ou não fim lucrativo. Observa-se, portanto, que para ser caracterizado como consumidor deve ser esgotado o ciclo econômico, o bem não poderá ser renegociado ou reintroduzido no mercado (THEODORO JÚNIOR, 2017, p.25).

Consideram que a definição do art. 2.º é puramente objetiva, não importando se a pessoa física ou jurídica tem ou não fim de lucro quando adquire um produto ou utiliza um serviço. Destinatário final seria o destinatário fático do produto, aquele que o retira do mercado e o utiliza, consome, por exemplo, a fábrica de toalhas que compra algodão para reutilizar e a destrói. Segundo esta teoria maximalista, a pergunta da vulnerabilidade in concreto não seria importante. Defende que, diante de métodos contratuais massificados, como o uso de contratos de adesão, todo e qualquer co-contratante seria considerado vulnerável (MARQUES; BENJAMIN, 2009, p. 71).

1.1 Proteção Especial do Consumidor

O Código de defesa do consumidor reconhece a vulnerabilidade e a hipossuficiência do consumidor, com o objetivo de uma proteção especial ao consumidor. Porém, essas características se distinguem.

A presunção da vulnerabilidade do consumidor é absoluta; é princípio essencial do direito do consumidor e designa o consumidor como a parte fraca na relação jurídica de consumo, estabelecendo-lhe tratamento diferenciado em face fornecedor. Poderá ser vulnerabilidade técnica, vulnerabilidade jurídica, vulnerabilidade fática e internacional. A que tem maior frequência é a vulnerabilidade fática que sintetiza a vulnerabilidade econômica sendo a fraqueza do consumidor em relação ao aspecto econômico (MARQUES, 2011, p. 330).

A vulnerabilidade técnica do consumidor está atrelada à ausência de conhecimentos técnicos específicos na relação de consumo; a vulnerabilidade jurídica decorre da superioridade do fornecedor pelo fato de atuar como litigante habitual, o que implica na existência de um corpo jurídico permanente e especializado; a vulnerabilidade fática está vinculada ao aspecto econômico e, por fim, a vulnerabilidade informativa diz respeito ao “déficit informacional” do consumidor (LEITE, 2016, p. 31).

Neste diapasão, Código de Defesa e Consumidor, art. 4º, inciso I, estabelece que:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995) I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

A premissa de igualdade entre as partes envolvidas é eliminada na vulnerabilidade. É devido a essa desigualdade que o vulnerável é protegido pelo ordenamento jurídico interno com o objetivo de garantir os princípios constitucionais da isonomia e igualdade nas relações jurídicas, minimizando as diferenças.

Apesar disso, alguns consumidores são considerados mais vulneráveis, devido suas características pessoais e denominados como hipossuficiência, por exemplo, o idoso, o deficiente e a criança. Trata-se de um grupo específico de consumidores, que precisa de uma atenção e proteção superior nas relações de consumo (MIRAGEM, 2014).

A presunção de hipossuficiência não é concedida a todo e qualquer consumidor. Devem ser analisadas as circunstâncias no processo, caso a caso, para que seja possível o equilíbrio da relação de consumo na competência da ação judicial (THEODORO JÚNIOR, 2017, p.29).

A hipossuficiência funciona, como um traço particular dado consumidor, isto é, o art. 6º, inciso VIII, do CDC, que confere assento à hipossuficiência, possui natureza processual, depende que o consumidor diante de sua pretensão deduzida em juízo demonstre que não possui condições financeiras, sociais ou culturais de “fazer a prova necessária à instrução do processo” (THEODORO JÚNIOR, 2017, p.29).

Todo consumidor é vulnerável, mas nem sempre poderá ser considerada sua hipossuficiência, sendo que vai além dos termos “*sem recursos*” ou “*pobreza*”, como é aplicado na Justiça Gratuita no âmbito processual. A definição de hipossuficiência é mais amplo, cada caso deve ser avaliado pelo aplicador dentro de sua necessidade no momento em que reconhece sua desproporção técnica ou informacional diante o caso.

Diante da importância do tema, verifica-se salutar os principais pontos da legislação consumerista:

1. Quem é considerado Consumidor?

É qualquer pessoa que adquire um produto ou serviço, também será considerado consumidor aquele que é vítima de algum produto ou serviço defeituoso.

2. O que é um produto?

É qualquer mercadoria que esteja disponível no comércio. O produto pode ser durável ou não durável. Ele será durável quando se pode usar mais de uma vez, quando não é descartável. Ex.: carro, panela, roupa. E não durável quando ele se encerra após o uso. Ex.: sabonete, comida.

3. O que é um serviço?

É a realização de uma atividade a qual ela é paga e disponibilizada no comércio.

4. Direitos básicos do consumidor:

1. Proteção da vida e da saúde
2. Educação para o consumo
3. Liberdade de escolha de produtos e serviços
4. Informação
5. Proteção contra publicidade enganosa e abusiva
6. Proteção contratual
7. Indenização
8. Acesso à Justiça
9. Facilitação da defesa dos seus
10. Qualidade dos serviços públicos.

5. Publicidade (publicidade enganosa e publicidade abusiva):

Publicidade enganosa é aquela que tem informações falsas sobre o produto/serviço.

Publicidade abusiva é aquela que deixa o consumidor em maior vulnerabilidade da habitual, desrespeitando valores ambientais, gerando preconceito, induzindo a um comportamento prejudicial à saúde e segurança.

6. Venda casada:

É quando para adquirir um produto/serviço, o consumidor precisa levar outro junto, ou seja, o produto/serviço não é vendido separadamente. A venda casada é considerada uma prática abusiva de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

7. Vício do produto x defeitos do produto.

O vício do produto acontece quando o produto não se apresenta com a qualidade e/ou quantidade que deveria ter. Ex.: um fogão descascado, uma tv que não muda de canal.

Já o defeito do produto acontece quando o produto deixa a segurança do consumidor em risco. Ex.: um carro que o freio não funciona, uma chapinha que queima o cabelo.

8. Garantia: legal e contratual;

Todo produto/serviço possui uma garantia, esta é chamada de garantia legal, a garantia legal dependerá se o produto é durável ou não durável.

Produto/serviço durável – garantia legal de 90 dias

Produto/serviço não durável – garantia legal de 30 dias

Já a garantia contratual é uma garantia a mais que foi pactuada entre consumidor e fornecedor.

9. Garantia de arrependimento;

É uma garantia disponibilizada ao consumidor quando ele adquire um produto/serviço que não seja em estabelecimento comercial, o prazo que o consumidor tem para arrepender-se da relação consumerista é de até 7 dias corridos. Ex.: compras realizadas pela internet.

10. Sistema de proteção nacional ao Consumidor (PROCON)

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é um sistema composto pelos inúmeros órgãos de proteção do consumidor no país.

Ele é formado pelos Procons municipais, estaduais e das assembleias legislativas, pelos Ministérios Públicos estaduais, pelas Defensorias Públicas estaduais, por algumas Associações de Defesa do Consumidor, dentre inúmeros outros órgãos.

Esse sistema é coordenado pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (SENACON), a qual trabalha para criar uma política nacional e bem estruturada de proteção do consumidor. Essa Secretaria faz parte do Ministério da Justiça, compondo o Governo Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações, até aqui delineadas, atestam que o tema condutor do Projeto se reveste de relevância para que seus participantes tenham conhecimento de direitos básicos nas relações consumeristas, haja vista que, todos são consumidores e vulneráveis. Não é por acaso que a Carta Magna de 1988 fez a previsão de uma lei específica para o consumidor, legislação essa que é bem nova no direito brasileiro.

Dar ao acadêmico de Direito a oportunidade de aprofundar seu conhecimento acerca das leis que regulam o consumo e prepará-lo para intervir na comunidade, auxiliando na

compreensão das relações de consumo, amplia o processo de formação profissional e abre portas para que estabeleça sua responsabilidade social.

Compreender o pressuposto da existência de hipossuficiência técnica do consumidor, parte leiga e mais frágil da relação consumerista [e a base para operar o Direito.

No momento o projeto encontra-se na fase inicial de desenvolvimento. O compromisso é oferecer palestras de orientação à comunidade e elaborar cartilhas e panfletos com informações simples e direcionadas às principais dúvidas e reclamações dos consumidores.

Uma relação de teoria e prática, a favor da formação profissional e cidadã dos estudantes do Centro Universitário ICESP de Brasília.

REFERÊNCIAS

BENJAMIM, A. H. V.; MARQUES, C. L. **Manual de Direito do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2011.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

NORAT, Markus Samuel Leite. **Evolução histórica do Direito do Consumidor**. Disponível em:
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9474>. Acesso em: 25 ago. 2016.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. **Defesa de Concorrência e Bem Estar do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA NETO, Orlando Celso da. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. São Paulo: Ed. Forense, 2013.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Vol. I**. São Paulo: Ed. Forense, 2017. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm



EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DO COTIDIANO À SALA DE AULA

Jaíne da Silva³

Maria Auxiliadora Antunes dos Santos⁴

Agência financiadora: Faculdade ICESP-Next

RESUMO

Esta pesquisa fez parte de uma das ações do Núcleo de Extensão e teve como objetivo utilizar a Educação Matemática, no processo de aquisição de conceitos matemáticos, para crianças de 8 a 10 anos que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola pública e verificar a maneira como essas crianças resolvem nos seus problemas matemáticos do cotidiano e auxiliá-las na sistematização dos conceitos matemáticos. Houve um reconhecimento por parte dos educadores da Escola, da comunidade e da Associação, como ambiente lúdico favorável à aprendizagem e à melhoria da qualidade do ensino. Para desenvolver as atividades, fez-se pesquisa bibliográfica, utilizou-se de jogos com 180 (cento e oitenta) crianças de cinco anos de idade do Centro de Educação Infantil-Águas Claras na QS 11 do Areal; 09 (nove), crianças de 08 a 10 anos na Associação de moradores do setor sul de Águas Claras – Areal- QS 11. As atividades foram elaboradas por uma bolsista do curso de Pedagogia e uma professora da Faculdade ICESP orientadora do projeto. Para obtenção dos resultados esperados, integrou-se o trabalho entre a comunidade, o curso de Pedagogia e a Extensão, colaborando dessa forma para a indissociabilidade- Ensino, Pesquisa e Extensão.

Palavras-chave: Educação Matemática; Aprendizagem; Jogos.

INTRODUÇÃO

As atividades lúdicas fazem parte da nossa vida desde a infância até a terceira idade. Sabemos que, por meio delas, as relações sociais são estimuladas. Infelizmente, hoje estamos deixando de brincar até mesmo por questão de sobrevivência. Antunes (1998) afirma que os jogos são estímulos ao crescimento, astúcia em direção ao desenvolvimento cognitivo e aos

³Graduanda do 2º semestre do curso de Pedagogia. E-mail: jaine2107@hotmail.com

⁴Mestra em Ciências da Educação, Especialista em Fundamentos da Matemática e Graduada em Matemática. E-mail: maria.santos@icesp.edu.br

desafios do viver, e não uma competição entre pessoas ou grupos implicando em vitória ou derrota.

Por meio de jogos e brincadeiras, podemos tocar o outro, lidar com frustrações, olhar nos olhos dos nossos amigos, aprender com o outro, desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógico-matemáticos, resultando numa aprendizagem significativa e prazerosa dessas áreas. Ao brincar a criança e o adolescente também estabelecem regras. Para Santos (2003), quando o aluno estabelece regras, compreende e desenvolve seu nível de conhecimento. E essas “regras” podem transformar positivamente o seu ambiente.

A matemática está presente no nosso dia-a-dia e o mundo nos oferece várias situações-problema que favorecem o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Os jogos representam uma boa situação-problema, que os alunos resolvem brincando. Os jogos favorecem o desenvolvimento de um conjunto de habilidades necessárias para a aprendizagem matemática, tais como enfrentar desafios, desenvolvimento do raciocínio, elaboração de estratégias, buscar soluções, memorização e muitas outras. O uso de jogos em turmas do Ensino Fundamental facilitará o ensino e a aprendizagem, desenvolvendo ainda nas crianças noções de quantidade e sequência, as operações básicas e a lateralidade, além de proporcionar-lhes enorme prazer, constituindo assim um importante fator de crescimento pessoal, social e emocional.

Para Carraher *et al.* (1995, p. 12), “a aprendizagem de matemática na sala de aula é um momento de interação entre a matemática organizada pela comunidade científica, ou seja, a matemática formal, e a matemática como atividade humana”. Diante dessa afirmação, nos apreendemos ao seguinte problema para realização deste trabalho, como identificar conceitos matemáticos no contexto lúdico e sócio-histórico-cultural das crianças de 8 a 10 anos do Ensino Fundamental, transpondo-o para a sala de aula, e analisar o significado desses conceitos, a fim de favorecer a aprendizagem de uma matemática prazerosa, significativa bem como sua sistematização?

A matemática espontânea das crianças e a matemática formal são duas realidades de ensino que se ajudam mutuamente, uma vez que, essas crianças possuem alguns conhecimentos matemáticos e experiências no seu cotidiano lúdico que devem ser o ponto de partida para aquisição do saber sistematizado. O trabalho vem sendo desenvolvido na comunidade do Areal com o objetivo de utilizar a Educação Matemática, no processo de aquisição de conceitos matemáticos, em crianças de 8 a 10 anos que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola pública. Pretende-se verificar a maneira como essas crianças resolvem nos seus cotidianos problemas matemáticos, utilizando métodos próprios e auxiliá-

las na sistematização dos seus conceitos matemáticos, esclarecendo as diferenças entre o conhecimento cultural delas e o conhecimento científico que aprendem na escola. Entende-se assim colaborar para que o aluno consiga levar o conhecimento científico para o seu cotidiano.

Este estudo teve como objetivo geral utilizar a Educação Matemática, no processo de aquisição de conceitos matemáticos, para com crianças de 8 a 10 anos que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola pública. Pretende-se verificar a maneira como essas crianças resolvem nos seus cotidianos problemas matemáticos utilizando métodos próprios e auxiliá-las na sistematização dos conceitos matemáticos, esclarecendo as diferenças entre o conhecimento cultural delas e o conhecimento científico que aprendem na escola. E objetivos específicos:

- a. Identificar os conceitos cotidianos em situações aditivas, das crianças de 8 a 10 anos da comunidade do Areal e que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola pública do DF.
- b. Analisar as estratégias que os alunos utilizam para lidar com os conceitos cotidianos;
- c. Identificar as estratégias que as crianças utilizam para lidar com os conceitos científicos formais;
- d. Sistematizar os conceitos cotidianos apresentados pelas crianças, aproximando-as dos conceitos científicos, por meio da elaboração de jogos pedagógicos;
- e. Realizar a meta-cognição das operações desenvolvidas na construção dos conceitos científicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação Matemática

A história da matemática está cada vez mais sendo exigida em nossas ações pedagógicas devido a novos paradigmas da educação matemática. Isso mostra uma preocupação com a construção do conhecimento matemático. Qualquer pessoa humana, dotada de mediana instrução, reconhece a importância da matemática na escala dos conhecimentos. Sem ela, não poderia existir todo o desenvolvimento científico gerado atualmente.

Desde que o pastor primitivo estabeleceu uma correspondência biunívoca entre os elementos que compunham seu rebanho e uma quantidade igual de pedrinhas, o homem despertou a mente do estado letárgico em que se encontrava para vislumbrar o infinito caminho do raciocínio que se abria diante de si.

A importância da matemática está intimamente ligada às necessidades e ao progresso da humanidade. Pela história da matemática, o homem constrói os instrumentos para desenvolver seu processo mental, importante para a percepção e à compreensão do mundo.

Para Muniz (2003), o importante ao aluno é perceber as evoluções e as involuções por quais passa a matemática na longa excursão de resolver situações-problema impostas pela relação do homem com a natureza e com sua própria cultura. Nossa prática pedagógica nas aulas de matemática deve estar impregnada da perspectiva construtivista da própria matemática, onde o aluno se aperceba que tal construção é permeada de incertezas e de estruturas por vezes inacabadas.

Um dos problemas que existia e ainda permanece nas escolas é a ideia errônea que se tem de que a matemática é um “bicho-de-sete-cabeças” e de “ser impossível de aprender”. Essas ideias provocam no indivíduo uma indisposição para aprender, criando para si um medo e um quase pavor pela matemática. Esse medo poderá provocar também um complexo de incapacidade mental, que, quando reforçado por uma metodologia inadequada, o aluno é rejeitado podendo até se transformar num evadido da escola.

Paralelo ao problema da concepção errônea da matemática, surgiu outro que afetou e ainda continua afetando, em alguns contextos de ensino, que é a forma como conduziram a matemática dita moderna que dava muita ênfase a uma matemática formal com bastantes símbolos e conteúdos muito abstratos. Associado a esse problema, os livros didáticos proliferam das mais variadas formas possíveis. Porém, quase sem nenhuma orientação metodológica, a não ser desenhos e números coloridos. As unidades sobre noções de conjuntos vinham no início dos livros didáticos e eram colocadas quase totalmente desvinculadas dos demais conteúdos.

Muitas críticas foram geradas em relação à matemática moderna. Uma delas era a de que os projetos não eram realistas e imaginativos. Por sua vez, os matemáticos apontaram o fato de que outros enfoques intuitivos seriam mais importantes.

No momento em que essa matemática não é ensinada de forma adequada às características individuais do grupo no qual o professor desenvolve suas ações, a probabilidade é sempre de conduzir ao fracasso escolar, principalmente, daqueles que não

passaram por experiências de ensino, também adequadas e satisfatórias. E, quando isso acontece, a educação perde o sentido.

Muniz (2003) relata que, para a educação matemática, o importante é que, a cada momento, o aluno se sinta parte dessa história. Assim, o professor pode mostrar que a produção, as dúvidas, os erros e angústias do aluno refletem e podem representar o próprio processo de construção pelos quais passam o matemático, o cientista, o artesão, o professor, o profissional liberal e nossos pais, quando esses desenvolvem atividades matemáticas.

Para D'Ambrósio (1990) importam os valores culturais, utilitários e formativos inerentes à matemática. Os valores culturais representam os diferentes modos que cada grupo social tem de matematizar o pensamento lógico. Os valores utilitários são facilmente encontrados no uso do cotidiano dos instrumentos práticos de ação e no serviço que prestam a diferentes áreas do conhecimento. Os valores formativos estão presentes quando utilizados para o desenvolvimento do raciocínio, favorecimento da capacidade de abstração e sistematização do conhecimento convencional e das habilidades mentais necessárias à sua aplicação em diferentes aspectos e situações.

Aprender a integrar esses diferentes valores exige muito mais do que decorar fórmulas, repetir modelos, treinar exercícios e técnicas.

A Matemática não pode ser vista apenas em seu aspecto formal, como um conhecimento pronto e acabado. É preciso saber criar o espaço do aprender a pensar, da criatividade, da discussão, da interpretação de textos e situações matemáticas, da construção de instrumentos e de reconstrução de conceitos. É nesse espaço que o professor deixará fluir o prazer da descoberta, da participação e da compreensão.

É claro que essa visão exigiria a busca de uma pedagogia construtiva, política, histórica e social mais voltada para as necessidades reais dos alunos, procurando torná-los conscientes do meio social do qual fazem parte para que possam contribuir, com seus conhecimentos e habilidades, nas soluções possíveis para os problemas que enfrentam.

Vivenciamos nossas experiências com os outros, pois estamos sempre nos relacionando, no mundo, com os outros. Segundo Freire (1967), estamos sempre tentando compreender o mundo e os outros. E, para que essa compreensão aconteça, há necessidade de uma educação dialogal e ativa.

O homem não é isolado dentro do processo de construção e de aquisição do conhecimento. Ele vive dentro de uma 'cultura matemática' quando da resolução de um problema. Esta cultura é o resultado de uma trama entre conhecimentos espontâneos e conhecimentos extraídos da cultura do sujeito (MUNIZ, 2003).

O homem produz códigos próprios de linguagem e de interpretação. Esses códigos pertencem ao indivíduo em particular ou mesmo a comunidades específicas, cabendo a eles a compreensão dos mesmos. Dentre esses códigos com os quais o homem, na sua comunidade, compreende e interpreta o mundo encontra-se a matemática. Essa linguagem matemática com a qual a comunidade expressa em códigos é chamada de matemática cultural, da qual a etnomatemática tenta dar conta.

O termo etnomatemática foi proposto em 1975 nos Ubiratan D'Ambrósio para descrever as práticas matemáticas de grupos culturais. Etno = contexto cultural próprio. Etnomatemática = matemática cultural.

Na etnomatemática a contextualização é fundamental. As ideias matemáticas, particularmente de comparar, classificar, quantificar, explicar, generalizar, avaliar, são formas de pensar e que estão presentes em toda a espécie humana.

Portanto, é preciso que o professor identifique primeiro a matemática cultural que o aluno traz para sala de aula para poder estabelecer vínculos entre os conhecimentos intuitivos ou espontâneos que ele tem sobre a matemática com base em sua experiência cotidiana. Dessa forma, o professor tomando conhecimento dessa matemática, pode estabelecer pontes através de diálogos constantes com os alunos, entre os conceitos matemáticos espontâneos e os conceitos matemáticos científicos segundo.

A resolução de problemas é um dos recursos que deve ser utilizado ao longo de todo processo de ensino e aprendizagem, sob a forma de atividades para o desenvolvimento de conceitos, operações, propriedades e não apenas como aplicação depois de cada assunto estudado.

O aluno aprende melhor a Matemática quando resolve problemas. Isto é, quando ele se envolve com o fazer e o pensar matemático, tenta explicar ideias, investiga, formula hipóteses, experimenta soluções, questiona o que falta para encontrar as respostas desejadas.

Formação de conceitos cotidianos e científicos e a importância dos jogos no ensino da matemática

Conforme Vigotski (1984), a aprendizagem do indivíduo na escola tem uma pré-história, pois essa aprendizagem começa muito antes da escolar (conhecimento cotidiano). Portanto, é necessária uma articulação entre o conhecimento do cotidiano e o formal.

“Se formos capazes de desenterrar essa pré-história da escrita, teremos adquirido um importante instrumento para os professores: o conhecimento daquilo que a criança era capaz de fazer antes de entrar na escola” (LURIA, 1988, p. 145).

A criança traz toda uma pré-história de aprendizagem antes de aprender a ler e escrever. O professor mediador deve saber o que o seu aluno é capaz de fazer antes de entrar na escola. Partindo desse fazer cotidiano e levando-se em consideração as diferentes experiências por ele vividas, o educador possibilitará um ensino significativo. Além disso, ao orientar o processo de aprendizagem, sentir-se-á envolvido com a leitura e com a escrita da linguagem matemática efetuada na sala de aula.

[...] Podemos afirmar que cada pessoa tem seu modo de pensar e de resolver situações que se lhe apresentam no cotidiano, com caminhos alternativos para atingir o mesmo fim. Com isso, pensamos na possibilidade de que seja permitido o uso de vários algoritmos para que se veja a história da descoberta e sugerimos que, especialmente, seja ressaltado o modo como as pessoas conseguem resolver situações matemáticas. Assim, pensamos que, sentindo-se sujeitos de suas aprendizagens, as pessoas terão a possibilidade de verificar que sabem e que podem conhecer mais. Olhar para o modo como resolveram a situação evidenciada é acompanhar a aventura de uma descoberta; é, também, desocultar como a pessoa pensou e construiu sua ideia; é, enfim, mostrar o que se passa no momento de criação e verificar que, nesse processo, não existe uma forma única de ação. (DANYLUK, 2001, p. 180)

Portanto, cabe ao mediador, identificar conceitos matemáticos nas produções dos alunos, acompanhar o percurso da construção deles para poder melhor orientá-los na passagem do conhecimento espontâneo, conforme D’Ambrósio (1986), para o conhecimento elaborado, isto é, sistematizado.

Kamii (1994) acredita que as crianças que explicam suas ideias desenvolvem mais rápido do que aquelas que apenas seguem as regras de alguém. Devemos dar a liberdade às crianças de refletirem em suas próprias ideias, e, essa liberdade está presente no lúdico.

Com o lúdico, a criança brinca e desenvolve habilidades que auxiliam na interpretação de conceitos matemáticos. Segundo os PCN (1997, p. 19), a aprendizagem em Matemática está ligada à compreensão, ou seja, à apreensão do significado de um objeto, que pressupõe vê-lo em suas relações com outros objetos e acontecimentos.

As brincadeiras e os jogos, quando bem planejados, são recursos pedagógicos eficazes para que a criança revele sua forma de pensar, favorecendo a construção do conhecimento matemático e o surgimento de estruturas operatórias, como as aditivas. Representam uma boa situação-problema, em que os alunos resolvem brincando.

É na situação de brincar que as crianças questionam, desafiam e colocam seu comportamento do dia a dia, levantando hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos durante as brincadeiras. Os jogos evidenciam o caráter emocional da

criança, enquanto brinca e os aspectos relativos à socialização, pela resolução de problemas advindos “[...] dos conflitos que podem surgir nos jogos onde existem duas equipes antagônicas.” (WANLLON, 1989, p.210)

O uso de jogos nas aulas de matemática, como suporte para o educador, é útil em todos os níveis de ensino. Apresenta-se ao educador como ferramenta para facilitar a aprendizagem de conceitos e estruturas matemáticas. E, para o aluno, desenvolve a sua capacidade de compreensão e de resolver situações-problema.

A diversidade de situações que os jogos possibilitam pode favorecer na aquisição e novos conceitos, estimulando os diversos tipos de inteligências. O jogo contribui com o desenvolvimento da inteligência e pode ser considerado um instrumento incentivador e motivador no processo de ensino e aprendizagem.

Rizzo (1998, p.48) afirma que: “Os jogos constituem um poderoso recurso de estimulação do desenvolvimento integral do educando.” Eles desenvolvem a atenção, disciplina, autocontrole, respeito às regras e habilidades perspectivas e motoras relativas a cada tipo de jogo oferecido.

Os jogos prendem a atenção do aluno. Aquele conteúdo que, antes era cansativo, torna-se atrativo quando os seus conceitos são aplicados por meio da ação de um jogo.

Compreender a linguagem matemática por meio de jogos deve fazer parte do processo de aprendizagem de qualquer educando por entendermos que durante os jogos, “ao comunicar o seu pensar, ele faz mediante a linguagem” (DANYLUK *apud* SANTOS, 2004, p.4).

METODOLOGIA

Uma das estratégias importantes para a obtenção dos resultados esperados foi a realização de um trabalho integrado entre a comunidade, o curso de Pedagogia e a Extensão. Colaborando dessa forma para a indissociabilidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), com a participação de professor e estudantes de licenciatura que atuaram com jogos na comunidade do Areal, fazendo da mesma um espaço de aprendizagens e pesquisas.

Os estudantes e professores do projeto estiveram diretamente envolvidos a partir de um planejamento coletivo. O diálogo constante entre a Faculdade e a comunidade aconteceu durante o desenvolvimento do projeto.

Neste espaço, estudantes, professores e crianças, construíram conhecimentos brincando de forma muito envolvente. Durante as brincadeiras, as crianças desenvolveram a criatividade, o raciocínio lógico, a comunicação e o trabalho coletivo.

A pesquisa e o estudo bibliográfico foram feitos para fundamentação teórica do projeto.

Os encontros para realização das ações aconteceram da seguinte forma:

Na comunidade com as crianças, uma vez por semana, por 4 horas, para confecção e utilização dos jogos educativos;

Na comunidade com os pais uma vez por mês para apresentação e participação com as crianças nos jogos;

Com o estudante bolsista uma vez por semana, 4 horas, para estudo bibliográfico e planejamento das atividades.

Acreditamos que este projeto ajudou para o encontro do curso de pedagogia, tanto no espaço da Faculdade como na comunidade que nos abriga. Os saberes acadêmicos e culturais se cruzam e se complementam.

Contexto de atuação

O projeto foi desenvolvido na comunidade do Areal, situada na cidade-satélite de Águas Claras. A ocupação do antigo Setor de Atividades Complementares de Taguatinga começou em 1984, com a invasão da Vila Areal, entre as quadras 6 a 10.

Águas Claras começou a ser construída em 1990 e em 2003. A cidade foi transformada na XX Região Administrativa do DF, que engloba o núcleo rural Vereda da Cruz, o Setor habitacional Arniqueiras e o Areal. Apresenta um contraste de problemas sociais, marcado pela divisão de dois setores habitacionais. A parte de condomínios verticais (apartamentos) possui uma infraestrutura de boa qualidade, oferecida pelo Governo e uma população que, em sua maioria, pertence às classes socioeconômicas A e B. Por outro lado, o Areal, fruto de um assentamento e luta por uma moradia própria, é a parte constituída por residências, cujas condições de infraestrutura são bastante precárias e, por isso, a população desse local sente-se desvalorizada e marginalizada. Neste setor (Areal), a população é carente, faltam escolas, espaços culturais, quadras de esporte e os índices de criminalidade são bastante altos. A falta de condição econômica da população aliada ao desemprego é uma realidade presente, prejudicando o ingresso dessas pessoas no mercado formal de trabalho ou a oportunidade de trabalharem por conta própria.

Areal tem atualmente aproximadamente cerca de 30.000 mil habitantes.

(Fonte: Administração De Águas Claras)

Participantes

Fizeram parte do projeto 180(cento e oitenta) crianças de cinco anos de idade do Centro de Educação Infantil-Águas Claras na QS 11 do Areal; 09(nove),outras de 08 a 10 anos da Associação de moradores do setor sul de Águas Claras – Areal- QS 11; uma bolsista do curso de Pedagogia do ICESP e uma professora do ICESP orientadora do projeto.

Ações realizadas de agosto de 2017 a julho 2018

1. Realização de pesquisa bibliográfica para base de fundamentação teórica;
2. Realização de encontros com os pais das crianças e adolescentes participantes do projeto para apresentação e utilização dos brinquedos elaborados por eles.
3. Parceria com entidades e instituições da cidade que apoiem o projeto, priorizando a consolidação do mesmo.
4. Encontros semanais para estudo, planejamento de estratégias didático–pedagógicas e elaboração de jogos;
5. Realização de atividades lúdicas para crianças e adolescentes, de 8 a 10, por um estudante,bolsista, do curso de Pedagogia do ICESP. Xadrez, Mancala, Origami, Resta um, Torre de Hanói, Dominó, Quebra-cabeça e Pega Varetas identificando os conceitos cotidianos em situações aditivas.
6. Confecção de jogos matemáticos e outros materiais didáticos;
7. Planejamento e coordenação de uma oficina: “A arte de aprender brincando” subsidiando os estudantes e a professora de artes do curso de Pedagogia do ICESP para um ambiente de sala de aula mais prazeroso;
8. Elaboração de um Banner para apresentação e divulgação das ações da Extensão.

Avaliação

Concebemos a avaliação como um processo e ação participativa que envolve os sujeitos de uma ação educativa. O controle, nessa perspectiva, se dá de forma conjunta e

sistemática num exigente processo de construção da corresponsabilidade na concretização dos objetivos e metas do projeto.

De acordo com nossos princípios metodológicos, primamos nos processos avaliativos por:

- a) Participação em todo processo antes, durante e depois das atividades;
- b) Construção coletiva dos Jogos e conceitos matemáticos aprendidos;
- c) Melhora no rendimento escolar das crianças que integram o projeto;
- d) Melhora na relação interpessoal;
- e) Atividades utilizadas na intervenção junto aos participantes do projeto: formação, oficinas, pesquisas, confecção de jogos e outros, acontecem de forma articulada, visando alcançar os objetivos, resultando em maior qualificação dos envolvidos.

A participação dos membros da comunidade nos processos avaliativos foi fundamental, para que os processos avaliativos tivessem outros olhares.

RESULTADOS E APRENDIZAGENS

Houve um reconhecimento por parte dos educadores da Escola, da comunidade e da Associação, como ambiente lúdico favorável de aprendizagem e de melhoria da qualidade do ensino.

As crianças e adolescentes que aprenderam através de jogos estão mais confiantes, interagindo melhor entre si e com a graduanda, bolsista do ICESP. Dessa forma foram conquistando a autonomia a cada encontro. Outros resultados: aumento da capacidade de criatividade, raciocínio lógico, de comunicação e de trabalho coletivo das crianças.

A graduanda adquiriu maior visão sobre o que é uma experiência de docência e demonstra também uma ampliação no contexto de aprendizagem, com oportunidades de melhorar sua formação profissional e humana.

Houve aumento da capacidade de organização de trabalhos coletivos entre os participantes do projeto. Os estudantes de Pedagogia que participaram da oficina lúdica “A arte de aprender brincando” perceberam a importância do ambiente lúdico para favorecer a aprendizagem e a melhoria da qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Educação Matemática: do cotidiano à sala de aula, oportunizou aos graduandos do curso de Pedagogia do ICESP e aos professores um contexto de aprendizagem,

desenvolvendo habilidades, melhorando a sua formação profissional e a práxis em sala de aula.

O Projeto colaborou para a indissociabilidade (ensino, pesquisa e extensão), com a participação das crianças do Centro de Educação Infantil-Águas Claras, as crianças da Associação de moradores do setor sul de Águas Claras – Areal- QS 11, graduandos do curso de Pedagogia do ICESP e uma professora do ICESP, orientadora do projeto que atuam fazendo das ações mesmo um espaço de aprendizagens e pesquisas.

Os espaços, para diálogos constantes que tivemos com a comunidade, foram enriquecedores e nos subsidiaram para o trabalho em equipe fortalecendo nossas reflexões sobre as ações e dando respostas às nossas dúvidas e questionamentos. Muitos foram os desafios, porém, as recompensas foram bem maiores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª séries): Matemática / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1997. 142 p.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Ana Lúcia. **Na vida dez, na escola zero**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995

D'AMBRÓSIO, Ubiratan, **Etnomatemática: arte ou técnica de explicar e conhecer**, São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática**, 3ª ed., São Paulo: Sumus e Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

DANYLUK, Ocsana. **Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, Passo Fundo: Ediupf, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

KAMII, Constance. **Aritmética novas perspectivas: implicações da teoria de Piaget**. Tradução: Marcelo Cestari T. Lellis, Marta Rabioglio e Jorge José de Oliveira. 3 ed. – Campinas, SP: Papirus, 1994.

LURIA, A. R. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

MUNIZ, Cristiano. **Textos para estudo**. GESTAR – MEC, 2003.



RIZZO, Gilda. **Jogos Inteligentes: a construção do raciocínio na escola natural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SANTOS, Maria Auxiliadora Antunes dos. **Matemática para a formação do alfabetizador.** Brasília: Universa, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da criança.** Lisboa: Veja/Universidade, 1989.



INSERÇÃO DO DISCENTE DE MEDICINA VETERINÁRIA À REALIDADE DOS SISTEMAS PRODUTIVOS PECUÁRIOS

Vitor Dalmazo Melotti⁵ – UNICESP

Eixo Temático: Extensão universitária e sua função social (JEC)

RESUMO

Este projeto de extensão vem sendo desenvolvido na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE / DF, em propriedades rurais dedicadas à produção de ruminantes, suínos e equinos. A princípio, foram beneficiadas somente propriedades rurais assistidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto – GO (SEDAP-GO) e propriedades rurais do Distrito Federal assistidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF). Participam do projeto 60 alunos do 9º período, e 1 professor do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário ICESP de Brasília. As ações do projeto são desenvolvidas mensalmente, durante os horários de aula das disciplinas de clínica cirúrgica 2 ou clínica médica 2. A seleção das comunidades participantes tem sido de responsabilidade da SEDAP – GO e EMATER-DF. Os atendimentos foram realizados de acordo com a casuística. A atuação do curso de Medicina Veterinária foi de caráter complementar, com apoio técnico para as realizações das atividades, que consistiu no diagnóstico estrutural, sanitário, nutricional, clínico, cirúrgico e reprodutivo do rebanho de ruminantes, equinos e suínos. Em seguida são colocadas em práticas as atividades corretivas conforme a disposição de recursos, e a realidade dos produtores e propriedades, já que os custos com medicações e materiais ambulatoriais são de responsabilidade do produtor rural. Após as visitas realizam-se com os alunos, discussões dos casos clínicos e situações problemas encontrados em cada visita.

Palavras-chave: Extensão; Propriedades Rurais; Atividades Corretivas.

INTRODUÇÃO

Dentre os pilares que regem atualmente o ensino superior brasileiro, a extensão refere-se a uma ressignificação da extensão nas relações internas com os outros afazeres acadêmicos, com a comunidade na qual ela está inserida, ou seja, na comunidade externa.

⁵Graduado em Medicina Veterinária, Residência em Clínica e cirurgia de Grandes Animais e Mestrado em Saúde Animal pela Universidade de Brasília. E-mail: vitordm1@hotmail.com

Tornando-se assim, uma via de mão dupla entre o mundo acadêmico e a sociedade (SERRANO, 2010).

A extensão na formação do indivíduo apresenta-se de forma importante, pois irá possibilitar a formação do profissional cidadão, cada vez mais junto à sociedade, com espaço privilegiado de produção de conhecimento significativo para auxiliar na reparação das desigualdades sociais ainda existentes (SCHEIDEMANTEL et al., 2004).

No caso da atividade de extensão rural, esta foi desenvolvida com o intuito de conhecer a realidade do pequeno produtor rural e integrar os conhecimentos obtidos na área acadêmica, de forma a adequar soluções, para que as atividades de subsistência se tornem fonte de renda e melhoria da qualidade de vida, juntamente a ações de respeito e conservação ambiental. Compreender como configuram as atividades geradoras de renda que caracterizam os sistemas de produção agropecuários é indispensável para uma ação consistente da extensão rural (CARNEIRO; JUNIOR, 2008).

Segundo Lunetta (1991), devido à complexidade que se dá o processo de aprendizagem, se faz necessário o uso de diversas estratégias de ensino para que as diferentes formas de aprendizado possam ser contempladas. As aulas de campo são estratégias utilizadas pelos docentes com a intenção de oferecer uma melhor aprendizagem para os alunos, além de lhes fornecer a oportunidade de vivenciar, na prática, um ambiente mais próximo da realidade profissional, com a qual eles poderão se deparar ao sair do âmbito acadêmico (OLIVEIRA et al, 2013).

As aulas de extensão rural a campo são de caráter preparatório, já que proporcionam aos alunos uma maior noção de como é a realidade com sociedade, em que ele será futuramente inserido como profissional. Pois o aluno colocará em prática o que é visto em sala de aula, e a partir disso, contribui para sua formação (SANTOS; DAXENBERGER, 2013).

Entretanto, nos últimos anos, há uma crescente discussão sobre a utilização de animais nas aulas práticas no ensino superior brasileiro, tendo em vista que a sociedade está atenta às questões éticas e científicas acerca do assunto. Tal utilização ocorre em diversos cursos como Medicina, Psicologia, Farmácia, Fisioterapia, Educação Física, Medicina Veterinária, Zootecnia, entre outros (MASSON et al., 2013; DANIELSKI et al., 2011).

Muitas são as posições sobre esse assunto, que permeiam as esferas ética, moral, racional e sentimental de estudantes, professores e cientistas, contudo, em sua avaliação, o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Benedito Fortes de Arruda, diz-se "favorável ao fim do uso prejudicial de animais em ensino". Por outro lado, analisa que

“os animais são necessários para a formação profissional e sua utilização não pode ser banida do ensino”. Uma das formas de uso não prejudicial é quando, além dos objetivos didático-científicos, há um benefício ao animal, pois se trata de procedimento que realmente tem indicação de intervenção médica veterinária. Um exemplo dessa situação é quando alunos participam de procedimentos em clínica cirúrgica, auxiliando na prestação de atendimento a animais que necessitam das, por questões de saúde, ou quando alunos de técnica cirúrgica participam de cirurgias de esterilização, com indicação voltada ao controle populacional (NETO; FILHO, 2017).

Devido a discussão crescente sobre a utilização de animais nas aulas práticas no ensino superior do Brasil, uma das formas de contribuir para a formação do aluno, com a utilização de animais de forma não prejudicial, é por meio das aulas de extensão rural que visem a assistência técnica, pois possibilita que os acadêmicos adquiram experiência de forma prática nas áreas de clínica médica, clínica cirúrgica, reprodução, patologia e de prevenção sanitária do rebanho, em situações que realmente necessitem de intervenções profissionais, o que proporciona ao aluno a criação do raciocínio analítico, para que consiga formular soluções para os diversos problemas encontrados nas situações reais.

Considerando estes pressupostos, o objetivo desse projeto é inserir os alunos do 9º período do curso de Medicina Veterinária à realidade dos sistemas produtivos pecuários da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE - DF, além de auxiliar os produtores rurais da região com uma assistência técnica qualificada e de baixo custo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética para o Uso de Animais (CEUA) do Centro Universitário ICESP de Brasília - UNICESP, protocolado como AP01118.

O projeto vem sendo desenvolvido na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE – DF. A princípio, foram beneficiadas somente propriedades rurais assistidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pesca da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto – GO (SEDAP-GO) e propriedades rurais do Distrito Federal assistidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF). As unidades escolhidas foram pequenas propriedades do tipo empresa familiar dedicadas à produção animal de ruminantes, equinos e suínos. No total, participam do projeto 60 alunos do 9º período e um professor do curso de Medicina

Veterinária do UNICESP. As ações do projeto foram desenvolvidas mensalmente, durante os horários de aula das disciplinas de clínica cirúrgica II ou clínica médica II.

A comunicação com os produtores interessados e o agendamento dos dias das visitas são de responsabilidade SEDAP-GO e EMATER-DF, que previamente entram em contato com os produtores, para questioná-los sobre quais as principais necessidades das propriedades.

Atuação do curso de Medicina Veterinária possui caráter complementar, com apoio técnico para as realizações das atividades em cada propriedade, que consiste no diagnóstico estrutural, sanitário, nutricional, clínico, cirúrgico e reprodutivo do rebanho de ruminantes, equinos e suínos, por meio de questionário investigativo e avaliação clínica. Após esta etapa, são postas em práticas as atividades corretivas conforme a disposição de recursos, e a realidade dos produtores e propriedades. Os custos com medicações e materiais ambulatoriais são de responsabilidade do produtor rural.

Além dos trabalhos executados no âmbito das unidades de produção, foram feitas discussões com os alunos sobre os casos clínicos e situações problemas encontrados em cada visita, com objetivo de estimular a capacidade analítica dos acadêmicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No mês inicial, realizou-se a divulgação das atividades que seriam disponibilizados pelo projeto. A divulgação ficou a cargo das equipes da SEDAP-GO e EMATER-DF. Os atendimentos foram realizados de acordo com a casuística, ou seja, solicitação dos produtores rurais.

Em dois meses de projeto foram atendidas 3 propriedades rurais, as atividades realizadas podem ser visualizadas na Figura 1 e Figura 2.

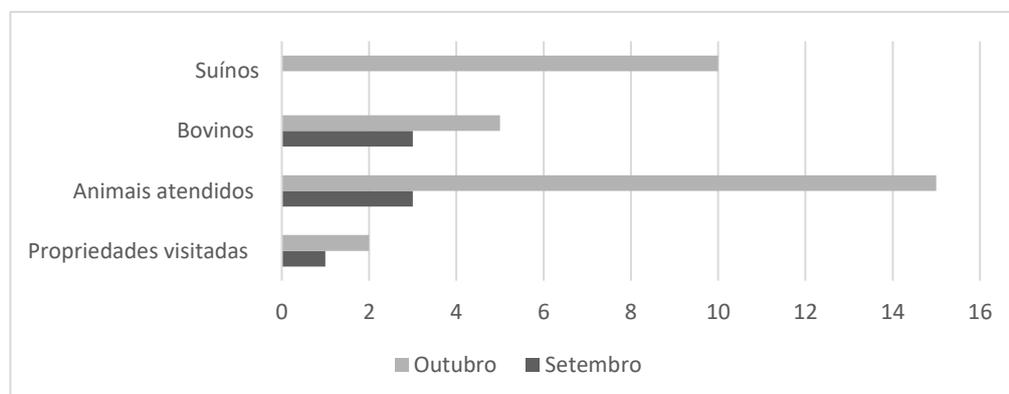


Figura 1: Gráfico indicando a quantidade de propriedades visitadas, animais atendidos, espécies atendidas por mês.

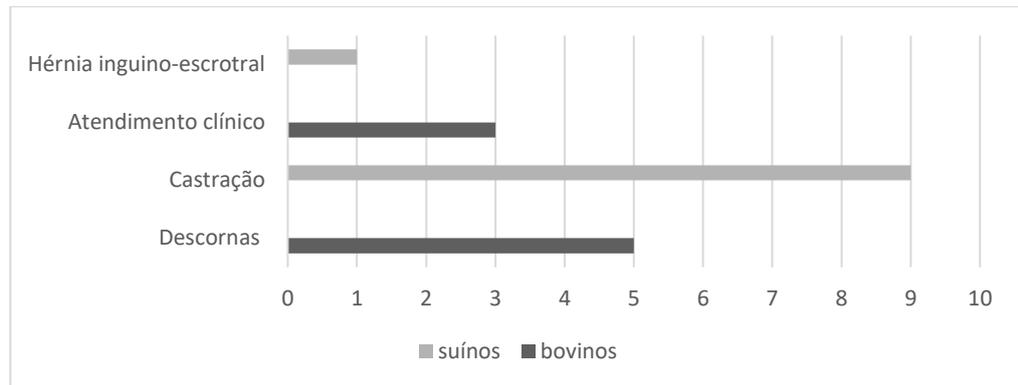


Figura 2: Gráfico indicando a quantidade de procedimentos realizados e espécies atendidas nos dois meses.

Observou-se grande interesse por parte de aluno, professores e produtores rurais pelo projeto de extensão, pois os objetivos foram alcançados com a produção de conhecimento e resultados na conquista crescente da capacidade de analisar criticamente as problemáticas da vivência diária das problemáticas das propriedades rurais.

Estes achados concordam com Lenocho, et al (2015) que realizaram atendimento, elaboração de diagnóstico, tratamentos clínicos e cirúrgicos, em projeto de extensão e observaram a importância de proporcionar a vivência prática aos alunos, bem como o de colocar o produtor rural em contato com os futuros profissionais. De fato, no presente projeto, os alunos se sentiram responsáveis por realizar os procedimentos, sob orientação do professor, pode-se visualizar na Figura 3.



Figura 3. Alunos realizando os procedimentos sob orientação do professor.

Estes procedimentos podem ser potencializados por meio de palestras tal como o faz Souza, et al (2013), em seus projetos de extensão, com reunião de vários produtores para orientação de manejo sanitário, com objetivo de disponibilizar novas ideias acerca de métodos alternativos para destino adequado dos resíduos dos animais e de materiais utilizados.

Em outras atividades de extensão, como as coordenadas por Jamas et al (2015), ao realizarem a educação sanitária para melhor qualidade do leite em propriedades da agricultura familiar por meio de dia de palestras e dia de campo, observaram a importância das atividades de extensão rural, para melhora na qualidade de leite produzida, tendo em vista a redução da Contagem de Células Somática (CCS) do tanque comunitário de expansão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto apresenta-se como uma grande oportunidade para os alunos, pois proporciona a prática de ensinamentos obtidos em sala de aula, além de possibilitar a formação da capacidade analítica e do raciocínio crítico para as resoluções das problemáticas enfrentadas pelos futuros profissionais que irão trabalhar a campo. Os resultados preliminares mostram que os produtores rurais da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE - DF também são beneficiados com as orientações e correções realizadas.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S.; SOARES JUNIOR, D.. Implantações de Redes de Referências em assentamentos rurais no Norte do Paraná. **IV Congresso De Assistência Técnica E Extensão Rural**, Londrina, 2008.

DANIELSKI, J. C. R.; BARROS, D. M.; CARVALHO, F. A. H. O uso de animais pelo ensino e pela **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**pesquisa: prós e contras.. Rio de Janeiro, v5, n.1, p.72- 84, Mar., 2011.

JAMAS, L. T.; SALINA, A.; JOAQUIM, S. F.; MENOZZI, B. D.; MATSUMOTO, M. H.; GOMES, E. N.; LATOSINSKI, G. S.; LANGONI, h. Educação sanitária para melhor qualidade do leite em propriedades da agricultura familiar. **8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP**, 2015.

LENOCH, R.; SCHWEGLER, E.; SILVEIRA, M. F.; LEITE, L. C.; MILCZEWSKI, V.; MEDEIROS, B. R.; PADILHA, C. E.; BIANCHI, I. Assistência Agropecuária e Veterinária

em Propriedades Rurais da Região de Araguari. **VI Mostra científica e Tecnológica e V Evento de Pesquisa e Extensão**. Araguari, 2015.

LUNETTA, V. N. Atividades práticas no ensino da Ciência. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 2, n. 1, p. 81-90, 1991.

MASSON, I. F. B.; BALDAN, C. S.; RAMALHO, V. R.; JUNIOR, I. E.; MASSON, D. F.; PEIXOTO, B. O.; VILICEV, C. M.; FARCIC, T. S. Conhecimento e envolvimento de graduandos em fisioterapia acerca dos preceitos éticos da experimentação animal. **Revista Bioética**, v. 21, p 136-41, 2013.

NETO, J. M. C.; FILHO, E.F.M.. Substituição de animais no ensino. Até que ponto?. **Revista CFMV**, Brasília – DF, Ano XXIII, nº 72, Pag. 34- 42, 2017.

OLIVEIRA, E. J. G.; PORTELA, V. A.B.; SOARES, A.F.. Pesquisa Avaliativa Referente à Importância e Aspectos Gerais da Aula de Campo Realizada na Disciplina de Fisiologia Especial dos Animais Domésticos no Semestre 2012.2. **XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – UFRPE – JEPEX**, 2013.

SANTOS, V.S. ; DAXENBERGER, A. C. S.. A Importância Da Extensão Universitária Como Uma Prática Inclusiva Na Formação Acadêmica. **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. 2013.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEXEIRA, I. T. **A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SERRANO, R. M. S. M. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. João Pessoa: UFPB/PRAC, 2010.

SOUSA, K. M. P.; LIMA FILHO, J. A. C.; KÜNG, E. S.; BARTOLOMEU, C. C.; LIMA, P.F.; OLIVEIRA, M.NA.L.; FAUSTINO, M. A.G. Orientação de manejo sanitário e reprodutivo aos pequenos criadores de bovinos de leite de Camocim de São Félix – pe. **XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX – UFRPE**, 2013.

RADIOLOGIA NO COMBATE AO CÂNCER DE MAMA

Larissa Cristiane Lopes Soares⁶

Kesley Campos da Silva⁷

Samila Sátila Vieira da Silva⁸

Thalita Lauanna Gonçalves da Silva Ferreira⁹

Vera Lúcia Teodoro dos Santos¹⁰

Vinicius dos Reis Silva¹¹

Yago Rodrigues Rocha¹²

Extensão universitária e sua função social (JEC)

Agência Financiadora: Núcleo de Extensão das Faculdades

Integradas Promove de Brasília NEXT

RESUMO

O câncer de mama é causado pela multiplicação desordenada das células da mama, formando, assim, o tumor. É o mais prevalente entre as mulheres em todo o mundo, com crescimento de 25% ao ano. Estima-se o aparecimento de 58.700 novos casos em 2018. O objetivo geral é apresentar orientações oferecidas sobre os fatores de risco para o acometimento do câncer de mama. São objetivos específicos apresentar atividades educativas realizadas com os discentes a respeito do câncer de mama apresentar orientações oferecidas a mulheres a respeito da importância do diagnóstico precoce do câncer de mama. A metodologia utilizada foi a abordagem de discentes e dos docentes no *campus* da faculdade. Os discentes e docentes da Faculdade ICESP, que são em torno de 3.269 pessoas, foram orientados acerca dos cuidados no processo de prevenção ao câncer de mama. O projeto de extensão capacitou profissional à formação de cidadão, interligando a Universidade com as comunidades e possibilita a aproximação das demandas da maioria da sociedade. De extensão, a partir da prevenção do acometimento do câncer de mama, desenvolveu um *folder* explicativo, que busca aprofundar o conhecimento da mulher referente aos fatores modificáveis e não modificáveis causadores do câncer. A intervenção na comunidade acadêmica na sociedade em geral é um fator de prevenção

⁶Discente Tecnóloga em Radiologia Faculdade ICESP e-mail: lyssa_cris02@hotmail.com

⁷Tecnólogo em Radiologia e-mail: kesleycb.19@gmail.com

⁸Discente Tecnóloga em Radiologia Faculdade ICESP e-mail: samilasatila25@gmail.com

⁹Docente Faculdade ICESP, Mestranda em Tecnologia da Informação aplicada a Biologia Computacional e-mail: thalitalauanna@gmail.com

¹⁰Docente Faculdade ICESP, Mestranda em Tecnologia da Informação aplicada a Biologia Computacional e-mail: veraluciats@gmail.com

¹¹Mestrando em Tecnologia da Informação aplicada a Biologia Computacional e-mail: vinicius@cefetmg.br

¹²Discente de Nutrição Faculdade Promove/BH e-mail: yagorr1993@gmail.com

epromoção da saúde das mulheres acometidas do câncer de mama. Os fatores de proteção para o câncer de mama devem ser evidenciados e promovidos pela comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das mulheres inseridas neste contexto social.

Palavras-chave: Radiologia; Câncer de mama; Prevenção.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama é causado pela multiplicação desordenada das células da mama, formando, assim, o tumor. É o tipo mais prevalente entre as mulheres em todo o mundo, com crescimento de 25% ao ano. Estima-se que cerca de 58.700 novos casos surgirão em 2018.

O câncer de mama pode se apresentar por vários fatores, sendo que a idade é o fator mais prevalente (INCA, 2016). A detecção precoce do câncer de mama pode ser realizada através do autoexame e do exame de mamografia para mulheres acima de 50 anos a cada 2 anos quando não há sintomas da patologia (INCA, 2018).

O controle do câncer de mama no Brasil é a primazia do Sistema Único de Saúde. Com isso o exame de mamografia é adotado na política de saúde pública, sendo que possui sensibilidade de 88,8% a 93,1%. O diagnóstico pela mamografia é apresentado em mulheres com sintomas de nódulos, espessamento e descarga papilar (BRASIL, 2007).

Os hábitos saudáveis podem diminuir, aproximadamente, 30% dos casos. São exemplos de hábitos saudáveis: a prática de atividade física, a alimentação adequada, o peso corporal adequado, o não consumir bebidas alcoólicas e a amamentação (INCA, *op. cit.*). Os genes BRCA1 e BRCA2 são específicos para desencadear o câncer de mama quando há a mutação nas células (AMERICAN CANCER SOCIETY, 2010).

Justifica-se este estudo tendo em vista que, com o crescente aumento do acometimento do câncer em mulheres após os 50 anos, a prevenção dos fatores de risco, desde o início, pode diminuir a progressão da doença (INCA, *op. cit.*). O atraso no tratamento pode agravar o quadro clínico, que ocorre no início dos sintomas até o atendimento na unidade de saúde, na demora do diagnóstico médico e no acesso aos exames e no início do tratamento (SOUZA *et al.*, 2015).

Deste modo, a atuação e a orientação dos discentes, dos docentes e da sociedade no conhecimento dos fatores de risco e no auxílio do diagnóstico poderá diminuir a prevalência do câncer de mama. A prevenção dos fatores de risco para a co-morbidade e o conhecimento das etapas do início ao diagnóstico clínico em alguns estudos serviu como base para o planejamento das estratégias de intervenção e das políticas de saúde (SOUZA *et al.*, *op. cit.*).

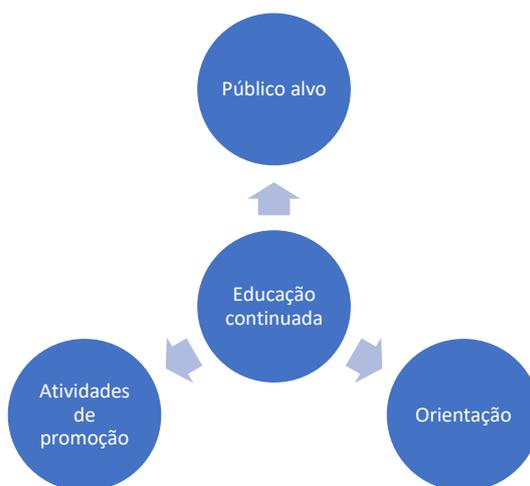
O objetivo geral deste artigo é orientar sobre os fatores de risco para o acometimento do câncer de mama. São objetivos específicos: a) apresentar atividades educativas realizadas com os discentes a respeito do câncer de mama; e b) apresentar orientações dadas a mulheres a respeito da importância do diagnóstico precoce do câncer de mama.

METODOLOGIA E METODOS

A metodologia utilizada foi a abordagem ativa dos discentes e dos docentes no campus da faculdade ICESP, localizada em Brasília-DF, QS 05, Rua 300, Lote 01 – Águas Claras. Foram executadas as orientações sobre o câncer de mama e sobre os fatores de risco para o seu acometimento.

Com a orientação, a reconstrução do seu saber insere o discente e os docentes no centro de aprendizagem que ocorre pela ação (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017). A panfletagem foi em locais estratégicos da faculdade na prospecção da população. O público alvo foi a comunidade de discentes e docentes. Utilizou-se o fluxo de execução com abordagem do público alvo, orientação e atividades de promoção decorrendo na educação continuada (Figura 1).

Figura 1 – Processo de execução do projeto de extensão radiologia no combate ao câncer de mama.



Fonte: elaborada pelos autores.

Em relação à orientação, foi desenvolvido um panfleto com orientações acerca do câncer de mama, que continha informações relacionadas ao que é o câncer de mama, o que pode aumentar o risco, como prevenir e sinais e sintomas. As atividades de promoção foram através de abordagens nos horários do intervalo, sanando dúvidas em relação ao câncer de

mama e dando orientações sobre a prevenção e a promoção da saúde dos discentes e dos docentes.

Foi desenvolvido o fortalecimento da educação continuada da população alvo, uma vez que predispõe o aprendizado ao longo da vida, no acúmulo e no disparo de novos conhecimentos acerca do câncer de mama. Através do conhecimento, é possível identificar e definir os problemas relacionados ao contexto educacional (RIBEIRO, 1986).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram orientados, acerca dos cuidados no processo de prevenção ao câncer de mama, os discentes e os docentes da Faculdade ICESP, que são em torno de 3.269 pessoas. O projeto está em fase inicial de desenvolvimento.

O projeto de extensão capacita o profissional à formação de cidadão, interligando a Universidade com as comunidades e possibilitando aproximar das demandas da maioria da sociedade (SCHEIDEMANTEL; KLEIN; TEIXEIRA, 2004). As comunidades carentes são levadas ao desenvolvimento e ao conhecimento de práticas de pesquisa e ensino melhorando a qualidade das populações atendidas (MOURA *et al.*, 2012).

Neste contexto, as estratégias de prevenção ao câncer de mama são adotadas, sendo elas a primária, a secundária e a terciária. Elas buscam prevenir, diagnosticar e tratar precocemente, buscando diminuir os efeitos à saúde (Figura 2) (THULER, 2003).

Figura 2: Estratégias de prevenção conforme o estágio de progressão da doença.



Fonte: THULER, L. C. Considerações sobre a prevenção do câncer de mama feminino. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 49, n. 4, p. 227-38, 2003. Disponível em <http://files.sandrabarbosa.webnode.com.br/200000125-69b376aad0/preven%C3%A7%C3%A3o%20do%20cancer%20de%20mamaARTIGO.pdf> Acesso em 10 out. 2018.

A prevenção primária consiste em ações que busquem a diminuição do acometimento da doença, reduzindo os novos casos na população. Podem-se destacar campanhas de prevenção ao tabagismo, práticas sexuais seguras e campanhas de vacinação (THULER, 2003). Vários são os fatores de risco para o câncer de mama, entre eles o histórico familiar da doença, os fatores reprodutivos, a suscetibilidade genética, a alimentação e os hábitos de vida (INCA, 2016).

O câncer de mama em 2018, estimado entre as mulheres, está como o principal tipo, com, aproximadamente, 59.700 casos (29,5%) (INCA, 2017). A Tabela 1 demonstra a distribuição proporcional dos dez tipos de cânceres mais incidentes:

Tabela 1– Distribuição proporcional dos dez tipos de câncer mais incidentes estimados para 2018 por sexo, exceto pele não melanoma*

Localização Primária	Casos	%			Localização Primária	Casos	%
Próstata	68.220	31,7%	Homens	Mulheres	Mama Feminina	59.700	29,5%
Traqueia, Brônquio e Pulmão	18.740	8,7%			Cólon e Reto	18.980	9,4%
Cólon e Reto	17.380	8,1%			Colo do Útero	16.370	8,1%
Estômago	13.540	6,3%			Traqueia, Brônquio e Pulmão	12.530	6,2%
Cavidade Oral	11.200	5,2%			Glândula Tireoide	8.040	4,0%
Esôfago	8.240	3,8%			Estômago	7.750	3,8%
Bexiga	6.690	3,1%			Corpo do Útero	6.600	3,3%
Laringe	6.390	3,0%			Ovário	6.150	3,0%
Leucemias	5.940	2,8%			Sistema Nervoso Central	5.510	2,7%
Sistema Nervoso Central	5.810	2,7%			Leucemias	4.860	2,4%

*Números arredondados para múltiplos de 10.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil** / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. – Rio de Janeiro: INCA, 2017.

A prevenção secundária consiste na alteração da direção. Nesta etapa, a mulher, já acometida da doença, deve ser diagnosticada precocemente, buscando alterar o curso da doença diminuindo a morbimortalidade. A educação e o ensino dos profissionais que estão ligados no diagnóstico devem proporcionar o seu reconhecimento em estágios menos avançados (THULER, *op. cit.*).

Programas de rastreamento do câncer de mama devem ser adotados, pois buscam identificar mulheres em estágios iniciais do acometimento da doença. As estratégias que estão disponíveis são as seguintes: mamografia (MMG), exame clínico das mamas (ECM) e autoexame das mamas (AEM) (THULER, *op. cit.*).

Na mamografia rastreia-se o câncer com exame radiológico, que é utilizado na identificação inicial da patologia. O exame iniciou-se em 1987 na Islândia e na Suécia, em 1988 nos Países Baixos e no Canadá, nos anos 90 na Austrália, no Reino Unido, nos Estados Unidos, em Israel e na França. Em um período de 4 anos, observou-se o decaimento da mortalidade (THULER, *op. cit.*).

O ECM não tem estudo que apresenta a sua eficácia, sendo necessário que se inicie aos 20 anos de idade, periodicamente de 3 em 3 anos. Após os 39 anos, deve ser realizado anualmente. Essa técnica limita-se a tumores em estágio inicial, com dimensões menores que 2cm (THULER, 2003).

O AEM é recomendado desde os anos 30 e foi introduzido na política de saúde pública nos Estados Unidos desde os anos 50, que, neste contexto, 90% dos casos são identificados pelas próprias mulheres, tornando esse método eficaz no tratamento do diagnóstico precoce da doença (THULER, *op. cit.*).

As mulheres devem ter uma atenção irrestrita à sua mama. Ao reconhecer qualquer alteração, ela deverá comunicar o profissional de saúde (THULER, *op. cit.*).

O projeto de extensão, a partir da prevenção do acometimento do câncer de mama, desenvolveu um folder explicativo (figura 03), que busca aprofundar o conhecimento da mulher referente aos fatores modificáveis e não modificáveis causadores do câncer. Outros fatores importantes são os de proteção à saúde, que são a prática de atividade física, a alimentação adequada, manter o peso corporal adequado, não ingerir bebida alcoólica e a amamentação (INCA, 2015).

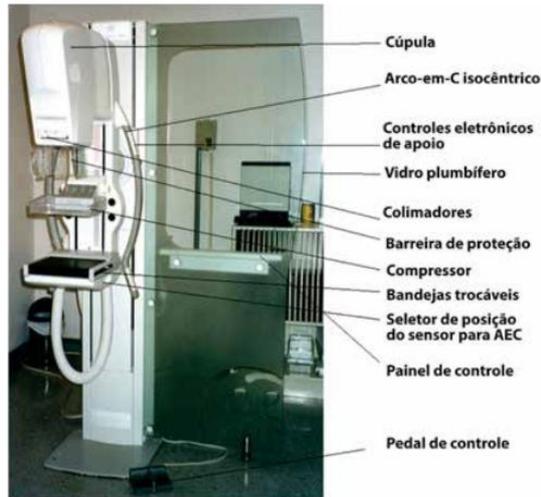
Figura 3 – Folder elaborado para orientação e prevenção do câncer de mama.



Fonte: elaborado pelos autores

O conhecimento dos radiologistas e dos técnicos em Radiologia deve ser enfatizado, desenvolvendo treinamento acerca da técnica do exame de mamografia. O posicionamento e as técnicas adequadas devem ser evidenciados para a melhoria da imagem. Os profissionais devem reconhecer as partes dos equipamentos relacionadas à mamografia (figura 4) (BRASIL, 2014).

Figura 4—Equipamento mamográfico Senographe 700T, GE instalado e indicação de suas partes principais.



Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Curso de atualização em mamografia para técnicos e tecnólogos em radiologia** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/curso_atualizacao_mamografia_tecnicos_radiologia.pdf> Acesso em 24 out. 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção na comunidade acadêmica e na sociedade em geral é um fator de prevenção e promoção da saúde das mulheres que podem ser acometidas pelo câncer de mama. Os fatores de proteção para o câncer de mama devem ser evidenciados e promovidos pela comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das mulheres inseridas neste contexto social.

Os programas de saúde devem buscar uma intervenção ativa na sociedade através de ações que promovam a educação continuada da sociedade. O projeto de extensão desenvolverá ações na comunidade interna e externa da faculdade propondo desenvolver as habilidades na prevenção e na promoção da prevenção do câncer de mama, auxiliando na diminuição da morbimortalidade.

Devem ser realizados cursos de capacitação profissional para os profissionais da área de radiologia. A melhoria da qualidade na geração das imagens e a diminuição de radiação envolvendo o procedimento devem ser propostas em novos estudos. O projeto de extensão que está em desenvolvimento visa proporcionar melhoria na qualidade de vida das mulheres, desenvolver habilidades dos profissionais na área de radiologia e ampliar o conhecimento acerca do tema para a população alvo.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Extensão das Faculdades Integradas Promove de Brasília NEXT e as empresas parceiras Radiotecx e Infinito Charme pela colaboração no desenvolvimento do projeto de extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Curso de atualização em mamografia para técnicos e tecnólogos em radiologia** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/curso_atualizacao_mamografia_tecnicos_radiologia.pdf> Acesso em 24 out. 2018.

INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Deteção precoce**. 2018. Disponível em <<http://www.inca.gov.br/outubro-rosa/deteccao-precoce.asp>> Acesso em 20 out. 2018.

INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil**. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Rio de Janeiro: INCA, 2017. Disponível em <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2018/estimativa-2018.pdf>> Acesso em 13 out. 2018.

INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Fatores de Proteção**. 2015. Disponível em <<http://www.inca.gov.br/wcm/outubro-rosa/2015/fatores-de-protecao.asp>> Acesso em 23 out. 2018.

MOURA, L. F. A.; PIAUILINO, R. J. B. ARAÚJO, I. F.; MOURA, M. S.; LIMA, C. C. B.; EVANGELISTA, L. M.; LIMA, M. D. M. **Impacto de um projeto de extensão universitária na formação profissional de egressos de uma universidade pública**. RevOdontol UNESP. v. 41, n. 6, p. 348-352. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rounosp/v41n5/a09v41n5.pdf>> Acesso em 13 out. 2018.

MARTINS, S. N. BALDEZ, A. L. S. DIESEL, A. **Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica**. Revista Thema. V. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. Disponível em <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/404/295>> Acesso em 23 out. 2018.

RIBEIRO, C. M. **Educação continuada**. Rev. Bras. Enf, Brasília, v. 39, n.1, p. 79-81, jan./mar., 1986. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v39n1/v39n1a11.pdf>> Acesso em 23 out. 2018.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. **A importância da extensão Universitária: o Projeto Construir**. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2,



2004. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Universidade Regional de Blumenau. Disponível em <<https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos5.pdf>> Acesso em 13 out. 2018.

THULER, L. C. **Considerações sobre a prevenção do câncer de mama feminino.** Revista Brasileira de Cancerologia, v. 49, n. 4, p. 227-238, 2003. Disponível em <http://www.inca.gov.br/rbc/n_49/v04/pdf/REVISAO1.pdf> Acesso em 13 out. 2018.



PROJETO MÃOS NA TERRA

UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EXTENSÃO AGROSOCIAL
JUNTO À COMUNIDADE CIRCUNVIZINHA DAS FACULDADES INTEGRADAS
ICESP DE BRASÍLIA

Marcelo da Silva Marinho¹³ – Faculdades ICESSP

Eixo Temático: Extensão universitária e sua função social (JEC)

Fomento e Apoio às Atividades de Extensão – FAEX

RESUMO

Nos últimos anos, os projetos sociais que utilizam “ferramentas” como a educação ambiental vêm ganhando espaço, por promover benefícios preventivos, protetivos e proativos às comunidades partícipes. E vem embasando serviços e programas extensionistas desenvolvidos em instituições de ensino superior em parcerias com escolas de nível fundamental e médio e entidades beneficentes, como é o caso do Asilo São Vicente de Paula, localizado na cidade de Taguatinga, área de abrangência do campus de Águas Claras das Faculdades Integradas ICESSP de Brasília. O presente projeto de extensão tem o objetivo de promover a interação da comunidade circunvizinha das Faculdades Integradas ICESSP, com focos preventivos, protetivos e proativos que embasam as ações extensionistas desenvolvidas na instituição. Dessa forma, é esperado proporcionar à população partícipe a integração, a socialização, o acesso à educação, à cidadania, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de cursos, oficinas, palestras, grupos socioeducativos e de convivência, atendimentos, acompanhamentos, busca ativa, inserção em Programas Sociais, visando o desenvolvimento de potencialidades e a promoção social. A criação e manutenção de uma horta comunitária servindo não apenas como fonte saudável de nutrimento, mas para a promoção da educação ambiental desde crianças até adultos. A concepção do projeto ganhou importância com o aprofundamento de estudos sobre a necessidade, vivenciada em muitas comunidades de entender a importância da educação ambiental e de uma melhoria no bem estar das pessoas envolvidas nesse tipo de iniciativa. Todo alimento produzido através do projeto é doado para o Asilo São Vicente de Paula.

Palavras-Chave: Horta comunitária; Assistência social; Educação ambiental.

¹³ Graduado em Agronomia. Mestrado em Ciências Florestais. Doutorado em Ecologia pela UnB – Universidade de Brasília.
marcelo.silva.marinho@gmail.com

INTRODUÇÃO

O projeto “MÃOS NA TERRA” surge a partir de uma visita realizada, no início do ano de 2016, pela Professora do Centro de Ensino Fundamental Vila Areal (Escola pública de nível fundamental) à Coordenação do Curso de Agronomia das Faculdades Integradas ICESP de Brasília, motivada pela observação diária feita pela educadora no desenvolvimento de uma Horta acadêmica feita pelos alunos do curso de Agronomia nos fundos do campus de Águas Claras da referida Instituição. Na ocasião, a educadora buscou informações junto à coordenação do curso de Agronomia sobre a manutenção da horta e a destinação dos alimentos produzidos, já que na escola fundamental também estavam desenvolvendo o mesmo projeto com alunos do nível fundamental (em menor escala).

A partir desse primeiro contato, surgiu a ideia de se desenvolverem ações beneficentes, e um dos alunos envolvidos na Horta comunitária, visitou um Asilo localizado na cidade de Taguatinga/DF chamado “Asilo São Vicente de Paula”, e após alguns contatos uma parceria entre a Instituição de nível Superior e o Asilo São Vicente de Paula foi firmada, intermediada pela Escola de nível fundamental Vila Areal.

Parceria essa, que buscou integrar a comunidade circunvizinha da Faculdade ICESP de Brasília nessas ações beneficentes. O NEXT – Núcleo de Extensão das Faculdades Integradas ICESP de Brasília, logo buscou apoiar as ações do projeto que foi chamado de “Mãos na Terra”.

A concepção do projeto ganhou importância com o aprofundamento de estudos sobre a necessidade, vivenciada em muitas comunidades de entender a importância da educação ambiental e de uma melhoria no bem estar das pessoas envolvidas nesse tipo de iniciativa.

A Faculdade ICESP de Brasília está localizada na divisa de dois bairros do Distrito Federal: Águas Claras e Areal. A área de localização da Instituição, apresenta em seu perfil socioeconômico, uma população de 75% de seus habitantes inseridos em famílias que sobrevivem com renda de até dois salários mínimos. Diante desse contexto, projetos sociais que incentivem práticas agroecológicas e ambientais seriam muito bem vindos, fazendo com que a população interaja com Instituições que promovem essas iniciativas, como o NEXT - Núcleo de Extensão da Faculdade ICESP de Brasília.

Devido à necessidade de políticas de Assistência Social, as comunidades, de forma geral passaram a integrar atividades de promoção de educação e bem estar, como, por exemplo, o desenvolvimento de Hortas comunitárias. O NEXT – Núcleo de Extensão é uma unidade responsável pela organização e oferta de ações de extensão e aproximação da Instituição de ensino superior com a comunidade que a cerca.

Com uma carga horária inicial de 150 horas, o projeto “Mãos na Terra” busca apresentar, de forma didática, uma ação de educação agroambiental com cunho agroecológico que envolva a comunidade e a instituição. A duração inicial do projeto foi de um ano (2016) e depois foi expandida por mais um ano (2017) e contemplou professores, alunos e colaboradores de diversos setores da instituição, funcionários e moradores do Asilo São Vicente de Paula, bem como agentes da comunidade circunvizinha que vivenciaram o desenvolvimento a manutenção de uma pequena horta comunitária de cunho educativo.

O objetivo do presente projeto é promover a interação da comunidade com a Faculdade ICESP de Brasília, com focos preventivos, protetivos e pro-ativos que embasam as ações extensionistas desenvolvidas na instituição. Dessa forma, é esperado proporcionar à população a integração, a socialização, o acesso à educação, o direito e à cidadania, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de cursos, oficinas, palestras, grupos socioeducativos e de convivência; atendimentos, acompanhamentos, busca ativa, inserção em Programas Sociais, visando o desenvolvimento de potencialidades e a promoção social.

DESENVOLVIMENTO

Hortas Comunitárias como ferramenta de desenvolvimento social

Projetos sociais que desenvolvem “Hortas Comunitárias” integrando a comunidade com Instituições de promoção de educação já são considerados um sucesso em todo o País. Não é raro observar Escolas, Institutos, Faculdades, Centros e Universidades desenvolvendo Hortas comunitárias como estratégia de interação da comunidade com as IES. Através desses projetos, comunidades partícipes recebem benefícios de acesso à informação, interação com o meio ambiente e bem estar social, além de promover uma conscientização da alimentação saudável a partir de alimentos cultivados em hortas comunitárias que, em um segundo momento, passa a fazer parte do dia-a-dia da comunidade. Dada as condições socioeconômicas apresentadas por famílias residentes na região circunvizinha das Faculdades ICESP de Brasília julgou-se pertinente realizar um projeto em que fossem complementadas as condições de alimentação dos participantes, bem como melhorar a qualidade dos hábitos alimentares, promovendo saúde e bem estar social (Figuras 1 e 2).



Figura 1. Início da Horta comunitária, em 2016, desenvolvida em área localizada nos fundos das Faculdades ICESP de Brasília por alunos e professores do Curso de Agronomia juntamente com colaboradores e agentes da comunidade circunvizinha.



Figura 2. Horta comunitária em 2017, já produzindo alimentos

A Horta comunitária passou a ser uma ferramenta de desenvolvimento social para todos os participantes do Projeto Mãos na Terra. Os alimentos produzidos foram doados em periodicidade mensal ao Asilo São Vicente de Paula, que passou a ser parceiro do Projeto. Os próprios alunos, colaboradores e agentes da comunidade circunvizinha faziam as visitas ao Asilo e levavam os alimentos. Esta iniciativa passou a fazer parte da rotina do Asilo.

ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O Projeto Mãos na Terra, ao longo de dois anos, buscou proporcionar a interação entre a comunidade de abrangência das Faculdades ICESP de Brasília com o Asilo São Vicente de Paula, promovendo junto à comunidade não apenas na complementação nas condições de alimentação, caracterizando-se como mais uma fonte de nutrimento. Mas também com a promoção do bem-estar social a partir das atividades de uma horta comunitária.

O envolvimento comunitário estimulou hábitos alimentares mais saudáveis, pois os agentes já estavam habituados a produzir seus próprios alimentos com orientação técnica de professores e alunos. O fortalecimento comunitário também foi outro fator desenvolvido ao longo do projeto onde comunidades se juntaram para participar do projeto (Figura 3).



Figura 3. Alunos e agentes da comunidade de abrangência das Faculdades ICESP de Brasília juntos na produção de alimentos que seriam doados ao Asilo São Vicente.

Outra importante ação de desenvolvimento comunitário é o exercício e a cooperação de trabalhos em Equipe favorecendo a aquisição de novos conhecimentos técnicos de ações de plantio e manejo, bem como o incentivo dos participantes ao cultivo de hortas domésticas.

AÇÕES BENEFICENTES.

Ao longo de dois anos de projeto, dezenas de reuniões com agentes das Instituições e partícipes do projeto foram realizadas, sempre no intuito de buscar parceiros externas.

Inclusive, cursos de Olericultura foram ministrados pela Coordenação do Curso de Agronomia das Faculdades ICESP de Brasília, o que facilitou a divulgação do Projeto na comunidade.

Também se buscou o aumento da aderência de participantes, pois muitas atividades estavam na rotina do projeto, como a manutenção de canteiros; Plantio de folhosas, colheitas, bem como a divulgação de resultados parciais. A doação dos alimentos foi feita permanentemente junto ao Asilo São Vicente de Paula (Figura 4).

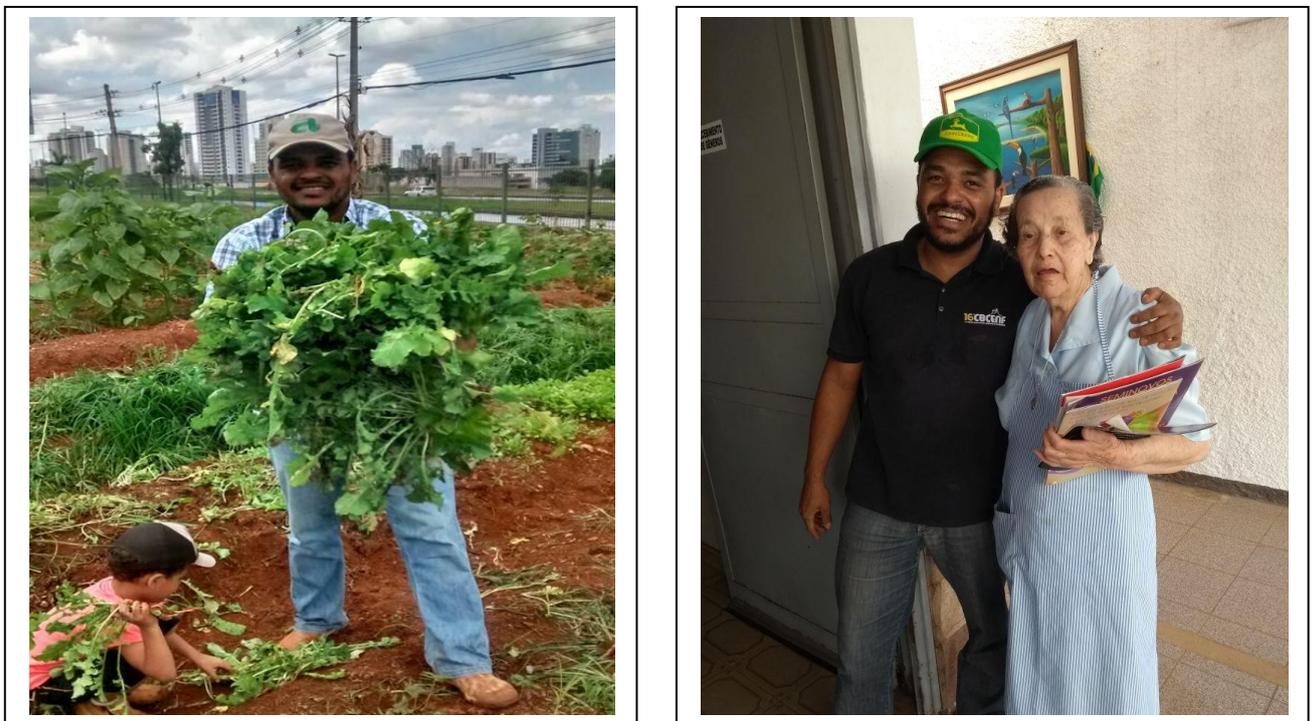


Figura 4. Colheita de alimentos e chegada ao Asilo São Vicente. Mais um dia de doação,

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Inicialmente disponibilizou-se aos alunos e colaboradores da Instituição de ensino superior uma oficina de produção de hortaliças (olericultura) promovida pela Coordenação do Curso de Agronomia e alunos do respectivo curso, onde foram ensinados os manejos e técnicas importantes para o cultivo de hortaliças e legumes em uma horta.

Em um segundo momento foi renovada a parceria com o Asilo São Vicente para a sistematização de visitas semanais / quinzenais ou mensais (de acordo com a escala de produção) de alunos e colaboradores bem como a ampliação da horta comunitária (Figura 5)



projeto, sob supervisão geral da Coordenação do Curso de Agronomia, responsável em montar cronogramas de execução a partir de metas detalhadas para cada etapa do projeto.

Destas reuniões semanais, equipes foram definidas, sendo que, para maior integração da comunidade com a Instituição, e alcance de objetivo, tiveram obrigatoriamente participantes de três diferentes classificações:

- Alunos, funcionários e/ou colaboradores da Instituição de nível Superior;
(Faculdades Integradas ICESP de Brasília)
- Agentes do Asilo São Vicente de Paula;
- Representantes da comunidade circunvizinha.

A participação da comunidade foi fundamental para os trabalhos de preparação dos canteiros para a plantação de mudas. Por isso a coordenação do projeto “Mãos na Terra” sempre buscou a aderência de mais pessoas no projeto.

A manutenção das plantações após o plantio foi realizada pelos participantes, divididos em Equipes com trabalhos sistematizados semanalmente em cronograma de

execução. Quando o plantio chegava ao ponto para colher, eram definidas datas. Todo o grupo compareceria para as ações de doação.

AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto foi realizada em caráter sistemático, através do acompanhamento de atividades cotidianas, havendo maior centralidade na frequência dos participantes e até mesmo apresentações orais.

Tal processo foi implementado, com o objetivo de verificar não somente o nível de desempenho atingido pelo participante, mas também os entraves que precisavam ser solucionados para obtenção satisfatória dos objetivos almejados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A horta comunitária desenvolvida nas Faculdades ICESP de Brasília, inserida no ambiente educacional torna-se um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar, unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino e aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos.

Pode ser observado que o presente trabalho, desenvolve um papel bastante importante, auxiliando a comunidade envolvida no planejamento, execução e manutenção das hortas, levando até ela princípios de horticultura orgânica, compostagem, formas de produção dos alimentos, o solo como fonte de vida, relação campo - cidade, entre outros. A educação ambiental é marcada pela necessidade de definir sua identidade frente a outros campos da educação encontra no conceito de interdisciplinaridades, uma união áreas educativas para que se possa aprimorar o conceito e aplicação da educação ambiental, e o uso da educação no projeto horta pode promover novos hábitos alimentares levando ao seu consumo frequentemente.

Percebe - se, portanto, que é notório que a horta comunitária contribui para um ensino e uma aprendizagem, tanto para inserção ao consumo das hortaliças como para uma consciência ambiental e sustentável. A relevância deste projeto para os acadêmicos foi grande, sendo gratificante trabalhar o tema horta escola proposto ao curso de Agronomia das Faculdades ICESP de Brasília, através do qual se pôde chegar aos resultados alcançados, com

um ganho valioso que foi trabalhar com idosos moradores do Asilo São Vicente de Paula que se permitem aprender e tem o poder de passar parte de que aprenderam ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A et al, 1999, "**The greening of the 'barrios'**: Urban agriculture for food security in Cuba." *Agriculture and Human Values*, n. 16, pp.131–140.

BRASIL, **Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação**. Programa Nacional de Educação Ambiental . MMA/MEC, 1999.

CAMPUS, Sirley Sebastiana; CAVASSAM, Osmar. **Oficina de Materiais Recicláveis: Uma Atividade Alternativa em Programas de Educação Ambiental**. In: TALOMANI Jandira L B; SAMPAIO, Aloísio Costa. *Educação Ambiental da Prática Pedagógica à Cidadania*. São Paulo: Escrituras, 2003. p.85-97.

CECANE PARANÁ. **A agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar –PNAE**. Curitiba, 2010.

FOCECI, Maria Cecília. **Promoção da Saúde e Meio Ambiente: Uma Trajetória Técnica-Política**. In: PHILIPPI Jr Arlindo; PELICIONI Maria Cecília Foceci. *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 413-434.

GONZALEZ, Edgar Gaudiano. **Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: Explorando novos territórios epistêmicos**. In: SATO Michele; Carvalho Izabel. *Educação Ambiental Pesquisa e Desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.p. 119 - 133.

LIPAI, Eneida Maekawa. **Educação ambiental nas escolas**. Disponível em: [HTTP://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf) acesso em 20/04/2010. Acesso em: 18 Maio 2010.

MAGALHÃES, A. M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agros ecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MAGALHÃES, A. M.; GAZOLA H. **Proposta de Educação Alimentar em Creches**. In: Congresso Internacional de Educação Infantil 1. 2002, Bombinhas. Anais. Bombinhas: PMPB, 2002.

MARQUES, Heloisa Moraes C. **Recursos Naturais para Saúde, Nutrição e Cosmética**. Alimentação e Beleza. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2000. p. 9-127.

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – 1 ed.**– Brasília: 2009.

NOLASCO, C.L., **A Dimensão Ecológica da Agricultura Urbana no Município de Juiz de Fora/MG**. Tese de M. Sc., Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2009.



SELEÇÕES, do Reader'sDigest. **Curando as doenças do dia-a-dia: Métodos Naturais.** 1ª Edição, dezembro 2002. pp. 190-250.

TURANO, W.A **didática na educação nutricional.***In:* GOUVEIA, E. Nutrição Saúde e Comunidade. São Paulo: Revinter, 1990.p. 246.



MATEMÁTICA E O LÚDICO NA VIDA REAL

Rafael Moreira de Souza¹Faculdade ICESP¹⁴

Maria Auxiliadora Antunes dos Santos²Faculdade ICESP²

Agência financiadora: Faculdade ICESP-Next³

RESUMO

Este estudo visa utilizar Jogos e brincadeiras, no processo de aquisição de conceitos lógicos matemáticos, em crianças e adolescentes de 12 a 14 anos da comunidade Vila Areal que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola pública do Distrito Federal, promover a integração dessas crianças, adolescentes e a comunidade, estimular a construção da identidade dos participantes, desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos, reconhecer a importância da Matemática em situações da vida cotidiana e o valor social delas, na comunidade do Areal. Uma das estratégias importantes para a obtenção dos resultados esperados é a realização de um trabalho integrado entre a comunidade, o curso de Engenharia Civil e a Extensão. Colaborando para a indissociabilidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), com a participação de um professor e um estudante de graduação que atuam com jogos na comunidade do Areal fazendo da mesma um espaço de aprendizagens e pesquisas e descobrimento de novas amizades. Com isso as crianças e adolescentes vão ter a capacidade de aprender brincando e ensinaras pessoas da comunidade as maneiras de usar o raciocínio lógico e matemático a partir de atividades lúdicas como jogos de Xadrez, Dama, Mancala, resta um, Quebra cabeça e outros. Os jogos serão feitos de peças recicláveis para que os adolescentes e as crianças tenham consciência da importância da sustentabilidade nos dias de hoje. O projeto está sendo desenvolvido aos sábados na Escola Classe Vila Areal e tem como parceria Escola de Samba Lordes do Areal e Águas Claras.

Palavras Chave: Educação Matemática; lógica Matemática; lúdico.

INTRODUÇÃO

¹⁴ Graduando do 6º SemestredocursoEngenharia Civil. :rafael9629@gmail.com

² MestremCiência da Educação, EspecialistaemFundamentos da Matemática e GraduadaemMatemática.
maria.santos@icesp.edu.br

³ Faculdade ICESP de Brasília

Qualquer pessoa humana, dotada de mediana instrução reconhece a importância da Matemática na escala dos conhecimentos. Sem ela, não poderia existir todo o desenvolvimento científico gerado atualmente. A importância da Matemática está intimamente ligada às necessidades e ao progresso da humanidade.

Um dos problemas que existia e ainda permanece nas escolas é a ideia errônea que se tem de que a matemática é um “bicho de sete cabeças” e de “ser impossível de aprender”. Essas ideias provocam no indivíduo uma indisposição para aprender, criando para si um medo e um quase pavor pela matemática. Esse medo poderá provocar também, no indivíduo, um complexo de incapacidade mental, que, quando reforçado por uma metodologia inadequada, o aluno é rejeitado podendo até se transformar num evadido da escola.

Diante do exposto elaboramos esta proposta para utilização de Jogos e brincadeiras, no processo de aquisição de conceitos matemáticos, em adolescentes de 12 a 14 anos da comunidade do Areal que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola pública. Esse trabalho pretende promover a integração do grupo de crianças, adolescentes e a comunidade, estimular a construção da identidade dos participantes, desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos por meio de jogos e brincadeiras, reconhecer a importância da Matemática em situações da vida cotidiana e o valor social delas, na comunidade do Areal e tornando a aprendizagem mais prazerosa e significativa.

Os objetivos dessa pesquisa são utilizar Jogos e brincadeiras, no processo de aquisição de conceitos matemáticos, com crianças e adolescentes de 12 a 14 anos que frequentam o Ensino Fundamental de escola pública, construindo a identidade dos participantes, promovendo a integração do grupo de crianças, adolescentes da comunidade do Areal e a comunidade acadêmica do ICESP e para que a aprendizagem da Matemática aconteça de forma significativa e dinâmica.

Promover a integração do grupo de crianças, adolescentes e a comunidade acadêmica, estimular a construção da identidade dos participantes, desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos por meio de jogos e brincadeiras, reconhecer a importância da Matemática em situações da vida cotidiana e o seu valor social na comunidade do Areal. Lidar com os resultados independentemente de ganhar ou perder, aceitar e respeitar regras e desenvolver a autoconfiança e a concentração. O projeto está sendo desenvolvido aos sábados com as seguintes parcerias da Escola Classe Vila Areal e Escola de Samba Lordes do Areal e Águas Claras, e tem como participantes alunos do 7º ano do Ensino Fundamental.

Está fazendo parte desta pesquisa estudantes de 12 a 14 anos da Escola vila Areal, a coordenadora do projeto Maria Auxiliadora e o estudante bolsista Rafael Moreira.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estatuto da criança e do adolescente, das Disposições Preliminares, Art. 3º, diz:

“A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

Portanto, toda criança tem direito a brincar. **“Matemática e o lúdico na vida real”** é uma proposta Pedagógica, Lúdica a ser implementada na comunidade do Areal-DF para adolescentes de 12 a 14 anos.

As atividades lúdicas fazem parte da nossa vida desde a infância até a terceira idade. Sabemos que, por meio delas, as relações sociais são estimuladas. Infelizmente, hoje estamos deixando de brincar até mesmo por questão de sobrevivência.

Por meio de jogos e brincadeiras podemos tocar o outro, lidar com frustrações, olhar nos olhos dos nossos amigos, aprender com o outro, desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos, resultando numa aprendizagem significativa e prazerosa dessas áreas. Ao brincar a criança e o adolescente também estabelecem regras. Para Santos (2003), *quando o aluno estabelece regras, compreende, desenvolve seu nível de conhecimento. E essas “regras” podem transformar positivamente o seu ambiente. Serão desenvolvidas, as atividades com jogos junto aos participantes, crianças e adolescentes, e também brincadeiras e desafios que instigam a aprendizagem matemática de forma prazerosa.*

Os jogos utilizados são: Xadrez, Mancala, Resta um, Torre de Hanói, Dominó, Quebra-Cabeça, Pega Varetas e Jogo da Onça.

O origami também estará presente nas atividades.

É durante as brincadeiras que as crianças questionam e colocam seu comportamento do dia a dia levantando hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos durante as atividades lúdicas. Os jogos evidenciam o caráter emocional da criança enquanto brinca e os aspectos relativos à socialização, pela resolução de problemas advindos “[...] dos conflitos que podem surgir nos jogos onde existem duas equipes antagônicas.” (WANLLON, 1989, P.210).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) destacam a importância de que a educação se volte para o desenvolvimento das capacidades de comunicação, de resolver problemas, de tomar decisões, de fazer inferências, de criar, de aperfeiçoar conhecimentos e

valores, de trabalhar cooperativamente, enfatizando, ainda o valor formativo do ensino da Matemática, na estruturação do pensamento e raciocínio indutivo, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento de processos de pensamento e aquisição de atitudes, propiciando a formação de uma visão ampla e científica da realidade, a percepção da beleza e da harmonia, o desenvolvimento da criatividade e de outras capacidades pessoais (PCN- Conhecimentos de Matemática, 200, p.53). Tudo isso é contemplado quando a criança brinca. Rizzo (1998, p.48) afirma que: Os jogos constituem um poderoso recurso de estimulação do desenvolvimento integral do educando. Eles desenvolvem a atenção, disciplina, autocontrole, respeito às regras e habilidades perspectivas e motoras relativas a cada tipo de jogo oferecido.

CONTEXTO DE ATUAÇÃO

O projeto será desenvolvido na comunidade do Areal, situada na cidade-satélite de Águas Claras. A ocupação do antigo Setor de Atividades Complementares de Taguatinga começou em 1984, com a invasão da Vila Areal, entre as quadras 6 a 10.

Águas Claras começou a ser construída em 1990 e em 2003, a cidade foi transformada na XX Região Administrativa do DF, que engloba o núcleo rural Vereda da Cruz, o Setor habitacional Arniqueiras e o Areal. Apresenta um contraste de problemas sociais, marcado pela divisão de dois setores habitacionais. A parte de condomínios verticais (apartamentos) possui uma infraestrutura de boa qualidade, oferecida pelo Governo, e uma população que, em sua maioria, pertence às classes socioeconômicas A e B. Por outro lado, o Areal fruto de um assentamento e luta por uma moradia própria, é a parte constituída por residências, cujas condições de infraestrutura são bastante precárias e, por isso, a população desse local sente-se desvalorizada e marginalizada. Neste setor (Areal), a população é carente, faltam escolas, espaços culturais, quadras de esporte e os índices de criminalidade são bastante altos. Também, a falta de condição econômica da população aliada ao desemprego é uma realidade presente, prejudicando o ingresso dessas pessoas no mercado formal de trabalho ou a oportunidade de trabalharem por conta própria.

Areal tem atualmente aproximadamente cerca de 30.000 mil habitantes. (Fonte: Administração De Águas Claras).

METODOLOGIA

Uma das estratégias importantes para a obtenção dos resultados esperados é a realização de um trabalho integrado entre a comunidade, o curso de Engenharia Civil e a

Extensão. Colaborando para a indissociabilidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), com a participação de professor e estudantes de graduação que atuarão com jogos na comunidade do Areal fazendo da mesma um espaço de aprendizagens e pesquisas.

Os estudantes e professores do projeto estarão diretamente envolvidos a partir de um planejamento coletivo.

O diálogo constante entre a Faculdade e a comunidade deverá acontecer durante o desenvolvimento do projeto.

Neste espaço, estudantes, professor e as crianças constroem conhecimentos brincando de forma muito envolvente. Durante as brincadeiras as crianças desenvolvem a criatividade, o raciocínio lógico, a comunicação e o trabalho coletivo.

A pesquisa e estudo bibliográfico são feitos para base da fundamentação teórica do projeto.

Os encontros para realização das ações acontecerão da seguinte forma:

- Na comunidade com as crianças e adolescentes a cada 15 dias, 4 horas, para confecção e utilização dos jogos educativos;
- Na comunidade com os pais uma vez por mês para apresentação e participação com as crianças nos jogos;
- Com o estudante bolsista uma vez por semana, 4 horas, para estudo bibliográfico e planejamento das atividades.

Acreditamos que este projeto ajudará o encontro do curso de engenharia civil, tanto no espaço da Faculdade como na comunidade que nos abriga. Os saberes acadêmicos e culturais se cruzam e se complementam.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Formação inicial e continuada dos estudantes monitores para implementação das atividades lúdicas, pelo coordenador do projeto.

Realização de atividades lúdicas para adolescentes, de 12 a 14, por um estudante, bolsista, do curso de Engenharia Civil do ICESP. Xadrez, Mancala, Origami, Restaum, Torre de Hanói, Dominó, Quebra-cabeça e Pega Varetas identificando os conceitos matemáticos.

Realização de pesquisa bibliográfica para base de fundamentação teórica.

Realização de encontros com os pais das crianças e adolescentes participantes do projeto para apresentação e utilização dos brinquedos elaborados por eles.

Parceria com entidades e instituições da cidade que apoiem o projeto, priorizando a consolidação do mesmo.

Realização de uma oficinas para estudantes do curso de Pedagogia relacionadas às práticas de aprendizagem por meio do lúdico.

Assessoria às atividades lúdicas realizadas pelas disciplinas do curso de Pedagogia que são voltadas para aprendizagem.

Orientação a um bolsista que será o monitor nas atividades de Extensão.

Elaboração e apresentação de *banner* para seminários e divulgação das ações da Extensão.

AVALIAÇÃO

Concebemos a avaliação como um processo e ação participativa que envolve os sujeitos de uma ação educativa. O controle, nessa perspectiva, se dá de forma conjunta e sistemática num exigente processo de construção da corresponsabilidade na concretização dos objetivos e metas do projeto.

De acordo com nossos princípios metodológicos, primamos nos processos avaliativos pela(s):

- Participação em todo processo antes, durante e depois das atividades;
- Construção coletiva dos Jogos e conceitos matemáticos aprendidos;
- Melhora no rendimento escolar das crianças que integram o projeto;
- Melhora na relação interpessoal;
- Atividades utilizadas na intervenção junto aos participantes do projeto: formação, oficinas, pesquisas, confecção de jogos e outros, acontecem de forma articulada, visando alcançar os objetivos. Resultando maior qualificação dos envolvidos.

A participação dos membros da comunidade nos processos avaliativos é fundamental, bem como de outros convidados externos que possuam experiência em trabalhos dessa natureza, a fim de que os processos avaliativos possam ter múltiplos olhares.

Ações a serem desenvolvidas 2018-2019

Formação continuada dos estudantes: bolsista e voluntários.

Construção de jogos e realização de atividades lúdicas para adolescentes

Estudo e Realização de pesquisa bibliográfica.

Realização de encontros com os pais das crianças e adolescentes.

Busca de parceria com entidades e instituições da cidade.

Orientação aos estudantes: bolsista e voluntários. Das atividades de Extensão.

Avaliação periódica das ações do projeto.

Elaboração de um Banner para apresentação e divulgação das ações da Extensão

Confecção de jogos matemáticos e outros materiais didáticos.

Coleta de Materiais recicláveis.

Avaliação

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o lúdico desenvolvido nesse projeto possa: desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos por meio de jogos e brincadeiras e partindo do cotidiano da criança. possibilitar às crianças o reconhecimento da importância da Matemática em situações da vida cotidiana e o seu valor social. inspirar a confecção de jogos com sucatas visando a consciência ambiental. Melhorar, a socialização, a autoestima, a autonomia e o rendimento escolar das crianças que integram o projeto e colaborar com a formação do futuro profissional, estudante do curso de Engenharia Civil do ICESP ao atuar na comunidade do Areal fazendo da mesma um espaço de aprendizagens e de extensão universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto **Matemática e o lúdico na vida real**, está sendo ainda implementado e dá oportunidade ao curso de Engenharia Civil a atuar na comunidade aos professores de pedagogia uma didática de aprendizagem, desenvolvendo habilidades e melhorando a formação profissional em salas de aulas.

O projeto está colaborando para a indissociabilidade, (ensino, pesquisa e extensão), com a participação de estudantes do 7º ano do ensino fundamental da Escola Classe Vila Areal. Este estudo deve contribuir para o enriquecer o conhecimento de todos envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª séries): Matemática / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1997. 142 p.



RIZZO, Gilda. **Jogos Inteligentes: a construção do raciocínio na escola natural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

SANTOS, Maria Auxiliadora Antunes dos. **Matemática para a formação do alfabetizador.** Brasília: Universa, 2003.

WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da criança.** Lisboa: Veja/Universidade, 1989.



BRINCANDO TAMBEM SE APRENDE A MATEMÁTICA

Liliane Cardoso de Moura¹⁵

Maria Auxiliadora Antunes dos Santos¹⁶

Agencia Financiadora: Faculdade Icesp³

RESUMO

Esta pesquisa faz parte de uma das ações do Núcleo de Extensão e tem como objetivo utilizar a Educação Matemática, no processo de aquisição de conceitos matemáticos, em crianças de 9 a 10 anos que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola pública e verificar a maneira como essas crianças resolvem nos seus cotidianos problemas matemáticos e auxiliá-las na sistematização dos seus conceitos matemáticos. Este tipo de pesquisa pode apontar direções e possíveis encaminhamentos para o aprofundamento do estudo sobre o tema proposto. Por meio de jogos e brincadeiras podemos tocar o outro, lidar com frustrações, olhar nos olhos dos nossos amigos, aprender com o outro, desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos, resultando numa aprendizagem significativa e prazerosa dessas áreas. Ao brincar a criança e o adolescente também estabelecem regras. A intenção é que o lúdico desenvolvido nesse projeto possa Desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos por meio de jogos e brincadeiras. Possibilitar às crianças a importância da Matemática em situações da vida cotidiana e o seu valor social. Inspirar a confecção de jogos com sucatas visando à consciência ambiental. Melhorar, a socialização, a autoestima, a autonomia e o rendimento escolar das crianças que integram o projeto. Colaborar com a formação do futuro profissional, estudante do curso de Direito do ICESP ao atuar na comunidade do Areal fazendo da mesma um espaço de aprendizagens e de extensão universitária. Agindo sobre os objetos, as crianças, desde pequenas, estruturam seu espaço e o seu tempo, desenvolvem a noção de causalidade, chegando à representação e, finalmente, à lógica. O jogo, compreendido sob a ótica do brinquedo e da criatividade, deverá encontrar maior espaço para ser entendido como educação, na medida em que os professores

¹⁵ Graduanda do 4º semestre do curso de Direito. liliane.moura@live .com

¹⁶ Mestra em Ciências da Educação, Especialista em Fundamentos da Matemática e Graduada em Matemática. maria.santos@icesp.edu.br.

³ Faculdade Icesp de Brasília.

compreendem melhor toda sua capacidade potencial de contribuir para o desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Matemática; Aprendizagem; Jogos.

INTRODUÇÃO

As atividades lúdicas estão presentes em toda criança e ela aprende melhor com estas atividades. Partindo do pressuposto que toda criança vive agitada e em intenso processo de desenvolvimento corporal e mental e nesse desenvolvimento se expressa à natureza da evolução e esta exige a cada instante uma nova função e a exploração da nova habilidade. Essas funções e habilidades, ao entrarem em ação, impelem a criança a buscar um tipo de atividade que lhe permita manifestar-se de forma mais completa. A “linguagem” dessa atividade é o brincar, é o jogar. Na sociedade contemporânea o jogo ganha um espaço como a ferramenta ideal da aprendizagem, propõe estímulo ao interesse do aluno e ajuda-o em suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade. Este tipo de pesquisa pode apontar direções e possíveis encaminhamentos para o aprofundamento do estudo sobre o tema proposto. Por meio de jogos e brincadeiras podemos tocar o outro, lidar com frustrações, olhar nos olhos dos nossos amigos, aprender com o outro, desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos, resultando numa aprendizagem significativa e prazerosa dessas áreas. Ao brincar a criança e o adolescente também estabelecem regras. Para Santos (2003), quando o aluno estabelece regras, compreende, desenvolve seu nível de conhecimento. E essas “regras” podem transformar positivamente o seu ambiente. Este trabalho procura através dessas possibilidades quase infinitas que são os jogos, analisar mais profundamente o processo do conhecimento matemático infantil.

Utilizaremos Jogos e brincadeiras, no processo de aquisição de conceitos matemáticos, com crianças e adolescentes de 9 a 10 anos que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola do DF, construindo a identidade dos participantes, promovendo a integração do grupo de crianças, adolescentes da comunidade do Areal e a comunidade acadêmica do ICESP e para que a aprendizagem da Matemática aconteça de forma significativa e dinâmica. Este estudo visa:

- Promover a integração do grupo de crianças, adolescentes e a comunidade acadêmica.
- Estimular a construção da identidade dos participantes.
- Desenvolver a linguagem oral e os conceitos lógicos matemáticos por meio de jogos e brincadeiras.

- Lidar com os resultados independentemente de ganhar ou perder;
- Aceitar e respeitar regras;
- Desenvolver a autoconfiança e a concentração.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estatuto da criança e do adolescente, das Disposições Preliminares, Art. 3º, diz: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Portanto, toda criança tem direito a brincar.

O lúdico pode trazer de volta o prazer de sonhar e aprender com liberdade e prazer. Os jogos ganharam espaço na educação brasileira hoje conquistam cada vez mais adeptos. Após diversas pesquisas e estudos realizados sobre o tema, já não há mais dúvida de que os jogos têm importância fundamental para o desenvolvimento físico e mental da criança, auxiliando na construção do conhecimento e na socialização, englobando, portanto, aspectos cognitivos e afetivos. É um instrumento pedagógico, nem sempre valorizado. Para Carraheret *al.*(1995, p. 12), “a aprendizagem de matemática na sala de aula é um momento de interação entre a matemática organizada pela comunidade científica, ou seja, a matemática formal, e a matemática como atividade humana”. Diante dessa afirmação, Há necessidade de identificar conceitos matemáticos no contexto lúdico e sócio-histórico-cultural das crianças de 9 a 10 anos do Ensino Fundamental, a fim de favorecer a aprendizagem de uma matemática prazerosa e significativa.

O jogo não pode ser visto, apenas, como divertimento ou brincadeira para desgastar energia, pois conforme já dissemos ele favorece o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral. Para PIAGET (1967), O jogo é a construção do conhecimento, principalmente, nos períodos sensório-motor e pré-operatório. Agindo sobre os objetos, as crianças, desde pequenas, estruturam seu espaço e o seu tempo, desenvolvem a noção de causalidade, chegando à representação e, finalmente, à lógica. O jogo, compreendido sob a ótica do brincar e da criatividade, deverá encontrar maior espaço para ser entendido como educação, na medida em que os professores compreendem melhor toda sua capacidade potencial de contribuir para o desenvolvimento da criança. Podemos, dizer que o espaço do jogo é um espaço de experiências e liberdade de criação no qual as crianças expressam suas emoções, sensações e pensamentos sobre o mundo e também um espaço de interação consigo

mesmo e com os outros. É na situação de brincar que as crianças questionam, desafiam e colocam seu comportamento do dia a dia levantando hipóteses na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos durante as brincadeiras.

Os jogos evidenciam o caráter emocional da criança enquanto brinca e os aspectos relativos à socialização, pela resolução de problemas advindos “[...] dos conflitos que podem surgir nos jogos onde existem duas equipes antagônicas.” (WANLLON,1989,P.210).“Brincando também se aprende a Matemática” é uma proposta Pedagógica, lúdica que está sendo implementada na comunidade do Areal-DF para crianças e adolescentes de 9 a 10 anos que frequentam o Ensino Fundamental de uma escola do DF, com o objetivo de utilizar jogos e brincadeiras, no processo de aquisição de conceitos matemáticos.

A comunidade do Areal, está localizada na cidade-satélite de Águas Claras. É resultado da ocupação do antigo Setor de Atividades Complementares de Taguatinga começou em 1984,com a invasão da Vila Areal, entre as quadras 6 a 10. Águas Claras começou a ser construída em 1990 e em 2003, a cidade foi transformada na XX Região Administrativa do DF, que engloba o núcleo rural Vereda da Cruz,o Setor habitacional Arniqueiras e o Areal. Apresenta um contraste de problemas sociais, marcado pela divisão de dois setores habitacionais. A parte de condomínios verticais (apartamentos) possui uma infraestrutura de boa qualidade, oferecida pelo Governo, e uma população que, em sua maioria, pertence às classes socioeconômicas A e B. Por outro lado, o Areal fruto de um assentamento e luta por uma moradia própria, é a parte constituída por residências, cujas condições de infraestrutura são bastante precárias e, por isso, a população desse local sente-se desvalorizada e marginalizada. Neste setor (Areal), a população é carente, faltam escolas, espaços culturais, quadras de esporte e os índices de criminalidade são bastante altos. Também, a falta de condição econômica da população aliada ao desemprego é uma realidade presente, prejudicando o ingresso dessas pessoas no mercado formal de trabalho ou a oportunidade de trabalharem por conta própria. Areal tem atualmente aproximadamente cerca de 30.000 mil habitantes. (Fonte:Administração De Águas Claras).

METODOLOGIA

Uma das estratégias importantes para a obtenção dos resultados esperados é a realização de um trabalho integrado entre a comunidade, o curso de Direito e a Extensão. Colaborando para a indissociabilidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), com a participação de

professor e estudantes de graduação que atuarão com jogos na comunidade do Areal fazendo da mesma um espaço de aprendizagens e pesquisas. Os estudantes e professores do projeto estarão diretamente envolvidos a partir de um planejamento coletivo. O diálogo constante entre a Faculdade e a comunidade deverá acontecer durante o desenvolvimento do projeto. Neste espaço, estudantes, professor e as crianças constroem conhecimentos brincando de forma muito envolvente. Durante as brincadeiras as crianças desenvolvem a criatividade, o raciocínio lógico, a comunicação e o trabalho coletivo.

A pesquisa e estudo bibliográfico serão feitos para base da fundamentação teórica do projeto.

Os encontros para realização das ações acontecerão da seguinte forma:

- Na comunidade com as crianças e adolescentes a cada 15 dias, 4 horas, para confecção e utilização dos jogos educativos;
- Na comunidade com os pais uma vez por mês para apresentação e participação com as crianças nos jogos;
- Com o estudante bolsista uma vez por semana, 4 horas, para estudo bibliográfico e planejamento das atividades.

Acreditamos que este projeto ajudará o encontro do curso de Direito, tanto no espaço da Faculdade como na comunidade que nos abriga. Os saberes acadêmicos e culturais se cruzam e se complementam.

Atividades a serem realizadas ou desenvolvidas

- Formação inicial e continuada dos estudantes monitores para implementação das atividades lúdicas, pelo coordenador do projeto.
 - Realização de atividades lúdicas para crianças e adolescentes, de 9 a 10 anos , por um estudante,bolsista, do curso de Direito do ICESP. Xadrez, Mancala, Origami, Resta um, Torre de Hanói, Dominó, Quebra-cabeça e Pega Varetas identificando os conceitos matemáticos.
 - Realização de pesquisa bibliográfica para base de fundamentação teórica.
 - Realização de encontros com os pais das crianças e adolescentes participantes do projeto para apresentação e utilização dos brinquedos elaborados por eles.
 - Parceria com entidades e instituições da cidade que apoiem o projeto, priorizando a consolidação do mesmo.

- Realização de umas oficinas para estudantes do curso de Pedagogia relacionadas às práticas de aprendizagem por meio do lúdico.
- Assessoria às atividades lúdicas realizadas pelas disciplinas do curso de Pedagogia que são voltadas para aprendizagem.
- Orientação a um bolsista que será o monitor nas atividades de Extensão.
- Elaboração e apresentação de *banner* para seminários e divulgação das ações da Extensão.

Avaliação

A avaliação como um processo e ação participativa que envolve os sujeitos de uma ação educativa. As ações serão avaliadas de forma conjunta e sistemática num exigente processo de construção da corresponsabilidade na concretização dos objetivos e metas do projeto.

Avaliar-se-á:

- Participação em todo processo antes, durante e depois das atividades;
- Construção coletiva dos Jogos e conceitos matemáticos aprendidos;
- Melhora no rendimento escolar das crianças que integram o projeto;
- Melhora na relação interpessoal;
- Atividades utilizadas na intervenção junto aos participantes do projeto: formação, oficinas, pesquisas, confecção de jogos e outros, acontecem de forma articulada, visando alcançar os objetivos. Resultando maior qualificação dos envolvidos.

A participação dos membros da comunidade nos processos avaliativos é fundamental, bem como de outros convidados externos que possuam experiência em trabalhos dessa natureza, a fim de que os processos avaliativos possam ter múltiplos olhares.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que as brincadeiras desenvolvidas nesse projeto possa melhorar, a socialização, a autoestima, a autonomia, a criatividade e o rendimento escolar das crianças que integram o projeto; colaborar com a formação do futuro profissional, estudante do curso de Direito do ICESP ao atuar na comunidade do Areal fazendo da mesma um espaço de aprendizagens e de extensão universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto “Brincando também se aprende a Matemática”, está dando oportunidade aos graduandos do curso de Direito do ICESP e aos professores um contexto de aprendizagem, desenvolvendo habilidades, melhorando a sua formação profissional. O Projeto colabora para a indissociabilidade (ensino, pesquisa e extensão), com a participação das crianças e adolescentes da Escola Classe Vila Areal – Areal- QS 08, graduandos do curso de Direito do ICESP e uma professora do ICESP orientadora do projeto que atuam neste projeto fazendo do mesmo um espaço de aprendizagens e pesquisas.

Os espaços para diálogos constantes que teremos com a comunidade, são enriquecedores e nos subsidia para o trabalho em equipe fortalecendo nossas reflexões sobre as ações e dando respostas às nossas dúvidas e questionamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª séries): Matemática / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1997, p. 142.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Ana Lúcia. **Na vida dez, na escola zero**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SANTOS, Maria Auxiliadora Antunes dos. **Matemática para a formação do alfabetizador**. Brasília: Universa, 2003.

WANLLON, Henri. **Psicologia e Educação da criança**. Lisboa: Veja/Universidade, 1989.

GESTAÇÃO - ETERNIZANDO UM MOMENTO ATRAVÉS DO CUIDADO

Cindy Mayara Ramos de Moraes. UNIDESC¹⁷

Priscila da Conceição Quaresma. UNIDESC¹⁸

Eixo Temático: Extensão universitária, diversidade e inclusão.

Agência Financiadora: UNIDESC|NEXT|PIBEX

RESUMO

A gestação é um momento único na vida da mulher no qual necessitam de um acompanhamento especial. O acesso às informações da gestação são de extrema importância. Tornar-se mãe acarreta diversas dúvidas e incertezas e o profissional de saúde deve se encarregar de acompanhar a mulher, pois, durante este período, o estado emocional da mulher muitas vezes se mostra excessivamente sensível e frágil, ocasionando a baixa autoestima e a falta de interesse em conhecer as modificações gravídicas que ocorrem durante a gestação e, assim, perderem um momento especial da vida. A adesão das gestantes ao pré-natal é de extrema importância, pois com o dialogo nas consultas será ofertada toda a informação que a mulher deverá prover durante todo o seu período gestacional. Será no momento da consulta em que serão sanadas todas as dúvidas sobre a gestação. O presente estudo tem como principal objetivo discutir estímulo ao aumento da adesão das gestantes ao pré-natal de baixo risco, podendo assim melhorar a autoestima das gestantes e realizar orientações para a prevenção de complicações no ciclo gravídico puerperal. O método que será utilizado para realização deste projeto será a de fornecer informação para as gestantes através de uma palestra educativa com foco no pré-natal e puerpério, será utilizado após a palestra questionários contendo perguntas de caráter socioeconômico e perguntas pessoais relacionadas a gestação, o projeto será findado após um ensaio fotográfico que será oferecido as gestantes que participarem de todo o processo. Espera-se proporcionar as gestantes um momento de aprendizado relacionado a gestação e puerpério, podendo influenciar essas

¹⁷Graduanda em enfermagem, cindymayaraa@hotmail.com

¹⁸Enfermeira MSc. em Ciência e Tecnologia na Saúde, priscila.quaresma@professor.unidesc.edu.br

gestantes a realizarem o acompanhamento com o pré-natal e eternizar este momento através de um book digital.

Palavras-chave: Gestação; Pré-natal; Educação em saúde.

INTRODUÇÃO

A gestação é um período único e especial na vida da mulher, no qual tornar-se mãe confunde-se muitas vezes com incertezas, medos e inseguranças. Esses sentimentos geralmente surgem nas primigestas, principalmente no que se relaciona ao parto (TEDESCO *et al.*, 2004).

O acompanhamento do pré-natal inclui-se entre as mais grandiosas conquistas da medicina preventiva, tendo como método especial a diminuição das altas taxas de mortalidade materna e perinatal (BEZERRA JUNIOR *et al.*, 2001).

A porta de entrada prioritária para a gestante no sistema de saúde deve ser a unidade básica de saúde (UBS). A UBS é ponto de atenção planejado que melhor acolhe as necessidades das gestantes, possibilitando um acompanhamento longitudinal e continuado, principalmente durante a gravidez (BRASIL., 2012).

As consultas pré-natais são essenciais no que se refere ao entendimento dos profissionais, tornando-os especialistas e orientadores nas situações mais aparentemente simples, pois, com delicadeza e visão clínica pode-se revelar patologias, tais como a diabetes, câncer, cardiopatia, hipertensão arterial, anemia, sífilis, AIDS, incompetência istmo cervical, desnutrição, etc., além de perceber desequilíbrios familiares (BEZERRA JUNIOR *et al.*, 2001).

Segundo Oliveira (2018), faz-se necessária a realização do pré-natal humanizado e acolhedor, que ofereça orientações durante o período gestacional e deixando claras todas as mudanças fisiológicas e psicológicas que são consideradas decorrentes da gravidez. A gestação é uma fase sensível que gera uma grande expectativa por parte da mulher. Cabe ao profissional de saúde amenizar os medos e a ansiedade das mães durante a realização do pré-natal.

De acordo com **Serruya**, Lago e Cecatti (2004), o acompanhamento da mulher na gestação deveria ser considerado como encerrado após a consulta puerperal.

O Ministério da Saúde (2006) define educação em saúde como:

Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades.

É evidente o papel do enfermeiro como educador em saúde, seja em condição individual ou coletiva (MACHADO *et al.*, 2006). Por ser um profissional relacionado ao cuidado, o enfermeiro também tem como atividade construir uma relação particular com cada usuário, família e comunidade e executar ações de educação em saúde, em busca de compartilhar o conhecimento. Este método deve incluir o diálogo, considerar e valorizar os aprendizados do usuário, contribuindo para a prevenção de doenças e para a promoção da saúde (SILVA *et al.*, 2012).

A promoção de ações educativas no transcorrer de todas as etapas do ciclo grávido-puerperal é muito significativa. Entretanto é no pré-natal que a mulher deverá ser melhor direcionada e tratada para que possa viver o parto de forma segura, dispondo de menores riscos e complicações no puerpério e mais sucesso na amamentação (RIOS; VIEIRA, 2004).

Considerando-se o pré-natal e nascimento como acontecimentos únicos para cada mulher e um momento especial, os profissionais de saúde devem encarregar-se da postura de educadores que partilham saberes, empenhando-se a devolver à mulher sua autoconfiança para viver a gestação, o parto e o puerpério (RIOS; VIEIRA, 2004).

O despreparo e a baixa autoestima das gestantes durante o ciclo gravídico geram um déficit de informação sobre a importância do pré-natal e distanciam as gestantes do atendimento. Diante disso, são buscados incentivos para o acompanhamento e empoderamento dessas gestantes junto à equipe de saúde, a partir disso surgiu o seguinte questionamento: Quais as contribuições do enfermeiro no ciclo gravídico-puerperal para o empoderamento da gestante? Tornando nosso objetivo estimular o aumento da adesão das gestantes ao pré-natal, melhorar a autoestima das gestantes, eternizar o momento da gestação e realizar orientações para a prevenção de complicações no ciclo gravídico puerperal.

REFERENCIAL TEÓRICO

O momento do nascimento acarreta dúvidas sobre o procedimento realizado no parto e sobre as vias de parto, sobre a liberdade da gestante na escolha da maneira de nascimento do filho e métodos de saúde aplicáveis à diminuição de morbidade e mortalidade materna e infantil (BRASIL, 2016).

É dever dos serviços e profissionais de saúde acolher a mulher dignamente, considerando-a como sujeito atuante, alicerce do processo de humanização, referindo-se à adoção de valores geradores de desenvolvimento autônomo dos sujeitos como protagonistas, possibilitando o estabelecimento de vínculos solidários e responsáveis, respeitando seus direitos como usuários (VASCONCELOS *et al.*, 2016).

É de competência da enfermagem desempenhar uma assistência humanizada, recepcionando as futuras mães como seres humanos que necessitam de atenção, afeto e respeito, especialmente durante a gestação, já que se refere a uma fase marcante e que se depositam expectativas na vida da mulher (OLIVEIRA, 2018).

De acordo com Spindola, Penna e Progiante (2006), o acompanhamento do pré-natal tem como objetivo identificar de antemão quais as gestantes com mais chances de manifestar uma evolução negativa e assim realizar o acolhimento à mulher desde o início de sua gravidez. O principal papel dos profissionais envolvidos neste acolhimento é a escuta qualificada das pacientes, podendo assim transmitir assistência e confiança necessários para que possam conduzir suas gestações e partos.

Um momento apropriado para a avaliação da autoestima da gestante é durante a consulta de pré-natal. Nela podem ser levantados os problemas que ocorrem relacionados ao período gestacional. Porém este levantamento tem sido ineficiente, e o motivo pode ser a resposta não objetiva que pode dificultar o desenvolvimento dos planos de cuidados específicos para a gestante (CAVALCANTE; SOUSA; LOPES, 2012).

A necessidade de que o pré-natal tenha um acompanhamento regular e contínuo pelos profissionais de saúde capacitados e dispostos a ofertar um atendimento de qualidade se torna satisfatório para a mulher principalmente no período pós-parto (MENDES *et al.*, 2016).

Tratando-se da atenção ao parto e ao nascimento, o Brasil demonstra um cenário com problemas sistêmicos e crônicos, estabelecendo uma realidade única no mundo. O país é o campeão mundial de cesarianas, uma reputação da qual não devemos nos orgulhar, já que está em contradição das indicações científicas e das melhores práticas internacionais, sem qualquer relação com fatores clínicos (ANS BRASIL, 2016)

O acesso às informações que a gestante terá durante a gestação poderá interferir na sua preferência sobre as vias de parto, as preferências se constroem a partir do conhecimento de si mesmo, das experiências anteriores e do conhecimento que ela tem a partir do ambiente onde vive (KOTTWITZ; GOUVEIA; GONÇALVES, 2018).

Os direitos de cada criança começam – e devem ser garantidos – antes mesmo do nascimento. Por tanto, é de extrema importância que as mulheres tenham acesso ao pré-natal

de qualidade e obtenham todas as orientações e informações para que seus filhos nasçam no momento certo e de forma humanizada (GARY STAHL, 2017).

Em junho de 2011, o Governo Brasileiro instituiu a Rede Cegonha no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde) (BRASIL, 2011), objetivando garantir à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, e à criança o direito de um nascimento seguro, ao crescimento e ao desenvolvimento saudável. Entre as finalidades da Rede Cegonha está o de “fomentar a implementação de novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses” (BRASIL, 2017).

A cesárea é uma operação cirúrgica originalmente criada para minimizar o risco de intercorrências maternas ou fetais durante a gravidez e o trabalho de parto (PATAH; MALIK, 2011). Define-se por parto normal aquele que é feito pela via vaginal, presenciado por um profissional qualificado (médico ou Enfermeiro obstetra) e que, normalmente, é realizado em hospital, em centro obstétrico ou centro cirúrgico (ANDRÉA PORTO DA CRUZ, 2009). Existe também como especialidades de assistência em ambientes não hospitalares, como o parto domiciliar e em centros de nascimento dentro ou fora dos hospitais (BRASIL, 2017).

De acordo com os resultados da ‘Pesquisa Nascer no Brasil’, a escolha da mulher pelo parto vaginal ou pela cesariana está associada a fatores socioeconômicos, número de gestações anteriores e ao sistema de saúde utilizado (público ou privado) (QUEIROZ *et al.* 2017).

As causas da alta da proporção de cesarianas têm sido discutidas e diversas hipóteses têm sido levantadas, como o desejo das mulheres de realizar o parto cesáreo, até a vantagem desse tipo de parto para os profissionais que o realizam. É relevante demonstrar que o parto cesáreo está se tornando um problema de Saúde Pública, com os possíveis riscos causados de forma desnecessária nos partos que aconteceriam sem intercorrências (WEIDLE *et al.*, 2014).

As usuárias da atenção básica em saúde têm destaque nas ações de educação em saúde no ciclo gravídico puerperal, pois elas são o centro do processo de educação e possibilitam o entendimento e a importância da representação das mulheres nas formações destes grupos. A forma em que as puérperas se expressam no processo educativo direcionam a educação em saúde na gestação e no próprio puerpério (GUERREIRO *et al.*, 2014).

Segundo Frello e Carraro (2010), o cuidado de enfermagem ultrapassa a utilização de procedimentos técnicos, englobando a sensibilidade. No procedimento do parto, todo o conhecimento pode ser aplicado pelas enfermeiras, planejando um cuidado sensível. Este

cuidado é necessário nos momentos que precedem o parto e durante o nascimento do bebê já que o estado emocional da parturiente muitas vezes se mostra excessivamente sensível e frágil às condições exibidas pelo ambiente e pelas relações com as pessoas ao seu redor.

METODOLOGIA

O estudo foi do tipo observacional, quanti-qualitativo. Esta natureza de estudo destina-se a investigar um processo ao longo do tempo para pesquisar mudanças, ou seja, refletem uma sequência de fatos (HADDAD, 2004).

Ele foi desenvolvido em uma Unidade de Estratégia Saúde da Família o município de Cidade Ocidental-GO e ocorreu durante o período de 12 meses. Foi executada uma amostragem aleatória simples sem reposição com a seleção de pacientes de conveniência e composta por pacientes cadastradas no programa Sis prenatal. Para o cálculo do tamanho de amostra, considerou-se um plano amostral aleatório simples com população finita (BOLFARINE e BUSSAB, 2005).

Compôs-se por pacientes que realizam o pré-natal de baixo risco cadastrada na unidade de estratégia saúde da família de Cidade Ocidental - Goiás. Foi critério de seleção da amostra de pacientes a partir do 2º trimestre de gestação, inscritas no programa Sis prenatal e excluídas pacientes com idade gestacional inferior a 22 semanas.

Foi submetido ao Comitê de Ética do UNIDESC, e os sujeitos da pesquisa incluídos passem pela aquiescência do TCLE.

A liberdade do consentimento foi particularmente garantida para todos os sujeitos da pesquisa, assim como o sigilo e anonimato, assegurando a privacidade a estes quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Obedecidos os critérios éticos, por se tratar de pesquisa com seres humanos de acordo com a Resolução 510/16, os prejuízos físicos ou psicológicos sobre os participantes foram mínimos.

As orientações clínicas foram realizadas conforme as normas e manuais técnicos do Caderno de Atenção Básica Nº 32; Atenção ao pré-natal de baixo risco do Ministério da Saúde publicado em 2012, com entrevista semiestruturada contendo questões objetivas.

No entanto, os pacientes poderão ser beneficiados pela possibilidade de sanar as dúvidas das gestantes em relação às modificações gravídicas e pré-natal, serão orientadas sobre o momento da gestação e suas modificações físicas e psicológicas, os participantes se incluem a participar de maneira voluntária, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A proposta não apresenta riscos graves ao participante ou a sua saúde. Um possível risco seria a sensação de constrangimento por parte das gestantes na abordagem para participar desta pesquisa. Para minimizar este risco trata-se de um aplicou-se em um ambiente reservado na própria UBS, sem a identificação da gestante em nenhum momento.

Caso haja em qualquer momento a desistência do responsável pelo participante ou do participante pela pesquisa, este não sofrerá punições ou prejuízos. Dessa forma, este estudo busca subsidiar uma estratégia assistencial promissora que promova palestras educativas, rodas de conversa e um ensaio fotográfico será oferecido as gestantes.

Etapas:

Etapa I: Realização do recrutamento das gestantes na unidade de estratégia de saúde da família;

Etapa II: Entrevista com as gestantes, por um breve questionário;

Etapa III: Palestras educativas e rodas de conversas sobre o pré-natal e momento do parto.

Etapa IV: Aplicação de um novo questionário e realização de ensaio fotográfico.

Etapa V: Encerramento do projeto e entrega do book digital

Os dados coletados serão submetidos à codificação apropriada e digitados em banco de dados, mediante a elaboração de um dicionário (code book) na planilha do EXCEL. Ainda, será submetido ao processo de validação por dupla digitação e posteriormente, exportados para o StatisticalPackage for the Social Science (SPSS, versão 20.0), para a realização da análise estatística.

Todos os dados serão expressos em média e desvio padrão para variáveis quantitativas e em frequência absoluta e relativa para variáveis qualitativas (estatística descritiva).

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se trazer benefícios para a comunidade, pois com o resultado do presente estudo poderá ser feita uma abordagem diferenciada com as gestantes, oferecendo mais orientações sobre a gestação, e, empoderamento podendo assim sanar as dúvidas das gestantes em relação às mudanças gravídicas, melhorando a autoestima a partir do oferecimento do ensaio fotográfico que levará à eternização do momento da gestação, que será lembrada como uma experiência positiva e de aprendizagem relacionada à saúde da mulher e também da criança.

As gestantes poderão então buscar adesão ao pré-natal consciente de seus benefícios. Poderão obter uma melhor qualidade de vida, para a mulher em período gestacional e para a criança, que desde a sua concepção terá um atendimento de qualidade, voltado para a prevenção de doenças que podem ser evitadas a partir de um bom acompanhamento no pré-natal.

Para os profissionais de saúde, com foco nos enfermeiros que vivenciam a atenção básica e o pré-natal, poderão observar que o atendimento de forma humanizada e acolhedora com a maior disponibilidade de informações, trará um novo olhar sobre a consulta de pré-natal. Poderá ser observado que com a maior diversidade de projetos voltados para a gestante, que busquem a melhoria da qualidade do atendimento, será mais fácil a interação de enfermeiro com paciente, tornando assim um atendimento de melhor qualidade, centrado na promoção da saúde.

Espera-se que essa experiência proporcione reflexões aos gestores e profissionais, para que novas práticas de saúde sejam implementadas, a fim de qualificar a assistência a saúde tornando-a mais humana, acolhedora, individual. Compreende-se assim contribuir para transformar a consulta de pré-natal em um momento único e especial não só para as gestantes que são as principais beneficiárias, mas também para o profissional de saúde, que terá como recompensa a certeza de uma boa aplicabilidade de seus conhecimentos técnicos e científicos, promovendo a saúde e bem estar de todos.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.

ATIVIDADES	PERÍODO DE REALIZAÇÃO									
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR
Elaboração do Projeto										
Pesquisas Bibliográficas										
Aguardando a decisão de aprovação ética, de acordo com a Res.466/12 XI.2										
Coleta de Dados										
Descrição e Tabulação										
Descrição de Análises										
Discussão dos resultados										
Conclusões										
Envio do relatório final ao CEP										

REFERÊNCIAS

ANDRÉA PORTO DA CRUZ (São Paulo). Coren-sp. Parto natural e parto normal: quais as diferenças? **Revista Enfermagem**, São Paulo, v. 81, n. 10, p.21-25, jul. 2009. Disponível em: <http://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/revista_enfermagem_julho_2009_0.pdf>. Acesso em: 06 de maio 2018.

ANS-Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). **Cartilha nova organização do cuidado ao parto e nascimento para melhores resultados de saúde** : Projeto Parto Adequado - fase 1 / Agência Nacional de Saúde Suplementar, Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, Institute for HealthcareImprovement. – Rio de Janeiro: ANS, 2016.

BEZERRA JUNIOR, Alexandre Colares et al. **Pré-Natal de Baixo Risco**. **Revista do Hospital Universitário/UFMA**, São Luis-ma, v. 2, n. 2, p.67-69, maio 2001. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Brito3/publication/268215649_Mastite_aguda_lactacional/links/54a818910cf256bf8bb7dedc.pdf#page=66>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton; Elementos de amostragem. Editora Edgard; Blücher, 2005.

BRASIL. Constituição (2016). **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. 98. ed. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44-46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. **Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde**. Brasília: MS; 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, 12 de dezembro de 2012. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2012b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html Acesso em: 14 de março de 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. **Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 121, 27 jun. 2011. Seção 1, p. 109.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Cadernos de Atenção Básica, nº 32. Atenção ao pré-natal de baixo risco – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012a. 318p. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/arquivos/caderno_atencao_pre_natal_baixo_risco.pdf. Acesso em: 01/05/2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal**: versão resumida – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CAVALCANTE, Joyce Carolle Bezerra; SOUSA, Vanessa Emille Carvalho de; LOPES, Marcos Venícios de Oliveira. **Baixa autoestima situacional em gestantes: uma análise de acurácia**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 6, n. 65, p.977-983, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2670/267025361014/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

FRELLO, Ariane Thaise; CARRARO, Telma Elisa. **Componentes do cuidado de enfermagem no processo de parto**. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, [s.l.], v. 12, n. 4, p.660-668, 31 dez. 2010. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i4.7056>.

GARY STAHL. Unicef (Org.). **Quem espera, espera**. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/quem_espera_espera.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

GUERREIRO, Eryjosy Marculino *et al.* **Educação em saúde no ciclo gravídico-puerperal**: sentidos atribuídos por puérperas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 67, n. 1, p.13-21, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n1/0034-7167-reben-67-01-0013.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

HADDAD, N. **Metodologia de estudos em ciências da saúde**. 1st ed. São Paulo: Roca; 2004

KOTTWITZ, Fernanda; GOUVEIA, Helga Geremias; GONÇALVES, Annelise de Carvalho. **Via de parto preferida por puérperas e suas motivações**. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452018000100201&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa *et al.* **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do sus - uma revisão conceitual.** 2006. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csc/2007.v12n2/335-342/>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MENDES, PâmelaDriely Georges *et al.* **O papel educativo e assistencial de enfermeiros durante o ciclo gravídico-puerperal: a percepção de puérperas.** *Revista Interdisciplinar*, Teresina, v. 9, n. 3, p.49-56, jul. 2016. Trimestral. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/927/pdf_339>. Acesso em: 20 set. 2018.

OLIVEIRA, Sheila Cerqueira Damasceno de. **A humanização da assistência de enfermagem durante o pré-natal: relato de experiência.** 2018. 24 f. Monografia (Especialização) - Curso de Saúde da Família, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/695/1/2018_mono_soliveira.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

PATAH, Luciano Eduardo Maluf; MALIK, Ana Maria. **Modelos de assistência ao parto e taxa de cesárea em diferentes países.** 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n1/1759.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

QUEIROZ, Thayná Caixeiro *et al.* **Processo de decisão pelo tipo de parto: uma análise dos fatores socioculturais da mulher e sua influência sobre o processo de decisão.** *Revista Científica Fagoc Saúde*, Ubá, v. 2, n. 1, p.70-77, jan. 2017.

RIOS, Claudia Teresa Frias; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. **Ações educativas no pré-natal: reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para educação em saúde.** 2004. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232007000200024&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SERRUYA, Suzanne Jacob; LAGO, Tânia diGiácomo; CECATTI, José Guilherme. **O panorama da atenção pré-natal no Brasil e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento.** *Rev. Bras. Saúde Matern. Infantil*, Recife, v. 3, n. 4, p.269-279, jul. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/44435/1/S1519-38292004000300007.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SILVA, Lenise Dias da *et al.* **O enfermeiro e a educação em saúde: um estudo bibliográfico.** *RevEnferm UFSM*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p.412-419, maio 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/2676/3769>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SPINDOLA, Thelma; PENNA, Lúcia Helena Garcia; PROGIANTI, Jane Márcia. **Perfil epidemiológico de mulheres atendidas na consulta do pré-natal de um hospital universitário.** *RevEscEnferm USP*, São Paulo, v. 3, n. 40, p.381-388, out. 2006. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/265.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.

TEDESCO, Ricardo Porto *et al.* **Fatores Determinantes para as Expectativas de Primigestas acerca da Via de Parto.**2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v26n10/22906.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

VASCONCELOS, Maristela InesOsawa *et al.* **Intervenção educativa em saúde com grupo de gestantes: estudantes de enfermagem em ação extensionista no interior do Ceará. Expressa Extensão**, Pelotas, v. 21, n. 2, p.108-118, jan. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/9248/7031>>. Acesso em: 20 set. 2018.

WEIDLE, WelderGeison *et al.* **Escolha da via de parto pela mulher: autonomia ou indução?** 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v22n1/1414-462X-cadsc-22-01-00046.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

A CONSCIENTIZAÇÃO DO “NÃO ABANDONO” DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Davi Francisco Santos¹⁹

Gabriela Meira de Moura Rodrigues²⁰

Eixo temático:

Agência financiadora: não contou com financiamento

RESUMO

Grande parte da população busca companhia de animais de estimação como cães e gatos, necessitando buscar conhecimentos a respeito dos hábitos e saúde do animais para que os mesmos não sejam abandonados. O abandono é um problema de saúde pública que deve ser resolvido em parceria com a população. O conhecimento a respeito do assunto auxilia no processo de mudança de pensamento e de comportamento dos responsáveis. Informar a população a respeito da importância da vacinação, idas periódicas ao veterinário, qualidade da alimentação e castração para insentivar o a cultura do não abandono. Em ações sociais realizadas pela instituição UNIDESC, as pessoas foram abordadas e, manifestado o interesse, foram ensinadas sobre a importância de cada um dos itens do objetivo. O material foi preparado com linguagem clara e objetiva para que fossem alcançados os públicos de qualquer faixa etária e graus de instrução. A maioria das pessoas manifestou interesse sobre o tema e considerou a explanação de saúde relevante para melhorar a saúde do animal e evitar o abandono. Houve alguns questionamentos iniciais sobre a castração e algumas informações incorretas sobre vacinação que foram esclarecidas no momento em iam surgindo. A população interessada foi informada a respeito da importância da vacinação, bem como sobre a periodicidade de consultas com o veterinário, qualidade de alimentação e castração para melhorar e aumentar a vida do animal e conscientização sobre o não abandono dos mesmos. Acredita-se assim, que houve conscientização de pessoas que possivelmente terão a oportunidade de agir com seus animais da maneira adequada.

Palavras-chave: Não abandono; saúde animal; cães; gatos.

¹⁹ Graduando de Medicina Veterinária do Unidesc, Goiás. *E-mail:* davisantos42@gmail.com

²⁰ Professora do Unidesc. Mestra em Engenharia Biomédica; Pós-graduação (*Lato sensu*) em Acupuntura; Graduação em Biomedicina. Brasília, Distrito Federal. *E-mail:* professoragabymeira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao levar em consideração o aumento da busca das pessoas por ter como companhia animais de estimação, maioria cães e gatos, torna-se necessária a busca por conhecimentos a respeito de questões como o tempo de vida do animal, bem como o comportamento de cada um no meio, melhor maneira de alimentação e rotina e hábitos de saúde como vacinação e idas ao médico veterinário (ABINPET, 2014).

Quando esses fatores são impensados, há uma grande possibilidade de, futuramente, levar ao abandono, o que se torna um problema de saúde pública (ACHA e SZYFRES, 1980; GARCIA, 2009). Além disso, é sabido que questões ambientais, socio econômicas e culturais também influenciam em tal situação, o que leva à necessidade de desenvolvimento de estratégias que busquem resolver ou minimizar a quantidade de casos (GARCIA, 2009, FERREIRA, 2009).

Programas que atuam no controle da reprodução de animais abandonados têm importância reconhecida para a diminuição da população e a suscetibilidade de contaminação pelo vírus da raiva, o que é um marco para o reconhecimento da necessidade de estabelecimento de estratégias (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1992).

Baseado nessas informações, busca-se conscientizar a população em respeito aos cuidados com os animais em relação ao ambiente, castração, alimentação e vacinação em dias, para que melhore a qualidade de vida dos mesmos e ajude a reduzir o número de atitudes negligenciáveis e abandono.

MÉTODOS

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito da cultura do não abandono, para verificar a relevância do tema de maneira geral e para selecionar os tópicos essenciais a serem abordados. Após isso, houve uma visita observatória às comunidades de Mesquita e Jardim ABC – Cidade Ocidental – GO, a fim de identificar se o projeto de conscientização faria sentido se aplicado nas proximidades.

Ao entender que tal explanação do tema em qualquer região é importante, houve a expansão da conscientização para outras regiões próximas, aproveitando a ida da instituição através de ações sociais que levam saúde e informação à população.

Incentivado pelo comportamento perceptível das pessoas em relação aos seus animais, estruturou-se um pensamento em forma de roteiro, contendo os pontos essenciais para o melhor cuidado, induzindo ao ideal sobre saúde e manejo e, essas orientações foram passadas verbalmente pelo aluno a todos que eram abordados e se interessavam pelo assunto.

Houve a definição ainda, de um material impresso para ser entregue no momento das ações. Em formato de folder (anexo 1). Foram colocados textos e frases de impacto, pois se faz necessário, por se tratar de indivíduos com os mais variados graus de instrução possível, exigindo assim um glossário menos técnico, com medidas de abordagem mais claras e objetivas.

A primeira oportunidade de apresentação do projeto se deu no Shopping da cidade do Valparaíso, contando com suporte do Núcleo de Extensão (NEXT) da instituição e do próprio coordenador do curso de Medicina Veterinária. A entrega dos folders e a explanação sobre o tema foi feita de maneira simultânea, de maneira rápida, cuidando para as informações serem passadas de maneira clara e entendível, esperando alcançar a conscientização do trato dos animais e possível mudança de postura dos respectivos donos.



Figura 1 - Perfil direito do esqueleto de um cão

Após isso, as próximas ações se realizaram em colégios, e com isso houve mudança de público, uma vez que o atendimento era sem faixa etária determinada e passando a ser para crianças e adolescentes. O objetivo principal: passar o conhecimento a respeito das condutas que melhoram a qualidade de vida do animal. Dessa forma, os folders foram substituídos por maquetes de cães (Fig. 1 e 2), selecionados por serem os mais comuns optados para extiminação, chamando a atenção necessária para a explicação.



Figura 2 - Perfil esquerdo do esqueleto de um cão

Como se trata e de um projeto de extensão, não foi realizada nenhuma coleta de dados específica, não fazendo necessária a submissão ao comitê de ética. Foi realizada uma atuação informativa à população na espera de que, a partir do conhecimento adquirido, acontecesse a mudança de comportamento para que os animais apresentassem melhor qualidade de vida, oferecendo mais segurança ao ambiente para eles e seus respectivos donos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O aluno pesquisador procurou parcerias com escolas, casas de rações e clínicas veterinárias, na tentativa de levá-los às ações sociais para vacinação, agendamento de castração com desconto e amostras de rações de qualidades. Porém não obteve resposta positiva em nenhum dos casos, o que o fez trabalhar apenas de maneira verbal, folder, maquete ou banner.

Considerando que no Brasil há um crescimento significativo a respeito da quantidade de pessoas que têm como companhia cães e gatos, torna-se relevante a conscientização sobre o tempo de vida do animal, quais são as peculiaridades e necessidades de cada um, vacinação, alimentação e outros (ABINPET, 2014).

O abandono animal é considerado problema de saúde pública (ACHA e SZYFRES, 1980; GARCIA, 2009) e bem-estar (THORNTON, 1992; WORD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH, 2010). Questões demográficas, ambientais, culturais, econômicas impactam no agravamento dessa situação, considerando que as estratégias buscadas pelo governo fazem diferença na quantidade de casos (GARCIA, 2009, FERREIRA, 2009).

As políticas públicas iniciais direcionadas para o manejo animal eram rudes e consistiam em sua captura e eliminação caso encontrados circulantes na rua. Em 1984, a OMS posicionou-se a respeito. Então, tal ação era realizada a partir da restrição dos movimentos, captura e remoção e controle do ambiente, bem como sua reprodução (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1973). Em 1990, publicou-se um guia que orientava o manejo canino, bem como apresentação de estratégias relacionadas ao registro e identificação de cães e gatos envolvendo a comunidade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1990).

O decreto lei 24.645/34, de Getúlio Vargas, informa o que pode ser considerado maus tratos aos animais. Para este projeto, baseando-se no público alvo, selecionaram-se para conscientização o ato de abandonar e espancar, manter preso em correntes, abrigar em ambiente aberto sem proteção a sol e chuva, não alimentar e fornecer água e não fornecer atendimento veterinário obrigatório (BRASIL, 1934).

Embasado nessa literatura, a importância da vacinação a fim de prevenir contra doenças infecto contagiosas e entender cada uma delas foi um ponto chave, além de desmistificar algumas informações sobre a questão, valorizando as campanhas e atualização do cartão de vacinação, garantindo a segurança humana e animal.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou em 2013 que existiam mais de trinta milhões de animais (cães e gatos) abandonados na rua. Sendo que, em cidades com maior população, para cada cinco pessoas, havia um cachorro e destes, 10% eram abandonados (OMS, 2013). Há o reconhecimento da importância da existência de programas que atuam no controle da reprodução dos animais abandonados, para diminuir a população e a suscetibilidade de contaminação pelo vírus da raiva, o que é um marco para o reconhecimento da necessidade de estabelecimento de estratégias (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1992).

Acredita-se que a super população animal seja um ponto responsável pela estatística citada acima. Por isso, a castração além de ser um método saudável e eficaz de contribuição, melhora a qualidade de vida dos indivíduos e dispensa a ingestão de hormônios como os antídotos. Em relação às pessoas abordadas nas ações sociais, inicialmente houve relutância entre a maioria dos ouvintes, havendo a necessidade de abordagem mais cautelosa, clara e

expondo vantagens como o prolongamento da vida e saúde destes, diminuição das tentativas de fuga, e, claro, a menor taxa de prenhez indesejada.

Ainda sobre a saúde, com o passar do tempo os animais tomaram um lugar de destaque entre as famílias brasileiras, onde algumas apresentam costumes de tratá-los como filhos, humanizando assim os animais. Isso pode ser prejudicial para ambos, uma vez que esses pets são submetidos à alimentação humana o que pode levar a um quadro de intoxicação alimentar. No decorrer do projeto, isso era mais evidente, levando a tomar mais atenção (ênfase) quanto a isso.

A cada saída de campo realizada eram atendidas pessoas que entendiam a importância do projeto e sabiam que de fato aquilo era essencial. Na ação sobre outubro rosa (campanha para a conscientização do câncer de mama), em especial, houve a oportunidade de levar para as pessoas esse conhecimento sobre os malefícios que o antício causa no organismo desses animais uma vez submetidos a essa taxa exagerada de hormônios.

Tratando-se das ações sociais realizadas nas escolas, com indivíduos jovens, a atenção dada devido ao fato de ter levado a maquete do esqueleto de um cão foi muito efetiva. O interesse dos jovens, sobre o assunto a partir da maquete, trouxe a atenção necessária para informar sobre cada uma das responsabilidades deles quanto à manutenção da saúde destes e também conscientizar sobre o não abandono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas abordadas que manifestaram interesse foram informadas verbalmente e pela entrega de folders de ligação de fácil entendimento. Sobre a vacinação, foi dito sobre a necessidade de prevenção contra doenças infecto contagiosas que podem contaminar outros animais e inclusive o próprio ser humano.

A ida periódica ao veterinário para que seja monitorada a saúde do animal, bem como a qualidade da alimentação fornecida interferem diretamente no crescimento e nutrição. E o incentivo à castração para não ocorrer prenhez indesejada e diminuir a renovação dessa população sem a necessidade de ingestão de hormônios é positivo para a melhora da saúde do mesmo e seu aumento de tempo de vida.

REFERÊNCIAS

ABINPET: Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação. 2011. Disponível em < [hp://abinpet.org.br/](http://abinpet.org.br/) >. Acesso em 20 set 2014.

ACHA PN, SZYFRES, B. **Zoonoses and communicable diseases common to man and animals**. Washington D.C.: Pan American Health Organization; 1980.

BRASIL. **Decreto nº 24.645, de 10 de Julho de 1934**, de Getúlio Vargas. Ferreira F. Efeito da esterilizao no controle de populaoes de cães [tese de livre docência]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Electronic consultation on dog population management options with special emphasis on animal welfare and health**. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/againfo/themes/animal-welfare/dogpopulation-blog/en/>. Acessado em março de 2011.

GARCIA, R. C. M. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliao de aoes para o equilíbrio dessas populaoes em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil** [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2009.

OMS – **Organizao Mundial da Saúde**. Disponível em <https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/100681698/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados> , 2013.

THORNTON, G. W. **The welfare of excess animals: status and needs**. J Am Vet Med Assoc. 1992;200(5):660-2.

WORD ORGANIZATION FOR ANIMAL HEALTH. Stray dog population control. Em: **Terrestrial Animal Health Code**. Paris: OIE; 2010. Disponível em: http://web.oie.int/eng/normes/mcode/a_summry.htm. Acessado em agosto de 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Expert Committee on Rabies: eighth report. Geneva: WHO; 1992. (WHO Technical Report Series 824).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Expert Committee on Rabies: sixth report**. Geneva: WHO; 1973. (WHO Technical Report Series 523).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Society for the Protection of Animals**. Guidelines for dog population management. Geneva: WHO; WSPA; 1990.

ANEXO 1 - FOLDER



Benefícios:

- Castração - maior longevidade, menor risco para vários tipos de câncer, controle de natalidade, diminuição do número de animais abandonados, reduz a agressividade, e a marcação de território.
- Vacinação - proteção eficaz contra as doenças infecciosas, controle de pragas (carrapatos, pulgas etc..)
- Alimentação - a correta alimentação pode prevenir vários tipos de problemas como; gastroenterite (vômitos e diarreias) gastrite, obesidade, cardiopatia, problemas odontológicos, alergia e intoxicação alimentar.
- Manejo - os corretos cuidados que se devem tomar com os animais desde recém nascidos até a velhice (uso indiscriminado de anticoncepcionais para cadelas e gatas).



Medicina
Veterinária



NEXT
Núcleo de Extensão





PROJETO CARROCEIRO DE VALPARAÍSO-GO

Gabrielle Sant' Anna Vieira²¹ – UNIDESC;

Emelyn Oliveira Araújo²² - UNIDESC

Agência financiadora: Núcleo de Extensão do Centro Universitário UNIDESC

RESUMO

Todo ano ocorrem várias denúncias à Associação Protetora dos animais do DF (ProAnima) envolvendo maus tratos aos cavalos de tração no Distrito Federal e municípios localizados no entorno. Embora a saúde e qualidade de vida do animal utilizado reflitam na renda do proprietário, a maioria desses animais não recebem nenhum tipo de assistência veterinária, impactando diretamente no bem-estar desses animais e também na atividade social desta ação no Brasil. O objetivo deste trabalho foi conhecer o perfil dos cavalos de tração e promover a conscientização dos carroceiros da região de Valparaíso – Go e da sociedade em geral quanto aos meios de promover o bem-estar animal e conseqüentemente diminuir os maus tratos aos animais utilizados com tração, e a realização de exames físicos e de sangue (através do hemograma) para avaliar a saúde desses equinos. O projeto está sendo realizado na região de Valparaíso de Goiás e os atendimentos clínicos desses equinos realizados no hospital veterinário do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste (UNIDESC) sob a supervisão da professora coordenadora do projeto. Durante os exames, são realizados procedimentos de primeiros socorros, coleta de sangue para avaliação dos parâmetros hematológicos, vermifugação dos animais e orientação aos proprietários sobre manejo e cuidados com os equinos. Os resultados parciais obtidos apresentaram problemas de trabalho como excesso na jornada de trabalho, maus tratos, presença de patologias como anemia devido à desnutrição, desidratação e má qualidade de vida desses animais.

Palavras-chave: bem estar; cavalo; saúde.

INTRODUÇÃO

²¹ Prof. MSc. no Centro Universitário de desenvolvimento do Centro-Oeste (UNIDESC). E-mail: gabrielle.viera@unidesc.edu.br

²² Acadêmico no UNIDESC . E-mail: emelin.oli6@gmail.com

O cavalo exerceu um importante papel na formação econômica, social e política do Brasil. No aspecto econômico, desempenhou as funções de sela (para o vaqueiro, nas lidas comuns à pecuária); de carga (nos comboios ou comitivas); e, de tração (“motor” de veículos de carga e de moendas) (Cepea, 2011). Cavalo de tração é o equino com marcante capacidade de puxar cargas pesadas. Desde a domesticação, os equídeos de tração são considerados indispensáveis e são utilizados para diversos trabalhos, muito deles exigidos acima de seus limites naturais (MARANHÃO *et al.*, 2006).

Nos últimos tempos, com a crescente atividade de reciclagem e a aproximação da zona rural à zona urbana, os cavalos voltaram às ruas como instrumento de trabalho de pessoas que muitas vezes desconhecem os cuidados mínimos necessários para o manejo de equídeos. Dessa forma, estes animais podem ser acometidos por enfermidades, sendo necessária a atenção à saúde e bem estar destes animais (TORRES & JARDIM, 1992).

Equinos usados para tração de veículos (carroças ou charretes), principalmente na área urbana, são conduzidos a enfrentar uma forma de vida totalmente diferente, tendo que se adaptar a ambiente e alimentação bem diversos daqueles naturais, frequentemente inadequados à sua anatomia e fisiologia, e a desenvolverem atividades e condutas que em nada se assemelham ao que sua natureza primitiva o preparou. Isso gera graves problemas de bem-estar para esses animais (DELGADO, 1999; SMYTHE, 1990; WSPA, 2004).

Uma nutrição correta também é fundamental para o desenvolvimento e manutenção de um sistema musculoesquelético saudável, em qualquer fase da vida ou atividade. Os excessos ou deficiências podem predispor ou mesmo causar o surgimento de patologias. As melhores formas de se identificarem e corrigirem desequilíbrios são analisar a alimentação diária e água ingeridas pelo animal. (LEWIS, 1994).

A mudança de conduta dos proprietários e dos condutores de carroças e charretes pode ser desenvolvida por meio do recebimento de instruções objetivas que devem incluir: noções sobre manejo e cuidados básicos com equinos de trabalho, sistemas de criação e práticas de ferrageamento, manutenção do equipamento e do veículo, normas de trânsito de veículo de tração animal (SOUZA, M.F.A.; 2006).

Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um trabalho junto aos carroceiros e ao público infantil de escolas públicas, que dissemine conhecimentos sobre manejo, bem-estar animal para a conseqüente melhoria das condições de trabalho e redução de problemas decorrentes dessa atividade.

METODOLOGIA

Em Setembro de 2018, após aprovação pelo Núcleo de Extensão – NEXT da Universidade de desenvolvimento do Centro-Oeste – UNIDESC, instituiu-se o “Projeto carroceiro de Valparaíso-Goiás”, para se conhecer o perfil dos equinos utilizados como tração nessa região, realização de exames clínicos e hematológicos, vermifugação e conscientização dos carroceiros sobre o correto cuidado com esses animais.

Até o momento, foram avaliados 15 animais no Hospital Veterinário da UNIDESC, onde os alunos de medicina veterinária realizaram avaliação clínica, coleta de sangue e vermifugação dos equinos sob constante supervisão do(a) coordenador(a) do projeto. Além disso, os proprietários receberam informações sobre vacinação, vermifugação, importância da alimentação e ingestão de água, cuidados com casqueamento, e orientações sobre jornadas de trabalho, importância da realização de intervalos durante o dia de trabalho, máxima carga permitida e higiene diária para com os animais.

O sangue coletado foi encaminhado para laboratório para avaliação da hematologia dos animais através do hemograma completo. Os parâmetros sanguíneos avaliados foram Volume globular em porcentagem (VG), concentração de hemoglobina (Hb), volume corpuscular médio (VCM), concentração de hemoglobina corpuscular média (CHCM), leucócitos (Leuc), neutrófilos (NEU), linfócitos (Linf), eosinófilos, monócitos, basófilos e número de plaquetas (Plt) (Figura 1).

Figura 3. Coleta de sangue e realização dos exames clínicos



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os valores hematológicos médios referentes ao volume globular (VG), leucócitos (Leuc), linfócitos (Linf), neutrófilos (Neu) e Plaquetas (plt), dos equinos utilizados como tração da região do Valparaíso de Goiás estão descritos na tabela 1.

Tabela 1. Valores hematológicos médios, mínimos, máximos e desvio padrão de equinos de tração da região de Valparaíso de Goiás.

	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
VG (%)	30.5	1.94	28.0	33.6
Leuc ($\times 10^9/L$)	10.8	2.40	8.0	14.4
Linf ($\times 10^6/L$)	3.893	1.386	2.080	6.392
Neu ($\times 10^6/L$)	6.334	1.838	3.280	8.784
Plt ($\times 10^3/l$)	15866			23600
	6	40495	105000	0

A média do volume globular apresentou-se levemente abaixo dos valores de referência para a espécie equina, demonstrando que muitos dos animais examinados apresentavam quadro de anemia, o que também corroborou com os achados dos exames físicos. A anemia deve receber uma atenção especial em equinos, pois pode ser resultado de babesiose, anemia infecciosa equina, leptospirose entre outras enfermidades (BOTTEON *et al.*, 2005).

O número médio de leucócitos, linfócitos, neutrófilos e plaquetas apresentaram-se dentro do referencial. Contudo alguns animais apresentaram leucocitose, indicando a presença de algum processo infeccioso. Os equinos de tração estão sujeitos às doenças parasitárias, ocasionadas por protozoários, sendo e ectoparasitas, além das infecções por bactérias, vírus e fungos, sendo algumas destas consideradas zoonoses. Segundo Matthews (2011), as enfermidades por endoparasitas causadas por nematódeos são as mais frequentes.

As consequências da ausência de bem estar podem produzir afecções corporais, imunossupressão, patologias comportamentais e isso acarretará na redução da expectativa de vida do animal (BROOM e MOLENTO, 2004). Oliveira *et al.* (2007) e Andrade (2009) verificaram a presença de lesões na pele dos equinos de tração. Elas podem estar correlacionadas com o uso inadequado de chicotes, arreios impróprios, ferimentos com cacos de vidro, madeira e arames, o que vai ao encontro às alterações observadas nos animais que foram avaliados no presente trabalho.

Em relação às principais afecções patológicas apresentadas pelos animais durante a avaliação clínica, verificaram-se: feridas, desidratação, anemia e alterações nos cascos, como observado nas figuras 2

Figura 4. Feridas causadas por atropelamento.



Figura 5. Feridas no membro posterior.



CONCLUSÃO

De acordo com os resultados que estão sendo obtidos no presente trabalho, espera-se realizar o atendimento clínico, hematológico e vermifugação dos equinos utilizados para tração na região do Valparaíso de Goiás, conjuntamente com a orientação dos proprietários sobre o correto manejo dos animais visando o bem-estar dos mesmos.

REFERÊNCIAS

Andrade RLFS, Sobral JC, Silva KMG. 2009. **Avaliação clínica, hematológica e parasitária em equinos de tração na cidade de Aracaju, Sergipe.** Acta Veterinaria Brasilica. 3: 138-142.

BOTTEON, P. T. L.; BOTTEON, R. C. C. M.; REIS, T. P.; MASSARD, C. L. **Babesiose em cavalos atletas portadores.** Ciência Rural. v.35, n.5, p.1136-1140, 2005.

Broom D, Molento CFM. 2004. **Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas – revisão.** Archives of Veterinary Science. 9: 1-11.

CEPEA. **Estudo do complexo do agronegócio do cavalo,** 2011.

DELGADO, C. A. G. **Guía para el cuidado del equino de trabajo.** ADA, Bogotá, 1999.

MARANHÃO, R.P.A.; PALHARES, M.S.; MELO, U.P.; REZENDE, H.H.C.; BRAGA, C.E.; SILVAFILHO, J.M.; VASCONCELOS, M.N.F. **Afecções mais frequentes do aparelho locomotor de equídeos de tração do município de Belo Horizonte.** Arquivos Brasileiros de Medicina Veterinária e Zootecnia. V. 58, p. 21-27, 2006.

LEME, D.P.; SILVA, E.L.; NÓBREGA, I. **Projeto carroceiro de Florianópolis.** Revista Eletrônica de Extensão. V. 11, p. 43-50, 2014.

LEWIS, L.D. **Nutrição clínica equina: alimentação e cuidados.** São Paulo: Roca. P. 710, 2000.

Matthews JB. 2011. **Facing the threat of equine parasitic disease.** *Equine Vet. J.* 43: 126-132. Oliveira LM, Marques RL, Nunes CH, et al. 2007. **Carroceiros e equídeos de tração: um problema sócio-ambiental.** *Caminhos de Geografia*, 8: 204–216.

TORRES, A. P.; JARDIM, W.R. **Criação do cavalo e de outros equinos.** São Paulo: Nobel. V. 3, p. 654, 1992.

Universidade de Bristol (UK) / World Society for the Protection of Animal (WSPA) - **“Conceitos em Bem-Estar Animal”** – CD desenvolvido para professores de faculdades de medicina veterinária, 2004.

SMYTHE, R. H. **A psique do cavalo.** Livraria Varela Ltda, São Paulo, 1990.

SOUZA, M.F.A. **Direito Animal.** P. 65, 2006.

LEITURA COMO PROMOÇÃO DA CIDADANIA UM LEGADO FREIREANO

Cícero Alves Cabral Neto²³

Edney Gomes Raminho²⁴

Eixo temático: Educação

Financiamento: Núcleo de Extensão (NEXT)/ Icesp

RESUMO

Este trabalho discute parte do desdobramento de uma proposta de extensão que tem oferecido oficinas de leitura e compreensão do texto da lei para alunos de uma escola pública do Distrito Federal. Replica-se aqui uma das experiências vivenciada nas oficinas- discussão sobre direito eleitoral- a fim de refletir sobre a contribuição da leitura do texto legal na formação crítica e cidadã. Justifica-se pela urgência de situações de (re) conhecimento e compreensão do texto da lei como instrumento de fomento à inquietude de se buscar condições de equidade das oportunidades com isonomia e de respeito à pluralidade sob as quais a convivência humana está condicionada naturalmente com vistas à justiça social. Faz-se um estudo de revisão bibliográfica fundamentado em Freire (2001; 2005; 2011a; 2011b; 2014; 2015^a; 2015b; 2016; 2017a; 2017b; 2017c) quanto aos ensinamentos de uma educação para a autonomia da ação político-crítica e desta ao exercício da cidadania a partir da leitura e compreensão do texto legal.

Palavras-chave: Oficina de leitura; texto legal; formação cidadã.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 destaca em seu artigo 5º que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e, em seu artigo 6º, os direitos básicos que devem ser garantidos às pessoas para lhes resguardar efetivamente a cidadania (BRASIL, 1988). No entanto, sabe-se que há uma parcela expressiva dos brasileiros aos quais tais garantias são negadas. A começar pelo índice alarmante de analfabetos funcionais no país. Uma realidade que se elava quando contextualizada às classes das minorias. E Passa-se por isso como se fosse uma situação normal. Como se aqueles que se preparam para ali intervir não pudessem nada fazer, porque faz parte da história e da sociedade brasileira.

²³ Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário Icesp de Brasília.

²⁴ Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília, especialista em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, professora da Educação Básica e do Ensino Superior.

A segregação e o espaço que aumenta as diferenças sociais se transformam em uma realidade ingrediente da cultura e da história do país. Um comportamento típico da alienação assumida e velada pela ausência de conhecimento dos princípios que legitimam a obrigatoriedade do cumprimento tanto de garantia de direitos quanto da execução de deveres, reflexos de uma sociedade desconhecidora de limites e garantias.

A exemplo, cita-se a Lei Áurea que falseava uma liberdade cujo intento era a fuga da responsabilidade das hierarquias absolutas do país pelo ônus de um escravo cuja força de trabalho pouco somaria à riqueza que o negro deveria, por lei, gerar. Então, foi instituída a supracitada lei. Por consequência dela, o escravo passou a ser sucumbido fora das senzalas sem condições mínimas de sobrevivência. Nada muito diferente da história que a ele tinha sido ofertada até o instituto de tal texto legal. Esta cultura do desmando, da humilhação e da segregação foi se propalando como uma herança de fato cultural já assumida. Sérios foram os percalços gerados por isso na formação histórica da sociedade brasileira.

O tempo foi passando e o desejo de muitos intelectuais das mais diversas esferas do conhecimento, sobremaneira, das ciências humanas como das artes, da literatura, da pedagogia, profissionais do direito de construir um país independente e mais próximo do perfil plural do brasileiro contribuiu para uma série de avanços na legislação federal. Em 1988, ademais, foi instituída a Carta Magna brasileira, cujos princípios norteadores estão preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009). Ali é substantivo que todos os cidadãos brasileiros tenham garantidas as condições de igualdade, considerando suas diferenças plurais de culturalidade.

Obsta que, mesmo diante de prerrogativas históricas apartadoras das possibilidades de equidade e isonomia e tantas lutas e vítimas para que hoje o Brasil se consolidasse como uma república e democrática de Direito, vive-se uma cenário de alienação e de adeptos da volta ao passado das desigualdades e de massacres dos princípios do respeito às diferenças e às pluralidades culturais. Há uma confusão preocupante entre democracia e desrespeito ao espaço alheio. Há um desalinho entre o que é liberdade de expressão e o desrespeito à possibilidade de réplica que o outro também tem, caso haja infração de seu lugar como pessoa humana. A noção do limite que a lei, a regra precisa instituir para equilibrar as relações acaba, por vezes, sendo descaracterizada por contestações infundadas e mascaradas de manifestação democrática.

Mesmo diante de todas estas questões de desequilíbrio das possibilidades de equidade, tem-se vivido um contínuo que mais desequilíbrios provocam. Cita-se, por

exemplo, a limitação das disciplinas das ciências humanas do Currículo da Educação Básica; a saber a reforma do Ensino Médio que prevê dentre outras alterações que

[Art. 36.](#) O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

[I](#) - linguagens e suas tecnologias;

[II](#) - matemática e suas tecnologias;

[III](#) - ciências da natureza e suas tecnologias;

[IV](#) - ciências humanas e sociais aplicadas;

[V](#) - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017)

Pouco se divulgou e se conhece sobre as alterações na lei trazidas pela reforma e quanto aos impactos que ela geraria a curto e a longo prazo. Pois a família e até os mesmo o estudante não tem clareza das consequências. Isso porque ainda há um limitado espaço legal em sala de aula para se debater sobre as questões relacionadas às humanidades. A alienação contribui para que não se tenha condições de sopesar as variáveis em que as relações sociais serão atingidas pelo fato de pouco pensar e construir condições dentro da sala para discutir acerca da importância da escola como um *locus* de construção da cidadania.

Charaudeau (2006) já pontuava que, quanto maior o grau de ignorância de um sujeito, maior a possibilidade dele acreditar que tudo o que lhe dizem é verdade e deve ser assumido como sendo seu posicionamento; ainda mais quando a posição de quem assume o discurso impõe-lhe uma hierarquia que os distanciam simbólica e socialmente.

Ainda que os documentos que parametrizam a educação Básica brasileira, por exemplo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 2017), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1998) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC)(BRASIL, 2018) definam que o texto legal seja objeto de ensino e aprendizagem em sala de aula, esta abordagem é tímida. Pouco dela se utiliza efetivamente em sala de aula e na convivência na escola. Por isso, impera que sejam oferecidos espaços para o ensino e o estudo do texto como uma porta para adentrar ao mundo de acesso ao saber necessário ao questionamento e intervenção contra a alienação e a favor da educação crítico-reflexiva do estudante para a cidadania.

Assim sendo primam-se aqui os seguintes objetivos respectivamente do geral aos secundários: discutir sobre leitura e compreensão de textos da lei como prática preparatória à cidadania, para alunos de uma escola pública. Para tanto, é necessário: discutir a função do texto legal na sociedade; refletir sobre as percepções dos alunos frente às consequências do (des) conhecimento da lei; discutir a repercussão dos debates sobre o texto legal para com os estudantes- acadêmicos de direito e atendidos na escola pública.

Tais objetivos demandaram estudos de revisão bibliográfica de cunho descritivo-explicativo (GIL, 2017) de um conjunto de obras de Freire (2001; 2005; 2011a; 2011b; 2014; 2015^a; 2015b; 2016; 2017a; 2017b; 2017c) a fim de subsidiar a compreensão tangente à educação como prática da liberdade para a construção da autonomia.

Ensinamentos a uma educação pluralista para uma sociedade mais igualitária

A educação pluralista é uma conquista que a educação alcançou sob os ensinamentos de Freire (2015b). Este princípio prevê que todas as pessoas são iguais e para que vivam se sentindo respeitadas, devem ter suas garantias resguardadas, mediante o reconhecimento de suas diferenças sociais, culturais, históricas e subjetivas.

Para Freire (2014), a garantia de um ensino promotor de bem comum passa pelo saber que o educador deve ter sobre suas limitações e o quanto elas se tornam reflexos sobre do que ele precisa formar continuamente para então respeitar a limitação do outro; com ela e para ela produzir aprendizagem mútua.

O autor pondera que o educador assim se (trans) forma, ao passo que ensina o que aprende e aprende com aquele a quem ensina (FREIRE, 2017a). O que se diz ser verdade para alguém será significativo, quando primeiro faz sentido para aquele que fala. Mais que as palavras, a ação educa e ensina. Ela é exemplo, um espectro. Por isso, a pedagogia freireana é concebida como dialogicidade. Quer dizer que o discurso construído em diálogo com alguém precisa se tornar ação, fato, realidade. Isso é que lhe confere a uma pessoa ser agente de transformação de uma realidade, emancipadora do espaço de construção de um conhecimento historicamente representado e (re) significado nas trocas sociais e atividades humanas.

Ensinar é, assim, um ato de troca de saberes cujo alcance amplie os ensejos de viver com qualidade de vida. Onde há troca, há respeito mútuo, há situações de crescimento comum aos pares. Nesse sentido, as diferenças são oportunidades ao convívio em igualdade, não para ampliar os muros que dividem classes e ampliam as desesperanças de uma sociedade. Elas são sedimentos para o equilíbrio, o respeito social (FREIRE, 2016).

Uma nação tão multicultural, com uma história tão miscigenada como o Brasil tem a necessidade de pensar caminhos para a educação, sobre os quais perpassem a tolerância diante à diversidade (FREIRE, 2014). Aqui implica uma abertura para estar sempre disposto à compreensão do outro e de se fazer também compreender. Uma educação cujo princípio seja governado pela liberdade de se expressar e de ser percebido, que motiva o pensar e o agir conscientemente e com respeito (FREIRE, 2017c).

Para alavancar um encontro saudável de respeito e de ampliação das habilidades de saber, a leitura é um caminho, é um convite é uma esperança. Ela prospera o sentimento de poder por saber, por fomentar a compreensão e o convite para ver o outro, que também sabe, em uma condição de igualdade, não como imposição à submissão e à subordinação de um submisso a um dominador (FREIRE, 2011).

A leitura inaugura o sonho de levar o oprimido a conjecturar pensamentos e ideias para dominar o ato de ler e por ele se sentir sujeito de sua própria história com autonomia; consciente e resiliente junto ao seu desejo de uma sociedade na qual a cidadania é uma realidade, não uma utopia (FREIRE, 2015a). A história passa a ser vivida com a sensação de justiça. Neste cenário, aprendiz e educador se sentem confiantes de suas potencialidades e do que um tem condição de ensinar e aprender com o outro.

Sob este prisma, ambos os sujeitos- o educador e aprendiz- não se conformam, não se alienam e não negligenciam a alienação. Eles veem a exploração e o espaço que separa dominante e dominado como uma inquietação que os move coletivamente para transformá-la (FREIRE, 2015b). Ao passo que se veem confrontados com a servidão do outro, assumem-na como causa de luta e de busca para modificá-la. Veem-se como seres políticos.

O circuito favorecedor deste movimento constitui-se de uma articulação política que deve começar na escola. Ela tem o compromisso com a formação de um cidadão efetivamente político. A escola é um espaço político, pois ali devem ser construídos acontecimentos provocativos de leitura, debate, reflexões cujo objetivo seja manter a qualidade de vida com respeito à diversidade de opiniões, realidades sócio-culturais dos agentes que ali convivem uns com os outros.

Para tanto, cumpre-se que as experiências compartilhadas pelo educador envolvam sua sensibilidade e sua vivência histórica bem como seu comprometimento com a transformação social. Uma educação transformadora, assim se compreende, desde que haja uma cultura, um movimento intensificado de construções de hábitos de ensino e aprendizagem de também reconhecimento e de valorização da própria cultura (FREIRE, 2011).

Um dos instrumentos composicionais da cultura é a norma, a regra, a lei. Ela condiciona, limita, e se não for bem reconhecida dentro do que de fato lhe compete histórica, social e culturalmente pode aprisionar e criar amarras (FREIRE, 2005). É nesse ínterim que o agente do conhecimento assume assento de instigador (FREIRE, 2017c), como instrumento de esperança e de diálogo, não conivente com o cabresto de sustento de opressão e de desigualdade social.

No linho destes ensinamentos freireanos, abre-se um leque de oportunidades para se fazer do ensino e da aprendizagem do texto legal como meios para ampliar aberturas à equidade e à liberdade de ser, de se representar socialmente. Pode-se assim fazer diferença na vida das outras pessoas (FREIRE, 2017a). Constrói-se de fato um ser autônomo e político por essência.

Prática de leitura da lei eleitoral

Os ensinamentos freireanos foram levados a cabo em dinâmicas, oficinas oferecidas de estudantes de uma escola pública do Distrito Federal. Para o autor, a escola pública demanda o olhar sensível do Estado e do educador e a ela precisam ser construídas oportunidades de saber que incluam seu aluno a nível intelectual de se equiparar a qualquer outro estudante. Normalmente, o público atendido pela escola pública é constituído de pessoas cujas demais oportunidades sociais vem sendo negadas ou mitigadas. Para Freire (2017a), a escola pública tem o compromisso de reduzir as distâncias sociais de acesso à cidadania, porque ali é formada a maior parte da população.

Desse modo, ela precisa tanto incluir quanto revelar ao estudante a extensão desse fenômeno para que ele inclua outras pessoas, por oportunidades de respeito e de igualdade tais quais as que lhe foram de certo oferecidas. Isso demanda envolver o estudante no processo de reconhecimento de ser como ser político, que buscar compreender suas garantias e resguardá-las aos seus pares.

Sob este espectro foram pensadas e ofertadas oficinas de leitura e compreensão do texto da lei eleitoral brasileira a estudantes entre 16 e 17 anos. Tal público concentra estudantes em idade eleitoral facultativa e que, por muitas vezes se exime da responsabilidade da escolha de lideranças políticas exatamente por não ser obrigado a participar do processo eleitoral. As aulas foram ofertadas nos meses de setembro e outubro de 2018, por oportunidade das eleições estaduais, distritais e federal.

Assim, as discussões se assentariam em um contexto da realidade dos estudantes, o que lhes favoreceria entender e participar das conversas sobre direito eleitoral. Pois o aprendizado da leitura depende que o leitor estabeleça sentido de um saber já construído, por vezes, sua experiência prática do cotidiano com o novo que a leitura lhe traz (KLEIMAN, 2007). Quanto mais sensível uma nova informação for para o leitor, maior a probabilidade de compreendê-la e empreendê-la, concordando ou refutando. A sensibilidade requer buscar na memória de leitura, de saberes já consagrados, portanto, e que incitam a autonomia e a criticidade do leitor.

Com vistas a estas contribuições da construção de sentido da leitura da lei do direito eleitoral brasileiro, usaram-se dinâmicas em formato de brincadeiras a fim de suscitar a compreensão dos efeitos práticos da lei. Simulou-se uma eleição com duração de duas oficinas na sala de aula. Cada oficina com 50 minutos.

O objetivo da simulação eleitoral foi provocar a reflexão sobre o quanto a participação de um voto ou se eximir de votar pode ser decisivo na escolha das lideranças políticas. Por ocasião da dinâmica, usou-se dos exemplos adquiridos na brincadeira para discutir e explicar o sistema de votação em vigor no Brasil: proporcional e o majoritário. Respectivamente, considerados na escolha de vereadores, deputados e o último para prefeitos, governadores, senadores e presidente da república (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

Oportunamente, discutiu-se com o grupo as implicações de cada voto, inclusive, os brancos e nulos. Aqueles que se abstêm de escolher, seja porque nenhum candidato lhe representa (voto branco) ou porque não deseja mesmo escolher e se isenta de participar (voto nulo). Neste caso pode ocorrer também por erro mesmo na digitação e a não correspondência do número digitado com um número existente. Tanto um quanto o outro faz diferença, porque na somatória dos votos válidos, brancos e nulos poderiam ser a diferença definitiva para eleger um candidato que às vezes fosse mais condizente com a vontade política do povo.

Por consequência da explicação dos votos brancos e nulos, a simulação deu condições para tratar sobre o voto por legenda. A partir deste o voto passa a ser considerado para a legenda na qual um partido se filia. E favorece que candidatos que tiveram uma votação expressiva sejam eleitos.

Nesta parte, os alunos se mostraram surpresos, porque como uma pessoa que não passou diretamente pelo crivo da opção popular pode assumir uma cadeira no legislativo e ainda não desempenhar nenhuma demanda de interesse do povo? Aqui os adolescentes se mostraram indignados. Esta foi uma situação que fez muita diferença para o posicionamento do grupo, comparando-se as posições reveladas no início com aquela ao final da última oficina.

Na primeira oficina, indagou-se quais alunos tinham idade eleitoral, quais destes tinham título de eleitor e quais votariam nas eleições que estavam próximas. Em uma turma com vinte alunos em idade eleitoral – entre 16 e 18 anos- apenas 6 alunos tinham título.

Destes, antes da oficina acontecer, apenas um disse que votaria. Os demais não, porque seu voto era facultativo. Após a oficina, fizeram-se as mesmas perguntas. 4 dos alunos disseram que votariam e os demais que ainda não tinham título disseram que sentiram vontade

de votar. Ou seja, 80% dos votantes tomaram uma posição expressiva. Eles destacaram que, mesmo não tendo a obrigatoriedade de votar aos 16 e 17 anos, sua escolha poderia ser decisiva para a eleição ou não de um político.

Após as dinâmicas, fez-se um a reunião com os estudantes de direito aplicadores das oficinas. Eles destacaram os desafios e a satisfação de ter que conduzir um grupo ao qual a partilha do saber fez diferença para uma consciência crítica. Fizeram uma avaliação de suas posturas e construíram metas para que nas próximas ações conseguissem mais segurança e controle do grupo de atendidos. Avaliaram sua linguagem e a necessidade de alinhá-la ao contexto de uso já que ali representam quem tem que dominar uma variedade de prestígio social ao passo que também devem se aproximar do público que são adolescentes com uma realidade social muito diversa. Apontaram que se sentiram gratificados por terem contribuído com a decisão dos alunos de maneira crítica e construtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, percebeu-se que as dinâmicas promoveram a reflexão e a inquietação tanto dos acadêmicos de direito quando com dos alunos atendidos. Estes demonstraram que é importante saber sobre como funciona o sistema eleitoral e a lei e que isso pode motivar pessoas a tomarem uma posição. Verificou-se que é muito significativo compartilhar o que se aprende no Curso de Direito com os adolescentes. O quanto a participação de saberes interdisciplinares agregam à cidadania na sala de aula.

Muitas informações básicas e de extrema importância para o exercício da cidadania acabam sendo negadas aos alunos, porque não se tem na escola uma situação específica para encontro de profissionais multidisciplinares, inclusive, que não sejam professores. Isso acaba sendo um impedimento para que se reconheçam como cidadãos em exercício da cidadania plena.

Contudo, tem-se inaugurado com as ações das oficinas possibilidades de espaço de utilização e debate do texto legal e contribuições importantes para a formação crítico-reflexiva dos estudantes. Tem sido construída e investida a compreensão de o quanto é expressivo e relevante ter o hábito de ler textos da lei, pois o conhecimento destes favorece o acesso à defesa da cidadania do seu leitor. Tem-se percebido, portanto, mesmo que tímida, por ora, uma iniciativa de rompimento dos muros da alienação tão prejudiciais à formação de uma sociedade justa e equânime a grupos de minorias segregados histórica e socialmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10 de agosto de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://www.portaleducacaoopi.com.br/wp-content/uploads/2014/10/volume-01-introducao-aos-pcn.pdf>> Acesso em: 09 de novembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf> Acesso 09 de novembro 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. B823p **Parâmetros Curriculares nacionais:** língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>> Acesso em 09 de novembro de 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2018.

BRASIL. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm> Acesso em 10 de agosto de 2018.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

GIL, A., C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 41ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017 a.

_____. **Pedagogia da libertação.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017 b.

_____. **Por uma pedagogia da pergunta.** Revisão técnica e tradução do texto de Antonio Faundez, Heitor Ferreira da Costa. 8 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017c.

_____. **Pedagogia da esperança:** Um reencontro com a pedagogia da esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016 .

_____. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015 a.

_____. **Pedagogia da indignação.** Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2015 b.

_____. **Pedagogia da tolerância.** Organização, apresentação e notas de Ana Maria de Araújo Freire. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Ação Cultural:** Para a liberdade e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2011 a.

_____. **Carta de Paulo Freire aos professores.** Estud. av. vol.15 no.42. São Paulo May/ Aug. 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013>
Acesso em: 22 de novembro de 2017.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. 51 ed. São Paulo: Cortez, 2011 b.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 42 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KATO, M. A. **O aprendizado da leitura.** 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em 10 de agosto de 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Sistemas eleitorais brasileiros.** Disponível em:
<http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-4/sistemas-eleitorais-brasileiros> Acesso em 29 de outubro de 2018.



DESCARTE ADEQUADO DE MEDICAMENTOS: UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL COMPARTILHADA

Victor Gomes de Paula. UNIDESC²⁵

Consuelo Vaz Tormin. UNIDESC²⁶

Daniel Sebastião de Souza. UNIDESC²⁷

Eixo Temático: Extensão universitária e sua função social.

Agência Financiadora: NEXT – FAEX.

RESUMO

O descarte de medicamentos no Brasil ocorre de modo inadequado devido à carência de informação para a população. A maioria dos brasileiros possui em seus domicílios uma “farmacinha”. Logo, necessariamente haverá armazenamento de medicamentos. Muitas vezes essas medicações perdem o prazo de validade ou caem no desuso, sendo necessário um correto destino final para eles. A principal escolha pela população para o descarte de medicamentos é o lixo comum, ou o esgoto residencial. Entretanto, esse descarte é considerado inadequado, podendo contaminar o solo, as águas superficiais e águas subterrâneas. Nesse contexto, é urgente a necessidade de repensar a maneira correta de descartar os medicamentos e levar a comunidade a refletir sobre as consequências de seus atos para a saúde pública, e ao mesmo tempo valorizar seu papel no descarte consciente de medicamentos. Os farmacêuticos, por serem profissionais responsáveis pela garantia da saúde e segurança dos pacientes por meio do uso racional de medicamentos, tornam-se imprescindíveis em prestar orientação à população quanto ao modo correto de se realizar o descarte de seus medicamentos sem provocar prejuízos ao meio ambiente. Diante destes fatos, o objetivo do presente projeto de extensão será conscientizar a comunidade circunvizinha ao UNIDESC quanto ao descarte adequado de medicamentos e suscitar nela a responsabilidade social como agente transformador da saúde pública local. O projeto contará com cinco etapas que serão desenvolvidas ao longo de doze meses, com duas metas principais: instituir a Farmácia Escola do UNIDESC como um posto de coleta de medicamentos e estimular

²⁵Doutorando em Microbiologia. Mestre em Educação. Microbiologista. Professor Universitário. Biomédico. victor.gomes@unidesc.edu.br

²⁶Doutoranda em Saúde Pública. Especialista em Saúde Pública e Farmácia Hospitalar. Professora Universitária. Farmacêutica. Servidora da Secretaria Municipal de Saúde de Luziânia/GO. consuelocvt@gmail.com

²⁷Graduando em Farmácia. Acupunturista. Empresário. daniel_s_souza@yahoo.com.br

Drogarias e Farmácias locais a se transformarem em postos de coleta de medicamentos pautados nos preceitos da Logística Reversa.

Palavras-chave: Descarte de Medicamentos; Responsabilidade Social; Logística Reversa.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos possuem um papel fundamental na sociedade, em especial na prevenção da saúde da população e no tratamento de patologias. Entretanto, durante o período terapêutico, muitos pacientes não concluem o tratamento, o que contribui para a sobra de medicamentos, logo, para o armazenamento destes para um provável consumo posterior. Porém, muitas vezes os medicamentos ficam armazenados por muito tempo, perdem a validade e terminam sendo descartados em lixo doméstico ou esgoto comum (UEDA *et al.*, 2009).

Entretanto, esse descarte é considerado inadequado, podendo contaminar o solo, as águas superficiais (rios, lagos e oceanos) e águas subterrâneas (lençóis freáticos). Os compostos químicos presentes nos medicamentos podem ser transformados em substâncias tóxicas, quando expostos a condições de umidade e temperatura desfavoráveis, resultando no impacto do equilíbrio do meio ambiente, além de contribuírem com o surgimento de bactérias resistentes nos biomas aquáticos e do solo (EICKHOFF; HEINECK; SEIXAS, 2009).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA estima que cerca de 30 mil toneladas de medicamentos, vencidos ou em desuso são jogados fora pelos consumidores brasileiros a cada ano no Brasil. O desconhecimento da população e a falta de orientação por parte dos poderes públicos ocasionados pela escassez de campanhas educativas são a principal causa desse descarte inadequado (CARNEIRO, 2011; PINTO *et al.*, 2014). A Lei no 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece que o setor produtivo, os usuários e o poder público têm responsabilidade compartilhada na destinação correta dada aos resíduos gerados, ao final de sua vida útil (BRASIL, 2010).

Logo, a responsabilidade é coletiva, das indústrias farmacêuticas, das distribuidoras de medicamentos, das unidades de saúde, de prescritores, dispensadores e usuários. Nesse contexto, torna-se altamente relevante a execução do presente trabalho, visto este ser fundamentado nos princípios da transformação social, resultante do envolvimento e da participação da sociedade nos problemas de saúde pública oriundos da própria comunidade, uma vez sendo ela a geradora de grande parte dos resíduos medicamentosos.

JUSTIFICATIVA

A falta de informação da população, quanto ao descarte correto de medicamentos é comprovada. Nesse sentido, devem ser amplamente discutidas e estudadas no âmbito da saúde pública as questões relacionadas a essa problemática, para que seja possível desenvolver em cada cidadão uma responsabilidade social coletiva quanto aos impactos ambientais e os riscos à saúde da população, causados pelo mau gerenciamento por parte da comunidade, dos resíduos medicamentosos (FERREIRA; SANTOS; RODRIGUES, 2015).

Para o presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter da Silva Jorge João, é de grande importância a implementação de um sistema de gerenciamento de resíduos provenientes de serviços de saúde e da comunidade. De acordo com o presidente, há várias causas para a sobra de medicamentos, dentre elas, estão a dispensação de medicamentos em quantidade além da necessária para o tratamento, as amostras grátis distribuídas pelos laboratórios farmacêuticos como forma de propaganda, e o gerenciamento inadequado de medicamentos por parte de farmácias e demais estabelecimentos de saúde (JOÃO, 2011).

Nesse contexto, é urgente a necessidade de repensar a maneira correta de descartar os medicamentos, levando a comunidade a refletir sobre as consequências de seus atos para a saúde pública e, ao mesmo tempo, valorizar seu papel no descarte consciente de medicamentos. Uma simples estratégia preventiva seria evitar sempre que possível a sobra de medicamentos nos domicílios. Entretanto, muitas pessoas não recebem esse tipo de informação, principalmente pelo profissional farmacêutico, apesar de ser sua responsabilidade garantir a saúde e a segurança do paciente, visando sempre à prática do uso racional de medicamentos.

Logo, esse profissional deveria ser um multiplicador para a sociedade não só sobre o consumo racional de medicamentos, como também sobre o correto descarte destes (FERREIRA; SANTOS; RODRIGUES, 2015). O descarte incorreto de medicamentos está associado à indiferença dos órgãos sanitários e à ausência de políticas de conscientização da sociedade acerca deste tema. Nesse contexto, os farmacêuticos tornam-se imprescindíveis em prestar orientação aos pacientes quanto ao modo correto de realizar o descarte de seus medicamentos sem provocar prejuízos ao meio ambiente (DAMASCENO *et al.*, 2017).

OBJETIVOS

Geral

Conscientizar a comunidade circunvizinha ao UNIDESC quanto ao descarte adequado de medicamentos.

Específicos

- Esclarecer para a comunidade que o medicamento é um resíduo de saúde gerado pela população;
- Apresentar os riscos ambientais e para a saúde pública quanto ao descarte inadequado de medicamentos;
- Suscitar a responsabilidade social da comunidade como agentes transformadores da saúde pública local;
- Promover ações sociais na comunidade sobre o correto descarte de medicamentos;
- Aplicar o projeto nas Escolas Municipais e Estaduais parceiras do UNIDESC;
- Instituir a Farmácia Escola do UNIDESC como um posto de coleta de medicamentos;
- Estimular Drogarias e Farmácias locais a se transformarem em postos de coleta de medicamentos pautados nos preceitos da Logística Reversa;
- Destacar as atribuições do Farmacêutico no gerenciamento de resíduos, por meio de práticas de educação em saúde.

METODOLOGIA

O presente projeto contará com etapas para sua execução a partir dos objetivos específicos:

1º Etapa – Capacitação da equipe de alunos voluntários:

Apresentar e discutir com os alunos as legislações, resoluções e portarias de gestão de resíduos em saúde, com destaque para a LEI Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e a Resolução nº 415/2004 do Conselho Federal de Farmácia – CFF, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde (BRASIL, 2010; CONSELHO, ...).

Em seguida, discutir os preceitos e fundamentação da logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos apresentados pela a LEI Nº 12.305/2010.

XII – **logística reversa**: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a

viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XVII – responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei; (BRASIL, 2010 p. 2).



Fonte: Conselho..., (2017).

A seguir, elaborar uma cartilha informativa, inspirada na cartilha do CFF conforme o modelo abaixo:



www.cff.org.br

SHIS QI 15 - Lote L - Lago Sul
CEP 71635-615 - Brasília-DF
Fone: (61) 3876-6700

facebook.com/consehofederaldefarmacia



Orientações Farmacêuticas

Informativo CFF



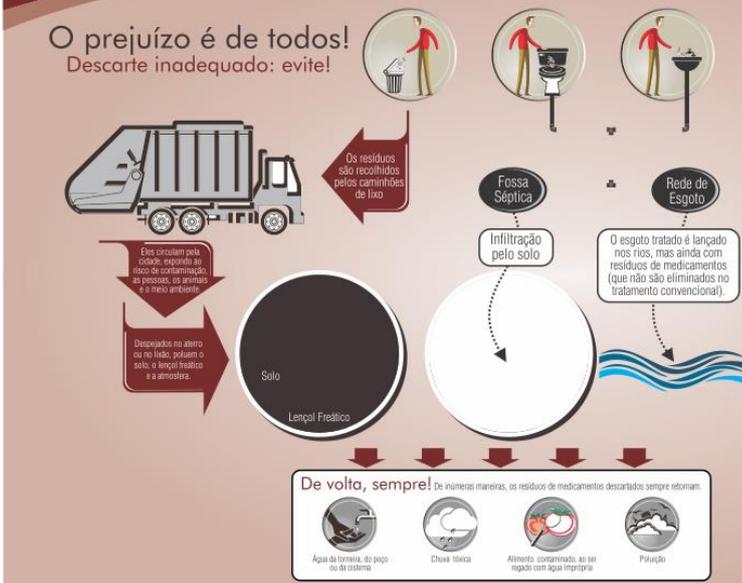
O PROBLEMA

O Brasil é o 6º mercado mundial em volume de medicamentos vendidos (Interfarma, Guia 2014) e estima-se que, por ano, a população brasileira gere mais de 10 mil toneladas de resíduos de medicamentos, sejam vencidos ou que sobram de tratamentos. Não há, no país, um sistema adequado de descarte destes produtos (ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial/Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

LIXO não é lugar de medicamento!



O prejuízo é de todos! Descarte inadequado: evite!



Como fazer certo

- Evite sobras de medicamentos. Somente utilize medicamentos com indicação profissional. Peça orientação ao farmacêutico para comprar apenas a quantidade suficiente para o seu tratamento. Nunca interrompa ou prolongue o uso de um medicamento sem a devida orientação.
- Busque um posto de coleta. Na hora de descartar medicamentos vencidos ou fora de uso, procure um posto de coleta. Há farmácias, drogarias, postos de saúde e hospitais que prestam esse serviço. Eles dispõem de coletores ou máquinas próprias para a coleta.

Informe-se sobre os postos de coleta na Vigilância Sanitária de sua cidade ou pelo endereço eletrônico www.descarteciente.com.br

Venceu ou sobrou? Descarte corretamente:



Atenção! Não existe medicamento sem risco.

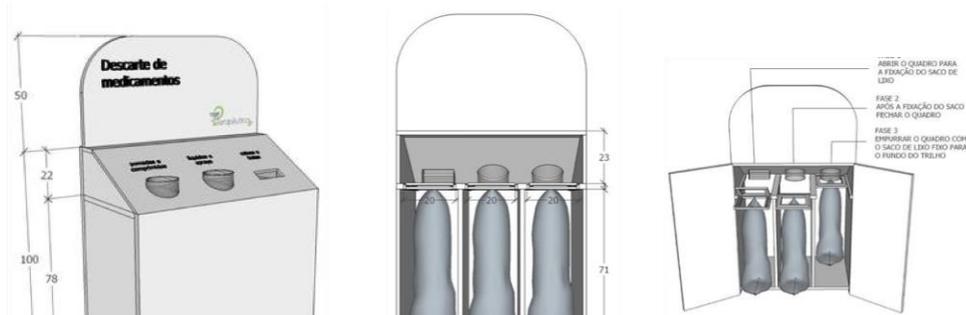
MEDICAMENTOS: DESCARTE CORRETAMENTE

Fonte: (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2015).

2º Etapa – Construção da Urna Coletora de Medicamentos vencidos e/ou em desuso:

- Os alunos deverão construir caixas de acordo com os modelos sugestivos:

- Material: madeira MDF branco
 - Medidas: 1,50 m de altura (sendo os 50 cm do topo apenas um suporte para adesivagem) x 85cm de comprimento x 50 cm de profundidade.
 - A urna conterá uma porta com fechadura na parte de trás para armazenar as três divisões dos medicamentos descartados (comprimidos, líquidos e caixas/bulas); terá que conter rodinhas, para facilitar o manuseio dentro da farmácia.



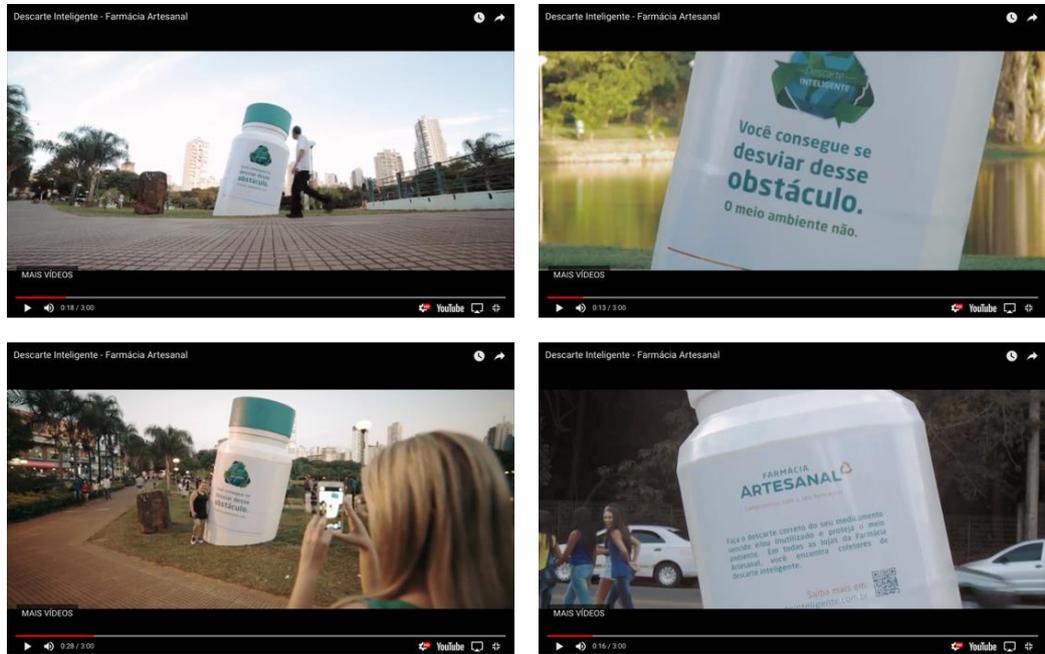
Fonte: Google Imagens (2018).



Fonte: SINQFAR (2016).

3º Etapa – Realização de Ações Sociais:

Serão promovidas ações sociais inspiradas na Campanha de Descarte Inteligente realizada pela Farmácia Artesanal em Goiânia em 2016 (imagens abaixo);



Fonte: Farmácia Artesanal (2016).

E na Campanha de Descarte Consciente: vida em um ambiente saudável, realizada pelo Conselho Federal de Farmácia – CFF/ES em Vitória (2014) – imagens abaixo;



Fonte: (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2017).

4º Etapa – Instituir a Farmácia Escola do UNIDESC como um posto de coleta de medicamentos:



Fonte: UNIDESC (2017).

A farmácia escola (FE) tem como principal objetivo, assegurar que os conhecimentos teórico-práticos recebidos pelos alunos tenham aplicabilidade no contexto social em que irão se inserir os futuros profissionais. Compreende, ainda, nas atividades vinculadas à investigação, à produção do conhecimento e à extensão universitária (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2008).

No âmbito da FE, devem ser realizados serviços e procedimentos farmacêuticos destinados ao paciente, à família e à comunidade, bem como à gestão do estabelecimento e à manipulação de produtos magistrais e oficinais. No que concerne aos serviços e procedimentos vinculados à gestão e manipulação, destaca-se o descarte de insumos e medicamentos (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2016). Portanto, justifica-se a implementação de coletores de medicamentos vencidos e/ou em desuso pela comunidade acadêmica e não acadêmica do UNIDESC.

5º Etapa – Parceria entre o Projeto FAEX/NEXT/UNIDESC com Drogarias e Farmácias da região:

O curso de Farmácia do UNIDESC conta com o apoio, parceria e patrocínio constante de Drogarias e Farmácias das Cidades de Luziânia e Cidade Ocidental, com destaque para:



De acordo com a RDC 44/2009 instituída pela ANVISA, as farmácias e drogarias podem participar de programas de coleta de medicamentos a serem descartados pela comunidade, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente (ANVISA, 2009).

Portanto, nesta etapa do projeto, pretende-se estimular que cada drogaria parceira do UNIDESC se transforme em um posto de coleta de medicamentos. A Drogaria Saúde e Vida, já realiza essa prática e será convidada a compartilhar suas experiências e resultados, com as demais drogarias.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

TAREFAS	PERÍODO – Ago. 2018 a Jul. 2019											
	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Primeira etapa – Capacitação da equipe de alunos voluntários												
Segunda etapa – Construção da Urna Coletora de Medicamentos vencidos e/ou em desuso												
Terceira etapa – Realização de Ações Sociais												
Quarta etapa – Instituir a Farmácia Escola do UNIDESC como um posto de coleta de medicamentos.												
Quinta etapa – Parceria entre o Projeto FAEX/NEXT/UNIDESC com Drogarias e Farmácias da região.												

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada nº 44, de 17 de agosto de 2009**. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. RDC Nº 44, de 17 de Agosto de 2009. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 17 ago. 2009. p. 1-10. Disponível em: <<https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-44-2009>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Lei Nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010**. Brasília, DF, 02 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CARNEIRO, Flávio. **Descartar medicamentos vencidos ainda é problema**: Sobras de remédios possuem alto potencial de poluição do meio ambiente. 2011. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <<http://www.metodista.br/rroonline/rjournal/2011/ed.970/descartar-medicamentos-vencidos-ainda-e-problema>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução nº 415, de 29 de junho de 2004**. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde. Brasília, p. 1101-1102. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/415.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. **Nota técnica nº 01/2016.** Dispõe sobre a farmácia universitária como indicador obrigatório na avaliação dos cursos de Farmácia. Brasília, p. 01-07. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/NT-FU-2016.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. **Resolução nº 480, de 25 de junho de 2008.** Dispõe sobre os serviços farmacêuticos na farmácia-escola, pública ou privada, e dá outras providências. Brasília, p. 01-02. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/res480_2008.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

_____. **I Encontro Interinstitucional sobre Logística Reversa de Resíduos de Medicamentos no Brasil.** In: DESCARTE DE MEDICAMENTOS: LOGÍSTICA REVERSA DE RESÍDUOS DE MEDICAMENTOS, 1., 2017, Brasília. Anais. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2017. p. 1 - 15

_____. **Medicamentos: Descarte corretamente.** Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. 2 p. Disponível em: <http://www.cff.org.br/userfiles/file/Descarte%20de%20medicamentos_27maio2015_curvas.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

DAMASCENO, Aline Brito *et al.* **Descarte de medicamentos:** atitudes e práticas da comunidade farmacêutica. Boletim Informativo Geum, Teresina, v. 8, n. 1, p.1-6, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/geum/article/view/5646/3867>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

EICKHOFF, Patrícia; HEINECK, Isabela; SEIXAS, Louise J. **Gerenciamento e destinação final de medicamentos:** uma discussão sobre o problema. Revista Brasileira de Farmácia, Rio de Janeiro, v. 90, n. 1, p.64-68, 02 mar. 2009. Disponível em: <http://rbfarma.org.br/files/pag_64a68_208_gerenciamento_destinacao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Farmácia Artesanal. Descarte Inteligente. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/7F140gAoVKE>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FERREIRA, Claudiney Luís; SANTOS, Maria Aparecida Souza dos; RODRIGUES, Schirlene Campos. **Análise do conhecimento da população sobre descarte de medicamentos em Belo Horizonte** – Minas Gerais. Interfaces Científicas: Saúde e Ambiente, Aracajú, v. 3, n. 2, p.9-18, fev. 2015.

JOÃO, Walter da Silva Jorge. Descarte de medicamentos. Pharmacia Brasileira, Brasília, v. 1, n. 88, p.14-16, ago. 2011. Conselho Federal de Farmácia - CFF. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/132/014a016_artigo_dr_walter.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

PINTO, Gláucia Maria Ferreira *et al.* **Estudo do descarte residencial de medicamentos vencidos na região de Paulínia (SP), Brasil.** Engenharia Sanitaria e Ambiental, [s.l.], v. 19, n. 3, p.219-224, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-41522014019000000472>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v19n3/1413-4152-esa-19-03-00219.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

SINQFAR. Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná.

Programa descarte inteligente: programa de destinação de medicamentos domiciliares em desuso ou vencidos. Paraná: Sinqfar, 2016. 21 p. Disponível em:

<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIO_ANUAL_MEDICAMENTOS_2016_2017.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

UEDA, Joe *et al.* **Impacto ambiental do descarte de fármacos e estudo da conscientização da população a respeito do problema.** Revista Ciências do Ambiente On-line, Campinas, v. 5, n. 1, p.1-6, jul. 2009. Disponível em:

<<http://www.bhsbrasil.com.br/descarteconsciente/Estudo%20Unicamp.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

UNIDESC. Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia.** UNIDESC. 2017 106p.

**IMPLEMENTAÇÃO DO AUTOCUIDADO APOIADO PARA PACIENTES
COM DIABETES MELLITUS TIPO 2 ACOMPANHADOS EM UMA UNIDADE
BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO**

Priscila da Conceição Quaresma. UNIDESC²⁸

Roseli J. Lopes L. Santos. UNIDESC²⁹

Eixo Temático: digitar o nome do Eixo Temático selecionado no Evento.

Agência Financiadora: UNIDESC.

RESUMO

O diabetes *mellitus* tipo 2 é uma doença crônica, com impacto mundial, que pode apresentar muitas complicações caso não seja adequadamente controlada. Na Atenção Básica, principal porta de entrada aos problemas crônicos de saúde, algumas metodologias apresentam resultados importantes na luta contra as complicações das doenças crônicas, com atuação importante do enfermeiro, como o apoio ao autocuidado. O Autocuidado Apoiado visa capacitar o indivíduo para se tornar agente ativo no processo de controle da condição crônica, por meio da adesão as mudanças necessárias no seu estilo de vida, favorecida por essa ferramenta, com o auxílio e acompanhamento do enfermeiro. **Objetivos:** Sabendo dos benefícios que podem ser alcançados junto aos pacientes portadores de doenças crônicas, o presente projeto tem por objetivo realizar a implementação da metodologia de Apoio ao Autocuidado em uma Unidade Básica de Saúde da Família do Município de Luziânia-GO. **Metodologia:** O estudo proposto será do modo observacional, analítico transversal, quanti-qualitativo, desenvolvido em uma Unidade de Estratégia Saúde da Família no município de Luziânia-GO, previsto para o período de 12 meses, dividido em duas etapas. **Resultados esperados:** com a implantação do Apoio ao autocuidado aos pacientes portadores de diabetes tipo 2, temos a expectativa de reduzir a incidência de comorbidades decorrentes do descontrole da doença, por meio de ações estratégicas, educativas e de desenvolvimento de habilidades pessoais que vão empoderar o usuário para autogerenciar sua saúde.

²⁸Enfermeira Mestre em Ciências e Tecnologias da Saúde - e-mail priscila.quaresma@professor.unidesc.edu.br

²⁹Acadêmica de Enfermagem - e-mail liliethiago@hotmail.com

Palavras-chave: diabetes; autocuidado apoiado; enfermagem.

INTRODUÇÃO

Além de representar uma importante carga financeira à Rede de Atenção à Saúde, o diabetes mellitus tipo 2 e suas comorbidades, quando não controladas, podem trazer sérias complicações à saúde do indivíduo. A prevenção dessas complicações depende muito das ações desenvolvidas pelo enfermeiro na Atenção Básica, em conjunto com o paciente. Ações que as pessoas desempenham no seu dia a dia para prevenir, controlar ou reduzir o impacto das condições crônicas de que são portadoras caracterizam o autocuidado. Quando a equipe de saúde intervém para auxiliar as pessoas a qualificarem este processo, caracterizam o APOIO AO AUTOCUIDADO (SANTOS, 2016).

Com a utilização desse método o usuário acometido pelo diabetes tipo 2 do deixará de ser um agente passivo e atuará diretamente no seu processo de controle da condição crônica, por meio da adesão as mudanças necessárias no seu estilo de vida, favorecida por essa ferramenta (MORAIS et al; 2015).

Nesse sentido, Mendes (2012) destaca que, apesar de não existir uma tradição de se trabalhar o autocuidado apoiado no Brasil, há evidências de que 70 a 80% dos doentes crônicos que ainda não desenvolveram complicações de maior complexidade podem ter sua atenção à saúde centrada nesta metodologia, justificando o projeto de Extensão apresentado ao NEXT e aprovado para execução, nos termos do Edital 001/2018, com a expectativa de implantar o processo de Apoio ao autocuidado aos pacientes portadores de diabetes tipo 2, por meio de ações estratégicas, educativas e de desenvolvimento de habilidades pessoais, em uma Unidade de Saúde da Família do Município de Luziânia-GO.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Diabetes *Mellitus* (DM) é um grave problema de saúde pública mundial, que tem apresentado grande perspectiva de crescimento nos próximos anos. Em 2015, a Federação Internacional de Diabetes estimou 415 milhões portadores de diabetes no mundo - 8,8% da população com idade entre 20 e 79 anos - tendendo para que, em 2040, ultrapasse 642 milhões de enfermos, afirmando que 75% dos casos são em países em desenvolvimento. (SBD 2017-2018).

O Brasil vive um período de transição epidemiológica, onde as doenças crônicas constituem o problema de saúde de maior relevância, pois são responsáveis por mais de 70% das causas de mortes, dentre os quais o diabetes tem papel de destaque, com taxa de

mortalidade de 30,1 a cada 100 mil habitantes. Segundo a Federação Internacional de Diabetes, em 2015, tínhamos 14,3 milhões de pessoas acometidas, com perspectiva de alcançar o impressionante número de 23,3 milhões em 2040 (IBGE, 2013; IDF, 2015).

O diabetes *mellitus* tipo 2 (DM2) corresponde a mais de 90% de todos os casos de DM, e, apesar de haver como predisposição fatores genéticos e o avançar da idade, sua ocorrência está intimamente ligada aos aspectos ambientais, cujos principais fatores de risco são o consumo de alimentos não saudáveis e o sedentarismo, precursores da obesidade. Cabe destacar que, exceto histórico familiar e da idade, todos os outros fatores podem ser controlados com a transformação no estilo de vida (MCARDLE Et al, 2011).

Neste contexto, o DM 2 tem acarretado um alto custo social e financeiro ao sistema de saúde e aos pacientes, uma vez que está associado a várias comorbidades como doenças cardiovasculares, insuficiência renal, amputação de membros inferiores, cegueira, entre tantos outros. Complicações que acarretam prejuízos à capacidade funcional, autonomia e qualidade de vida das pessoas. Pesquisas apontam que mais de 15% dos custos hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, no período entre 2008 e 2010, foram despendidos ao diabetes (COSTA, et al; 2017)

A Atenção Básica tem papel fundamental na Rede de Atenção Saúde, como principal porta de entrada e coordenadora do cuidado, local ideal para o acompanhamento integral da pessoa com DM, por estar mais próximo da população; e quando a equipe atua na atenção primária, especificamente na Estratégia de Saúde da Família - ESF, sua missão de fato é com a transformação da realidade, pois é neste nível da atenção onde se atua diretamente com o indivíduo, seu estilo de vida e sua inserção na comunidade em que habita. (BRASIL, 2008; BRASIL, 2016).

O enfermeiro é o profissional que está à frente da saúde na atenção básica, e por ser uma de suas atribuições fundamentais, têm desenvolvido diferentes percepções referentes ao processo de cuidar. Busca-se uma assistência que supere a imagem tradicional, estendendo a percepção do cuidado, que este tenha capacidade de integrar corpo e mente, observando o sujeito em todas as suas faces, para poder atender à todas as suas necessidades. (MACEDO, SENA, MIRANDA, 2013).

Remor et al (1986) destacou que um dos motivos que justifica a existência da enfermagem para a sociedade é a ausência da capacidade que o indivíduo tem de manter continuamente a quantidade e qualidade de autocuidado, que é terapêutica na manutenção da vida e da saúde, na recuperação, após a doença ou dano, ou a forma de enfrentar suas implicações. Quando se trata de criança, a condição de existência da enfermagem é

relacionada à falta de habilidade dos pais e responsáveis em manter continuamente para ela a qualidade e a quantidade de cuidado terapêutico necessários. Orem (Apud REMOR et al , 1986) descreve autocuidado como " ... a prática de atividades que indivíduos pessoalmente iniciam e desempenham em seu próprio benefício para manter a vida, saúde e bem-estar." Observando esse conceito, autocuidado é definido como atividades da rotina diária executadas pelo indivíduo ou aquelas que vão de encontro às necessidades humanas básica, os quais são orientados pelo enfermeiro, que visem manter a vida e a saúde. (GOLDMEIER, 2005)

Dentre as ações e estratégias delineadas para o enfrentamento dessa nova realidade, algumas cidades brasileiras têm investido na mudança do modelo assistencial no o cuidado das condições crônicas, com exemplos bem-sucedidos, como é o caso de Curitiba (PR) e Santo Antônio do Monte (MG). De caráter inovador, a transformação do padrão de atenção reforça a importância do foco do cuidado na centralidade da pessoa, com intervenção baseada na educação permanente, atendimento compartilhado e em tecnologias de mudança comportamental, adotando como estratégia principal a aplicação do Autocuidado apoiado. (Portal da Inovação SUS)

O “AUTOCUIDADO APOIADO” é uma metodologia desenvolvida originalmente em 1989, pelo NationalCancerInstitute, constituído por técnicas de construção do processo terapêutico, que visam capacitar e empoderar o indivíduo para se tornar agente ativo no processo de controle de sua condição crônica, por meio da adesão às mudanças necessárias no seu modo de vida, ou seja, passa a ser o gestor do seu próprio cuidado. (SANTOS, 2016).

Definido como a sistematização da prestação de serviços e intervenções de apoio à saúde, cujo foco principal está em apoiar as pessoas para ampliar as habilidades e a confiança das pessoas portadoras de condições crônicas de saúde em gerenciar seus problemas de saúde, por meio do autocuidado. O processo inclui o estabelecimento de metas a serem alcançadas, o monitoramento constante das condições atuais de saúde e o ofertar todo o suporte para atingir o objetivo, que é o controle do seu cuidado. Eis o motivo de se denominar autocuidado apoiado (MENDES, 2012).

O Autocuidado Apoiado visa expandir a capacidade e a confiança das pessoas acometidas por doenças crônicas de gerenciar sua condição de saúde, através da mudança de comportamento, com ações que compreende a sistematização de intervenções educativas e de apoio realizadas pela equipe de saúde. No âmbito do cuidado, é preciso compreender que a mudança de comportamento é processual e que existem estratégias efetivas para a concretização da mesma, tendo enfermeiro um papel essencial. (SANTOS, 2016)

O processo sustenta-se em alguns pilares, e a decisão de se tornar autocuidadora ocorre ao pactuar as metas que deseja atingir; como alcançar essas metas; qual plano de ação adotar para atingi-las, junto ao apoiador. A partir daí implantar o plano de ação; monitorar os resultados; realizar as mudanças necessárias. É muito importante celebrar o alcance das metas. Essas etapas constituem as cinco fases da metodologia, qual sejam: avaliação, aconselhamento, acordo, assistência e o acompanhamento dos resultados (MORAIS et al; 2015).

Segundo Mendes (2012), não existe uma tradição de se trabalhar o autocuidado apoiado no Brasil, entretanto há evidências de que 70 a 80% dos doentes crônicos que ainda não desenvolveram complicações de maior complexidade podem ter sua atenção à saúde centrada no autocuidado apoiado, o que serviu de incentivo para sugestão de implementação do autocuidado apoiado para pacientes com diabetes mellitus tipo 2 uma UBSF do Município de Luziânia –GO.

METODOLOGIA

O estudo será do modo observacional, analítico transversal, quanti-qualitativo. Esses estudos destinam-se a estudar um processo ao longo do tempo para investigar mudanças, ou seja, refletem uma sequência de fatos (HADDAD, 2004).

O desenvolvimento do trabalho se dará em uma Unidade de Estratégia Saúde da Família o município de Luziânia-GO, instalada no CAIS I, sito a Alameda Santa Maria, S/Nº - Setor Fumal. no período de 12 meses, a partir de setembro de 2018.

A amostragem executada é aleatória simples sem reposição com a seleção de pacientes de conveniência e composta por pessoas portadoras de diabetes mellitus tipo 2 que reside na área de abrangência da Unidade de Saúde da Família selecionada. Para o cálculo do tamanho de amostra será considerado um plano amostral aleatório simples com população finita (BOLFARINE e BUSSAB, 2005).

Serão incluídos pacientes com diagnóstico confirmado de diabetes mellitus tipo 2, cadastrados na população adscrita do CAIS I.

Serão excluídos pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 1 ou que estejam com nível de cognição alterado.

Este projeto será submetido ao Comitê de Ética do UNIDESC, todos os sujeitos da pesquisa incluídos deverão assinar a aquiescência do TCLE e obedecidos os critérios éticos, de acordo com a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. As pessoas que se

enquadram no critério de inclusão serão convidadas a participar do projeto de maneira voluntária, demonstrando a intenção por meio da assinatura do TCLE.

Dessa forma, este estudo poderá subsidiar uma estratégia assistencial promissora para a atenção básica nas condições crônicas de saúde e auxiliar na redução do surgimento de comorbidades, que promova redução nos custos do tratamento e principalmente a avanços na qualidade de vida do paciente doente crônico, portador de diabetes mellitus tipo 2.

Para o alcance do objetivo proposto, o projeto se desenvolverá em duas etapas:

Etapa I: Atendimento aos critérios da caracterização da amostra e dados sociodemográficos. Será aplicado um questionário semiestruturado, com perguntas objetivas acerca dos dados sociodemográficos e histórico da patologia.

Etapa II: implementação da metodologia do autocuidado apoiado, que consiste em 5 fases (BRASIL, 2012):

1°. Avaliação: Avaliar o conhecimento do paciente sobre o DM2 e suas possíveis complicações; conhecer seus hábitos de vida e qualificar sua motivação para iniciar o processo e a confiança no cumprimento das etapas.

2°. Aconselhamento: partindo do conhecimento prévio do paciente sobre o DM2 e o tratamento necessário, aconselhá-lo, com educação autodirigida e uma abordagem motivacional para o processo.

3°. Acordo: elaborar o plano de ação, em conjunto com o paciente e pactuar metas específicas, mensuráveis e de curto prazo.

4°. Assistência: ofertar assistência necessária ao processo de mudança no estilo de vida, auxiliar na elaboração e nas readequações dos planos de cuidado; avaliar deslizos e recaídas; fornecer material de apoio.

5°. Acompanhamento: acompanhar e monitorar o processo periodicamente, em pequenos intervalos na fase inicial, readequar o plano de ação e pactuar novas metas.

Os dados coletados serão submetidos à codificação apropriada e digitados em banco de dados, mediante a elaboração de um dicionário (code book) na planilha do EXCEL. Em seguida será submetido ao processo de validação por dupla digitação e, posteriormente o StatisticalPackage for the Social Science (SPSS, versão 20.0), para a realização da análise estatística.

Todos os dados serão expressos em média e desvio padrão para variáveis quantitativas e, em frequência absoluta e relativa, para variáveis qualitativas (estatística descritiva).

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

TAREFAS	PERÍODO – Set2018 a ago 2019											
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Elaboração do projeto												
Pesquisa Bibliográfica												
Submissão ao CEP												
Coleta de dados												
Implantação da metodologia												
Descrição e tabulação												
Descrição de análise												
Discussão dos resultados												
Conclusões												
Envio do relatório final ao CEP												

RESULTADOS ESPERADOS

O referido projeto de Extensão tem como expectativa apresentar a metodologia do Apoio ao autocuidado à pacientes portadores de diabetes tipo 2, bem como capacitá-lo para gerenciamento de sua condição crônica, na busca de reduzir a incidência das complicações decorrentes do descontrole da doença, por meio de ações estratégicas, educativas e de desenvolvimento de habilidades pessoais, em uma Unidade de Saúde da Família do Município de Luziânia-GO .

O trabalho tem se desenvolvido conforme cronograma e conta com autorização e apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Luziânia.

REFERÊNCIAS

BOLFARINE, Heleno; **BUSSAB**, Wilton; Elementos de amostragem. Editora Edgard Blücher, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Brasil, grandes regiões e unidades da federação.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Edição 98. Seção 1. p. 44-46.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica : diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da família no Brasil: uma análise de indicadores selecionados: 1998-2005/2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 200p.

BRASIL. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA. Autocuidado Apoiado: Cadernos de Exercícios. Organização: Ana Maria Cavalcante e Ângela Cristina Lucas de Oliveira. Curitiba: 2012, 36 p.

COSTA, AmineFariaset al. Carga do diabetes mellitus tipo 2 no Brasil. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2017, v. 33, n. 2

DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES 2017-2018 / Organização José Egídio Paulo de Oliveira, Renan Magalhães Montenegro Junior, Sérgio Vencio. -- São Paulo :Editora Clannad, 2017.

GOLDMEIER S, Castro I. A teoria do autocuidado no manejo dos fatores de risco (obesidade, hipertensão e tabagismo) em pacientes pós-infarto agudo do miocárdio. **AMRIGS**. 2005 Jul-Set; 49 (3): 137-206.

HADDAD, N. Metodologia de estudos em ciências da saúde. 1st ed. São Paulo: Roca; 2004

MACEDO, SM; **SENA**, MCS; **MIRANDA**, KCL. Consulta de enfermagem ao paciente com HIV: perspectivas e desafios sob a ótica de enfermeiros. Rev. bras. Enferm 2013; 66 (2): 196-201.

MCARDLE WD, Katch FI, Katch VL. Fisiologia do exercício: Nutrição, Energia e Desempenho humano, 2011.

MENDES EV. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília, DF: OPAS; 2012

MORAIS, Huana Carolina Cândido et al. Estratégias de autocuidado apoiado para pacientes com acidente vascular cerebral: revisão integrativa. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 136-143, feb. 2015.



OPAS/OMS PORTAL DA INOVACAO NA GESTAO DO SUS, disponível em:
<<http://apsredes.org/reportagem-especial-autocuidado-apoiado-e-cuidado-compartilhado-usuarios-com-condicoes-cronicas-deixam-de-ser-pacientes-e-se-transformam-em-agentes-da-propria-saude/>>,

REMOR, A. et alii. A teoria do auto-cuidado e sua aplicabilidade no sistema de alojamento conjunto. Rev. Bras. Enl., BrasJlia, 39(2/3): 6-11, abr./set. 1986.

SANTOS, Renata Silva. Autocuidado apoiado ao hipertensos: construção de um protocolo. 2016. 120f. Tese (Doutorado em Enfermagem na Atenção à Saúde) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.



OPORTUNIDADES PARA A EMPREGABILIDADE NO ENTORNO SUL DO DISTRITO FEDERAL

Sara Ranielle Galvão dos Santos³⁰

Izabela Calegario Visentin³¹

Eixo Temático: Cultura, Conhecimento e Extensão Universitária (JEC)

Agência Financiadora: UNIDESC-NEXT

RESUMO

Este projeto buscará orientar a comunidade acadêmica e a comunidade externa da região do Entorno Sul do Distrito Federal sobre as novas tendências do mercado de trabalho e mercado de Recursos Humanos, carreira, perfil profissional e empregabilidade, visando à capacitação dos egressos do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste – UNIDESC e a comunidade externa do Entorno Sul (DF) para o mercado de trabalho atual e para transformá-los no novo profissional que o mercado procura. Oferecendo à comunidade do entorno e aos egressos da instituição possibilidade real e contínua de desenvolvimento para a empregabilidade.

Palavras-chave: empregabilidade; orientação profissional; mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

Diante das várias mudanças que atualmente tem transformado o mercado de trabalho em um ambiente mais competitivo e exigente, as empresas estão buscando profissionais mais qualificados, competentes e adequados para seguir as premissas desse mercado cada vez mais amplo, dinâmico e globalizado. De acordo com a Revista Exame (2018), o Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2018 com taxa de desemprego de 13,1%, a mais alta desde maio do ano passado e possui cerca de 13.400 milhões de desempregados. Dentre os fatores que colaboram para o aumento do desemprego, além da crise econômica brasileira, está a falta de qualificação profissional.

³⁰ Graduanda do 2º semestre do Curso de Gestão de Recursos Humanos do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste - UNIDESC. E-mail: sara-ranielle@hotmail.com

³¹ Doutora em Administração pela FUMEC e coordenadora de curso no Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro-Oeste - UNIDESC. E-mail: izabela.calegario@unidesc.edu.br

Na situação atual de brasileiros desempregados, um grande número de moradores do Entorno Sul do Distrito Federal (DF), composto pelos municípios de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Novo Gama, fazem parte desse percentual de desempregados no país devido às dificuldades de conquistar uma vaga no mercado de trabalho, advindas de diversas causas, tais como: a ausência de qualificação profissional, a falta de conhecimento sobre o mercado de trabalho atual e a carência de abertura de novas vagas em empresas locais da região.

Tendo em vista o cenário atual, o projeto pretende alcançar não somente membros da comunidade interna da Instituição, como também à comunidade externa do Entorno Sul do DF que possui dificuldades diversas para ingressar no mercado de trabalho, lhes proporcionando o suporte e instruções necessárias sobre o mercado de trabalho atual, suas exigências e vagas disponíveis, além de incentivar o ensino e a qualificação profissional continuada.

O projeto promoverá uma maior interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, visando o potencial de transformação social na geração de conhecimentos comunitários e soluções para problemas de desemprego na comunidade local.

Dessa forma, vislumbra-se no futuro uma pesquisa científica advinda desse projeto de extensão, que vise identificar as condições do mercado de trabalho e do mercado de recursos humanos na região do Entorno Sul do DF.

“Pode-se definir a extensão universitária como um processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2012, p.5).

REFERENCIAL TEÓRICO

Recentemente, já é possível notar o aumento da preocupação com a empregabilidade diante das transformações que ocorreram no mundo empresarial. Segundo (CAMPOS, 2008), tais fatores envolvem desde a degradação global da crise que o mercado de trabalho vem enfrentando, até a própria diminuição do número de empregos formais, do aumento dos trabalhos informais e dos níveis de desemprego.

Neste novo cenário empresarial, as carreiras estão enfrentando fortes transformações por diversas causas, seja pelo avanço da tecnologia, pela crise econômica ou por novas leis. Segundo a BBC (2015), nas últimas décadas, computadores e máquinas automáticas substituíram secretárias, bancários, frentistas, caixas de supermercados e tantas outras profissões. Consequência do rápido avanço da tecnologia e da dificuldade de adaptação as

novas tendências do mercado que estas profissões vem sofrendo nos últimos anos. De acordo com a BBC (2013), essas mudanças são naturais, resultante da evolução do mercado de trabalho em todo o mundo e da busca por competitividade nas empresas.

Consequentemente, os profissionais precisarão se adaptar as novas tendências que este mercado procura para se manterem empregados.

“O rápido avanço da tecnologia tem permitido o surgimento de novos modelos de negócios e relações de trabalho, que exigem uma nova visão e postura dos profissionais.” (EXAME, 2016)

Para Magalhães (1997), a nova dinâmica do mercado traz consigo a *empregabilidade* como um novo conceito para o perfil do trabalhador, o qual deve possuir habilidades, conhecimentos e capacidades que vão muito além do necessário em sua área profissional, devendo ser um indivíduo multifuncional.

O termo empregabilidade pode ser definido como a capacidade de ter um trabalho e renda sempre. É a habilidade de conseguir um emprego, possuir qualificação e formação adequada para certa vaga, é saber exercer outras funções além de sua área profissional, e principalmente competência em suas atividades realizadas dentro da empresa. A empregabilidade é a busca contínua pelo desenvolvimento de habilidades e competências integradas pelo conhecimento específico e pela multifuncionalidade.

Segundo Almeida (2006), a empregabilidade baseia-se na recente nomenclatura dada à capacidade de adequação do profissional ao mercado de trabalho. Quanto mais adaptado o profissional, maior sua empregabilidade.

De acordo com Chiavenato (1999), a empregabilidade surgiu devido ao alto índice de desemprego. Por isso, atualmente, ela se tornou uma exigência profissional, solicitando dos profissionais a busca constante pelo aperfeiçoamento de seus conhecimentos para inserção no mercado de trabalho.

Marques (2009) acredita que para obter melhores oportunidades, não basta apenas obter o diploma de formação em alguma área específica, é necessário que o indivíduo esteja atento às exigências do mercado de trabalho e saiba combinar sua formação com suas habilidades e competências. Assim, transformando-se no profissional moderno e multifuncional que as empresas buscam atualmente.

Em relação às instituições de ensino superior neste novo contexto de mercado, Magalhães (1997), entende que as universidades não têm adaptado seus programas às novas exigências do mercado, e acrescentando isso ao novo cenário de mercado de trabalho, onde os setores brasileiros se encontram cada vez mais competitivos, o trabalhador vê-se diante de

uma dinâmica frenética, dificultando muito seu planejamento profissional necessário a esse mercado tão oscilante.

Isso explica o alto nível de jovens que possuem diploma de curso superior, mas que estão desempregados atualmente, devido às universidades não oferecerem o preparo aos seus egressos à nova realidade do mercado de trabalho. Nesse sentido, fica clara a importância que as universidades possuem em preparar seus egressos ao mercado de trabalho.

Segundo a Fundação Universia Brasil (2017), são poucas as instituições que oferecem a matéria de como conseguir um emprego aos seus estudantes, na qual estes aprendem sobre técnicas de entrevistas, como montar um currículo efetivo, como impressionar e destacar-se em processos seletivos, como agir após a contratação, entre outros temas que garantem a empregabilidade dos estudantes.

Em vista disto, este projeto buscará orientar a comunidade acadêmica e a comunidade externa da região do Entorno sul do Distrito Federal, preparando-lhes para as novas exigências do mercado de trabalho atual, oferecendo o aprendizado adequado para aprimoramento profissional e instruções sobre carreira, mercado de trabalho e mercado de Recursos Humanos, contribuindo para a inserção e possível recolocação profissional ao mercado de trabalho, oferecendo-lhes oportunidades para a real empregabilidade. Além de que, proporcionará ao UNIDESC uma maior noção do grau de conhecimento que seus alunos possuem sobre mercado de trabalho e quais dificuldades que eles enfrentam para a inserção e recolocação no mercado de trabalho atual, tão exigente e competitivo.

OBJETIVOS

Geral

Oportunizar aprendizado sobre perfil profissional, empregabilidade, carreira, mercado de trabalho e mercado de Recursos Humanos aos alunos do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro – Oeste – UNIDESC e à comunidade externa do Entorno Sul do Distrito Federal.

Específicos

- Orientar e auxiliar na realização de currículos.
- Oferecer orientação sobre o comportamento em entrevistas de emprego, dinâmicas de grupos, vestimentas e dicas gerais sobre empregabilidade.
- Enfatizar o conceito de *Networking* e sua realização no ambiente de trabalho.

- Prover instruções sobre mercado de trabalho e carreira.
- Identificar e divulgar vagas na região.
- Apoiar na identificação da vaga mais adequada ao perfil do profissional, sempre que possível fazendo a ponte entre mercado de trabalho e mercado de RH.

MÉTODO

Para o auxílio na realização das ações propostas a seguir, o projeto conterà como voluntários, os seguintes alunos do 2º semestre do curso de Gestão de Recursos Humanos do UNIDESC, a saber: Alana Cristina Moreira Lopes, Mônica Gabriela Santos Souza e Francilene Pereira de Lima.

O projeto buscará atender aos discentes do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro – Oeste – UNIDESC, como também à comunidade externa do Entorno Sul do DF. Inicialmente, serão identificados os alunos do curso de Gestão de Recursos Humanos que estão empregados e desempregados atualmente. Para esses, serão ofertados em primeira mão, alguns cursos de extensão como preparação do currículo, comportamento adequado em entrevistas e processos seletivos, instruções sobre vestimentas e dicas para entrevistas de emprego para cargos específicos, etc.

Concomitante com essa ação, também será realizado um convite-parceria para as associações comerciais, bem como consultorias de RH, Prefeituras Municipais, SINE e outros órgãos captadores e divulgadores de vagas; via correio eletrônico e através de ligações para divulgar a proposta da extensão universitária identificando as vagas para os inseridos no projeto. Ainda nesta primeira etapa, pretende-se utilizar as redes sociais para divulgação da proposta para a comunidade externa, contando com os parceiros acima. Em seguida, pretende-se auxiliar os participantes na promoção de Networking – promovendo encontros entre empregadores e candidatos no âmbito do Centro Universitário. Ressalta-se que a capacitação dos participantes será contínua, mesmo durante a identificação das vagas para o perfil do profissional.

Este projeto se estenderá no período de Agosto de 2018 á Julho de 2019, no decorrer bem como ao final do projeto, a ideia é inserir o curso de Gestão de Recursos Humanos nas ações sociais do UNIDESC, como por exemplo: nas ações de Festa da Família, Feira das Profissões, Feira de Negócios, Escola Cidadã, entre outras. Ofertando à comunidade do entorno possibilidade real e contínua de aperfeiçoamento para a empregabilidade.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Tabela de Cronograma de Execução

Período – Ago. 2018 a Jul. 2019	
Mês/Ano	Tarefas
Agosto/Setembro - 2018	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação da proposta nas redes sociais para inserção da comunidade externa no projeto. - Propor parceria com a Empresa Jr. do UNIDESC buscando dar maior visibilidade ao projeto e a Empresa Jr. - Propor possível parceria com alunos do curso de Sistema da Informação para auxiliar na elaboração de mídias e suporte técnico em geral. - Participar em Ações Sociais. - Ajustes no planejamento. - Preparo dos relatórios mensais.
Outubro/Novembro – 2018	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a atual situação de inserção no mercado de emprego/trabalho dos alunos do curso de GRH. (Via formulário online) - Elaborar termo de compromisso para formalizar parcerias com empresas da região. - Desenvolver plataforma online referente ao Projeto de Empregabilidade. (Portal da Empregabilidade – UNIDESC) - Realizar convite-parceria para as associações comerciais, bem como consultorias de RH, Prefeituras Municipais, SINE e outros órgãos captadores e divulgadores de vagas. - Divulgar vagas dos parceiros, procurando sempre que possível encaixar o melhor candidato à vaga. - Ação de Divulgação no pátio da universidade. (Apresentação na Feira das Profissões) - Participar em Ações Sociais. - Ajustes no planejamento. - Preparo dos relatórios mensais.
Dezembro/Janeiro – 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar vagas dos parceiros, procurando sempre que possível encaminhar o melhor candidato à vaga. - Preparar cursos de extensão voltados à necessidade da comunidade inserida no projeto. - Intensificar o contato com os parceiros em busca das ofertas das vagas temporárias, que surgem como oportunidade para o ingresso no mercado de trabalho. - Participar em Ações Sociais. - Ajustes no planejamento. - Preparo dos relatórios mensais.
Fevereiro – 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar vagas dos parceiros, procurando sempre que possível encaixar o melhor candidato à vaga. - Ação social fora do UNIDESC. Local: Shopping Sul Objetivo: Ampliar os parceiros divulgadores de vagas e a comunidade participante. Como: A ideia é montar uma tenda em um local bastante movimentado e atrair membros da comunidade externa a participar do projeto, bem como novas parcerias com associações comerciais. Os alunos voluntários do projeto irão entregar uma cartilha contendo informações sobre o objetivo do projeto para a comunidade local, e também será realizado contato com as associações comerciais no local. - Participar em Ações Sociais. - Ajustes no planejamento. - Preparo dos relatórios mensais.
Março - 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar vagas dos parceiros, procurando sempre que possível encaixar o melhor candidato à vaga. - Preparar Workshop sobre Orientações/Planejamento de Carreira (autoconhecimento, desenvolvimento, conhecimento do mercado e conhecimento das profissões – com enfoque no RH) para os estudantes do UNIDESC e para a comunidade externa – com foco no ensino médio. - Preparar curso de extensão voltado a Tecnologias no local de trabalho, adaptado ao perfil das pessoas em busca de emprego/trabalho. - Participar em Ações Sociais. - Ajustes no planejamento. - Preparo dos relatórios mensais.
Abril/Maio – 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar vagas dos parceiros, procurando sempre que possível encaminhar o melhor candidato à vaga. - Aplicar o curso de extensão (Tecnologias no local de trabalho). - Participar em Ações Sociais. - Ajustes no planejamento. - Preparo dos relatórios mensais.
Junho/Julho - 2019	<ul style="list-style-type: none"> - Evento no UNIDESC sobre Indicadores do Projeto de Extensão para os egressos e comunidade externa. - Preparo dos relatórios mensais.

Elaborado pelos autores

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcus Garcia de. **Pedagogia empresarial: Saberes, Práticas e Referências**. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

CAMPOS, K.C.L. et al. **Empregabilidade e competências: uma análise de universitários sob a ótica de gestores de recursos humanos**. RPOT. v.8, n.2 jul./dez. 2008. Pag. 159-153.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Conheça oito áreas de trabalho que passam por profundas mudanças. BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC), 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130430_profissoes_transformacao_pai> Acesso em: 27 de Jul. de 2018.

Conheça os empregos ameaçados pela automação (e os novos que surgirão). BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC), 2015. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150806_vert_fut_maquinas_empregos_m l> Acesso em: 27 de Jul. de 2018.

Como as universidades podem preparar os estudantes para o mercado de trabalho. FUNDAÇÃO UNIVERSIA BRASIL, 2017. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2017/04/25/1151238/universidades>> Acesso em: 28 de Jul. de 2018.

Desemprego no Brasil atinge maior taxa desde maio de 2017. EXAME, 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/desemprego-no-brasil-atinge-maior-taxa-desde-maio-de-2017/>> Acesso em: 17 de Jul. de 2018.

FORUM DE PRÓ – REITORES DE GRADUAÇÃO. **Plano Nacional de Extensão Universitária**, 2012. Disponível em: < <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>> Acesso em: 20 de Jul. de 2018.

MAGALHÃES, M. de O. **Tecnologia e subjetividade: novas perspectivas sobre o trabalho, a educação e a regulação social**. Aletheia, v. 43, n. 6, 1997.

MARQUES, Ana Paula. “Novas” legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 22, n. 2, p. 85-115, 2009.

Seis tendências do mercado de trabalho para ficar de olho em 2017. EXAME, 2016. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/carreira/6-tendencias-do-mercado-de-trabalho-para-ficar-de-olho-em-2017/>> Acesso em: 27 de Jul. de 2018.